

Semanário

Director:
António Dias Lourenço

Ano 60 - Série VII - N.º 843
22 de Fevereiro de 1990
Preço: 80\$00

Propriedade do Partido Comunista Português Dir./Red. - Soeiro Pereira Gomes, 1699 Lisboa-CODEX Tel. 76 97 22/25 - Telex 18390 Composição e impressão - Heska Portuguesa Distribuição - CDL, R. Santos Dumont, 57-2.º - 1000 Lisboa

TESES DO XIII CONGRESSO NO «AVANTE!» DE 8 DE MARÇO

- Comité Central reunirá em 4 e 5 de Março para discussão e aprovação das Teses a sujeitar logo de imediato à apreciação e debate em todo o Partido
- Comissão Política analisa actuação do Governo

Págs. 1 e 2/Semana

URSS

- O que viu a delegação do PCP que recentemente visitou a União Soviética

Mesa-redonda com

Luis Sá, João Amaral,
Jorge Cordeiro e Carlos Mamede

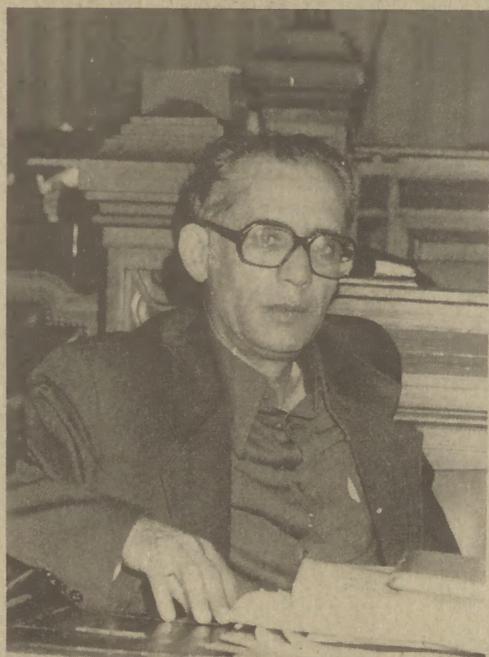
Págs. 8, 9 e 10
/Em Foco

- A posição soviética face à situação alemã

Depoimento de

Eduard Chevardnadze,
ministro dos Negócios Estrangeiros
da URSS

Págs. 6 e 7
/Em Foco



Morreu
Diniz
Miranda

Álvaro Cunhal: «A luta continua e a melhor homenagem que podemos prestar aos nossos mortos é continuarmos a luta, com confiança em que a vitória será nossa»

Pág. 5/Semana
Pág. 11/Em Foco

Seminário internacional em Evora

Agricultores do Sul da Europa debatem os seus problemas

Págs. 1, 2 e 3
/Em Foco

6.º Congresso do Algarve

APOIO À REGIONALIZAÇÃO

Págs. 4 e 5
/Em Foco



Intransigência do Governo e do patronato leva à agudização dos conflitos sociais



Págs. 8 e 9/Semana

Editorial

Avante!

Ano 60 - Série VII
N.º 843
22 de Fevereiro de 1990
1.º Caderno
Não pode ser vendido
separadamente

Aprofundar a cooperação democrática

O avanço do processo de restauração dos monopólios em Portugal e da sua dinâmica, a que afanosamente se entrega em fase de acelerada concretização o governo PSD/Cavaco, defronta a crescente oposição e a resistência de vastas camadas da nossa população. Depara, além disso, com sérios obstáculos de natureza objectiva cuja superação se afirma extremamente gravosa para a economia e a independência nacionais.

Do contrário da visão optimista mistificada de dele pretendem dar os governantes cavaquistas, com destaque para o próprio Cavaco Silva, trata-se de um processo gerador de grandes perturbações na vida nacional com fortes repercussões a curto e a médio prazo no futuro dos portugueses.

Algumas dessas perturbações assumem no momento actual particular gravidade de que destacaremos:

- A profunda instabilidade e conflitualidade sociais;

- Os graves distúrbios provocados na actividade económica e social pela ofensiva de reprivatizações das empresas públicas, de todo o Sector Empresarial do Estado, de destruição implacável da Reforma Agrária;

- A política centralizadora atentatória da autonomia do Poder Local democrático, o estrangulamento financeiro das autarquias locais, a degradação acelerada do meio ambiente.

Na base desta anómala situação está a responsabilidade fundamental do governo PSD/Cavaco e sobre ela acaba de pronunciar-se a Comissão Política do Comité Central do PCP num «Comunicado» que noutro local do «Avante!» hoje publicamos.

As características altamente perturbadoras da situação actual - que as novas possibilidades, poderes e instrumentos postos à disposição arbitrária do governo pela última revisão constitucional permitem acentuar em benefício da sua eternização à frente dos destinos do Estado - concitam com grande força à consideração, ao diálogo e à acção convergente e conjugada da oposição na busca e na construção de uma alternativa democrática de política e de governo à direita governante.

Em torno da actualização sazonal da contratação colectiva de trabalho e de numerosos acordos de empresa; do criminoso abandono de milhares de pequenos e médios agricultores à sua sorte gravemente flagelados pelos rigores da invernia e pela falta de apoio financeiro do Estado; do corte de meios e vias de comunicação das zonas interiores do território com a supressão de numerosos ramais ferroviários, multiplicam-se os conflitos laborais e sociais, extravasa o descontentamento popular em vasta escala, agudizam-se as condições de vida do povo português.

A greve parcial de 49 dias dos maquinistas da CP, cujas reivindicações poderiam ser facilmente atendidas se não fora a intransigência dos administradores da empresa e a pressão do Governo, está criando graves problemas às populações e podem vir a criar outros ainda mais graves.

A administração da CP fundamenta a recusa de um aumento salarial superior aos magros 8,7%, quando a inflação atingiu cerca de 13%. Silencia, entretanto, que o salário dos maquinistas de 68 840\$00 e 69 840\$00 só é mais elevado pelo número de horas extraordinárias que lhes é exigido, enquanto que o presidente do Conselho de Gerência auferia 980 contos mensais!

A requisição civil decretada pelo Governo contra os controladores do tráfego aéreo constituiu um acto prepotente atentatório do direito à greve dos trabalhadores. As declarações insultuosas do presidente do Conselho de Administração da ANA, ameaçando de represálias se «a brincadeira das greves continuar», como se os controladores aéreos, tratados como um contingente militarizado, não fossem trabalhadores e cidadãos no uso pleno dos seus direitos civis, é uma significativa manifestação da nova mentalidade dos governantes cavaquistas face aos problemas e reivindicações laborais.

A aprovação da Lei-Quadro das Privatizações pela maioria PSD/CDS na Assembleia da República ainda não promulgada pelo Presidente da República, ilustra de maneira palmar a precariedade dos mecanismos impeditivos de reconstituição dos antigos grupos financeiros e monopolistas de antes do 25 de Abril e da formação e penetração de novos grupos da alta finança comandados ou em estreita associação com as multinacionais e o grande capital estrangeiro.

O Partido Socialista, na esteira de outros congéneres seus da Europa Ocidental no escancarar das portas constitucionais à privatização dos sectores nacionalizados, está agora diante das consequências práticas do seu nefasto acordo de revisão constitucional com o PSD, das suas inadmissíveis cedências em questões basilares de uma economia ao serviço do País e do povo.

No processo de reprivatização do Sector Empresarial do Estado o Governo tem agora como se diz no «Comunicado» da Comissão Política - amplas «possibilidades, poderes e instrumentos» e ainda uma cobertura interna favorável para a mais rápida prossecução dos seus objectivos.

A integração na CEE em 1986 e as profundas

e rápidas transformações do panorama económico e político mundial constituem um extraordinário factor de aceleração das destruições não só no sector público e nacionalizado como no tecido empresarial tradicional do País.

É significativo que apenas em 3 anos - de 1986 a 1989 - tenham aberto falência em Portugal mais de 600 empresas, 39% das quais pequenas e médias unidades com um capital de 100 a 5 000 contos, principalmente no comércio e indústria têxtil e de vestuário - o tal sector que o ministro do Comércio proclamou antontem na TV que «não estava à venda!».

A Lei-Quadro das privatizações, que dá expressão legislativa aos novos dispositivos constitucionais, é um «novo instrumento» que deve ser aproveitado - como diz o banqueiro Vaz Pinto - para a rápida privatização do sistema financeiro, como se sabe, instrumento básico da economia de mercado.

Diz aquele banqueiro que a Lei-Quadro tem como «principais novidades»: «as privatizações a 100%; a maior mobilidade na determinação da parte que pode ser vendida a investidores não residentes; a possibilidade de formação de núcleos estáveis de accionistas; e a venda directa em casos específicos».

É uma ingenuidade premeditada dos novos arquitectos do capitalismo monopolista de Estado em Portugal admitirem nas presentes condições a possibilidade do estabelecimento de mecanismos legais capazes de impedir o controlo estrangeiro dos principais Bancos portugueses.

Sob a dinâmica dos monopólios no sector bancário português ainda nacionalizado está já a efectuar-se de facto a pré-concentração bancária na qual se reserva aos Bancos portugueses o peixe miúdo embora altamente rentável das actividades da Banca e aos Bancos estrangeiros a parte de leão.

Foram já constituídos na perspectiva da privatização os grupos financeiros CGD/BNU/Fidelidade e BFE/BBI/COSEC e na Banca comercial o aumento de capitais próprios de 1986 a 1988, no montante de 244 milhões de contos, pertenciam já aos Bancos privados nacionais e estrangeiros 62% dos capitais e reservas.

A alienação das empresas portuguesas de maior rentabilidade a favor do capital estrangeiro processa-se a ritmo acelerado.

A Lei-Quadro é um primeiro passo e outros se seguirão de imediato - como anunciou o novo ministro das Finanças, Miguel Beza: «os próximos passos» - disse ele no último fim de semana - «serão naturalmente a conclusão dos processos já iniciados».

Onde é que se vislumbra neste plano as «de-

cisões consensuais» pudicamente admitidas pelo PS nas suas cedências em sede de revisão constitucional ao PSD?

A necessidade de «prosseguir e aprofundar a cooperação estabelecida entre partidos democráticos para as eleições autárquicas» e do repúdio das tendências «bipolarizadoras», como se diz no «Comunicado» da Comissão Política, é indispensável para se alcançar uma alternativa verdadeiramente democrática ao governo PSD/Cavaco e à sua política.

A perspectiva do fim do «Império» do PSD no Governo e na Assembleia da República não se inscreve para as «calendas gregas», pode e deve ser antecipado relativamente à data das eleições legislativas de 91.

A via da cooperação entre os partidos democráticos maioritários nas eleições de 17 de Dezembro não se trilha sem dificuldades de percurso, sem divergências, sem uma ou outra confrontação local de âmbito limitado.

O que se está a passar com a coligação «Por Lisboa» é instrutivo: apesar da polémica e do fogo da direita para aprofundar as divergências, as dificuldades entre o PS e o PCP vão sendo superadas, os acordos estabelecidos vão abrindo caminho no enfrentamento e na resolução dos difíceis problemas urbanos da capital do País legados pela maioria de direita na Câmara Municipal de Lisboa.

Também o repúdio de quaisquer projectos de alianças das forças democráticas com as forças de direita é uma exigência no interesse de uma verdadeira alternativa democrática, como é sublinhado no «Comunicado» da Comissão Política.

O aprofundamento da cooperação entre as forças democráticas - de que o PCP foi o mais activo instrumento unitário nas últimas eleições autárquicas - é desejável e possível na base do reconhecimento do papel e da identidade de cada partido na defesa da democracia, da liberdade e da independência nacional, os grandes vectores da Revolução de Abril de 74.

A componente unitária estará em força nos projectos de Teses para o XIII Congresso (extraordinário) que vão ser submetidos à apreciação e debate ao Comité Central do PCP na próxima reunião de 4 e 5 de Março.

O PCP prepara-se activamente para o enfrentamento das novas realidades e empenha-se com denodo no processo de democratização interna na preparação e realização do seu Congresso extraordinário da primeira quinzena de Maio. Confia em que vai sair dele mais consciente e fortalecido.

Resumo

14
Quarta-feira

Iniciam-se, em Montechoro, os trabalhos do 6.º Congresso do Algarve, que aborda na sua abertura o tema da regionalização ■ A comissão executiva da direcção nacional do STAL desloca-se à residência oficial do Primeiro-Ministro, Cavaco Silva, para entregar uma carta aberta e um documento contendo mais de dez mil assinaturas de trabalhadores, que exigem uma resposta às suas reivindicações ■ Dados do Instituto Nacional de Estatística revelam que o índice de preços no consumidor registou em Janeiro um crescimento médio de 12,6 por cento, em relação ao mesmo período do ano anterior ■ O Parlamento Europeu dá luz verde ao lançamento da primeira fase da União Económica e Monetária ■ A Irlanda, que ocupa a presidência da CEE, anuncia no Parlamento Europeu que convocará uma cimeira dos doze para discutir a reunificação alemã ■ Mikhail Gorbachov, salienta na abertura da sessão da Primavera a necessidade de uma aprovação rápida de legislação económica e de relações entre as repúblicas.

15
Quinta-feira

As alfândegas portuguesas estão na sua esmagadora maioria encerradas, desde as zero horas, quando teve início uma greve do pessoal da Di-



recção-Geral das Alfândegas com uma adesão de 98 por cento ■ Decorre na Assembleia da República um debate promovido pelo PS sobre a política do Ambiente ■ O presidente da República, Mário Soares, encontra-se em Turim, onde, juntamente com o escritor José Saramago, vai receber o seu 11.º doutoramento *Honoris Causa* e assistir à sessão de abertura do congresso sobre o poeta espanhol António Machado ■ Cerca de duas centenas de guardas florestais de todo o país decidem frente ao Ministério das Finanças a realização de uma greve nacional nos dias 8 e 9 de Março caso o diploma que define o seu regime de trabalho não seja aprovado até ao final deste mês ■ O primeiro-ministro sueco, Ingvar Carlsson, apresenta a sua demissão na sequência da vitória da oposição sobre um programa económico do governo ■ O governo da RDA rejeita a anexação do seu país pela RFA e reafirma a vontade de obter um estatuto de neutralidade militar para uma futura Alemanha unida ■ Falece em Évora, vítima de uma doença incurável, Dinis Miranda, membro do Comité Central do PCP.

reção-Geral das Alfândegas com uma adesão de 98 por cento ■ Decorre na Assembleia da República um debate promovido pelo PS sobre a política do Ambiente ■ O presidente da República, Mário Soares, encontra-se em Turim, onde, juntamente com o escritor José Saramago, vai receber o seu 11.º doutoramento *Honoris Causa* e assistir à sessão de abertura do congresso sobre o poeta espanhol António Machado ■ Cerca de duas centenas de guardas florestais de todo o país decidem frente ao Ministério das Finanças a realização de uma greve nacional nos dias 8 e 9 de Março caso o diploma que define o seu regime de trabalho não seja aprovado até ao final deste mês ■ O primeiro-ministro sueco, Ingvar Carlsson, apresenta a sua demissão na sequência da vitória da oposição sobre um programa económico do governo ■ O governo da RDA rejeita a anexação do seu país pela RFA e reafirma a vontade de obter um estatuto de neutralidade militar para uma futura Alemanha unida ■ Falece em Évora, vítima de uma doença incurável, Dinis Miranda, membro do Comité Central do PCP.

reção-Geral das Alfândegas com uma adesão de 98 por cento ■ Decorre na Assembleia da República um debate promovido pelo PS sobre a política do Ambiente ■ O presidente da República, Mário Soares, encontra-se em Turim, onde, juntamente com o escritor José Saramago, vai receber o seu 11.º doutoramento *Honoris Causa* e assistir à sessão de abertura do congresso sobre o poeta espanhol António Machado ■ Cerca de duas centenas de guardas florestais de todo o país decidem frente ao Ministério das Finanças a realização de uma greve nacional nos dias 8 e 9 de Março caso o diploma que define o seu regime de trabalho não seja aprovado até ao final deste mês ■ O primeiro-ministro sueco, Ingvar Carlsson, apresenta a sua demissão na sequência da vitória da oposição sobre um programa económico do governo ■ O governo da RDA rejeita a anexação do seu país pela RFA e reafirma a vontade de obter um estatuto de neutralidade militar para uma futura Alemanha unida ■ Falece em Évora, vítima de uma doença incurável, Dinis Miranda, membro do Comité Central do PCP.

reção-Geral das Alfândegas com uma adesão de 98 por cento ■ Decorre na Assembleia da República um debate promovido pelo PS sobre a política do Ambiente ■ O presidente da República, Mário Soares, encontra-se em Turim, onde, juntamente com o escritor José Saramago, vai receber o seu 11.º doutoramento *Honoris Causa* e assistir à sessão de abertura do congresso sobre o poeta espanhol António Machado ■ Cerca de duas centenas de guardas florestais de todo o país decidem frente ao Ministério das Finanças a realização de uma greve nacional nos dias 8 e 9 de Março caso o diploma que define o seu regime de trabalho não seja aprovado até ao final deste mês ■ O primeiro-ministro sueco, Ingvar Carlsson, apresenta a sua demissão na sequência da vitória da oposição sobre um programa económico do governo ■ O governo da RDA rejeita a anexação do seu país pela RFA e reafirma a vontade de obter um estatuto de neutralidade militar para uma futura Alemanha unida ■ Falece em Évora, vítima de uma doença incurável, Dinis Miranda, membro do Comité Central do PCP.

reção-Geral das Alfândegas com uma adesão de 98 por cento ■ Decorre na Assembleia da República um debate promovido pelo PS sobre a política do Ambiente ■ O presidente da República, Mário Soares, encontra-se em Turim, onde, juntamente com o escritor José Saramago, vai receber o seu 11.º doutoramento *Honoris Causa* e assistir à sessão de abertura do congresso sobre o poeta espanhol António Machado ■ Cerca de duas centenas de guardas florestais de todo o país decidem frente ao Ministério das Finanças a realização de uma greve nacional nos dias 8 e 9 de Março caso o diploma que define o seu regime de trabalho não seja aprovado até ao final deste mês ■ O primeiro-ministro sueco, Ingvar Carlsson, apresenta a sua demissão na sequência da vitória da oposição sobre um programa económico do governo ■ O governo da RDA rejeita a anexação do seu país pela RFA e reafirma a vontade de obter um estatuto de neutralidade militar para uma futura Alemanha unida ■ Falece em Évora, vítima de uma doença incurável, Dinis Miranda, membro do Comité Central do PCP.

reção-Geral das Alfândegas com uma adesão de 98 por cento ■ Decorre na Assembleia da República um debate promovido pelo PS sobre a política do Ambiente ■ O presidente da República, Mário Soares, encontra-se em Turim, onde, juntamente com o escritor José Saramago, vai receber o seu 11.º doutoramento *Honoris Causa* e assistir à sessão de abertura do congresso sobre o poeta espanhol António Machado ■ Cerca de duas centenas de guardas florestais de todo o país decidem frente ao Ministério das Finanças a realização de uma greve nacional nos dias 8 e 9 de Março caso o diploma que define o seu regime de trabalho não seja aprovado até ao final deste mês ■ O primeiro-ministro sueco, Ingvar Carlsson, apresenta a sua demissão na sequência da vitória da oposição sobre um programa económico do governo ■ O governo da RDA rejeita a anexação do seu país pela RFA e reafirma a vontade de obter um estatuto de neutralidade militar para uma futura Alemanha unida ■ Falece em Évora, vítima de uma doença incurável, Dinis Miranda, membro do Comité Central do PCP.

16
Sexta-feira

O Parlamento Europeu aprova uma moção das quatro coligações de esquerda em que se solicita aos Estados membros a manutenção das pressões económicas, financeiras e diplomáticas sobre a África do Sul ■ Sam Nujoma é eleito presidente pela



unanimidade dos 72 membros da futura república da Namíbia ■ O primeiro-ministro soviético, Nikolai Rijikov, termina uma visita oficial à Austrália destinada a reforçar a cooperação entre os dois países ■ A organização separatista basca ETA liberta Adolfo Villoslada, industrial navarro, sequestrado por aquela organização há mais de 80 dias ■ Samir Geagea, chefe da milícia cristã das Forças Libanesas apela pela primeira vez à intervenção do presidente Hraoui no conflito que opõe as forças do general Aoun às milícias

17
Sábado

Hermínio Martinho demite-se da liderança do PRD no decorrer do primeiro dia de trabalhos do conselho nacional ■ O conselho geral da Intervenção Democrática, reunido em Lisboa, afirma que a base de apoio do Governo continua a diminuir ■ Dirigentes do Partido Ecologista «Os Verdes» consideram que o ministro do Ambiente não está à altura das tarefas do seu ministério ■ O Presidente da República defende o incremento da cooperação económica, científica e tecnológica entre Portugal e a Itália ■ Termina o 1.º congresso da Tendência Sindical Social-Democrata ■ Segundo revela o jornal «Granma» o Comité Central do Partido de Cuba decidiu abordar em termos práticos e concretos o aperfeiçoamento do sistema político e institucional do país ■ Um seminário internacional sobre a agricultura no Sul da Europa ■ O conselho nacional do PAICV, no termo dos seus trabalhos, abre a possibilidade de existência de outros partidos em Cabo Verde ■ O primeiro-ministro romeno, Petre Roman é recebido pelo presidente François Mitterrand a quem solicita o apoio financeiro da França para a recuperação da Roménia ■ O Partido Comunista da Checoslováquia anuncia ter expulso o antigo presidente Gustav Husak e mais 20 dirigentes

20
Terça-feira

Por iniciativa do PCP e do PS, discute-se na AR o direito de acção popular; os projectos-lei não suscitam objecções no plenário e passam à especialidade ■ A Comissão Europeia reafirma que decidiu suspender o apoio financeiro à construção da Via do Infante ■ Dirigente da CGTP-IL e da UGT entregam às organizações patronais a contraproposta sindical aos temas em discussão no âmbito do CPSC; Carvalho da Silva afirma a disposição de não trocar direitos sociais por aumentos salariais ■ Na Grécia os trabalhadores dos transportes ferroviários e rodoviários entram em greve, reclamando a actualização dos contratos de trabalho ■ O secretário da Defesa dos EUA chega ao Japão, onde vai examinar com as autoridades nipónicas a presença militar norte-americana no país.

18
Domingo

Pedro Canavarro é o novo líder do PRD até à próxima convenção do partido ■ Sobreventos do campo do Tarratall reúnem-se no cemitério do Alto de S. João junto do monumento

Avante!

Programas de todos os países UNI-VOS
O jornal dos trabalhadores da democracia e do socialismo
PROPRIEDADE: Partido Comunista Português, Rua Soeiro Pereira Gomes - 1699 - Lisboa
COLEX, Tel. 76 83 45
DIRECÇÃO E REDACÇÃO: Rua Soeiro Pereira Gomes - 1699 Lisboa
COLEX
Tel. 76 97 25/76 97 22

EDITORIAL: AVANTE!, SA
Rua de São Bernardo, 14, 2.º
1200 Lisboa
Capital social: 15 000 000\$000
CIC matricial: 47059
NIF - 500 090 440
DISTRIBUIÇÃO:
CDL, Central Distribuidora Livreira, SARL, Serviços Centrais;
Av. Santos Dumont, 57, 2.º -
1000 Lisboa
Tel. 73 22 75/76 11 31/73 48 17
Casa da Venda em Lisboa: Rua do Século, 80 - 1200 Lisboa
Tel. 32 19 16

ASSINATURAS:
Av. Santos Dumont, 57-4.º, Esq.º
- 1000 Lisboa. Tel. 76 64 02
ALTERAÇÕES DE ÚLTIMA HORA
Das 22 às 2 horas - Tel. 90 00 44
EXPEDIÇÃO:
R. João de Deus, 24 - Venda Nova
2700 Amadora. Tel. 90 00 44
PUBLICIDADE CENTRAL:
Rua de São Bernardo, 14, 2.º
Porto - Rua do Almada, 18, 2.º
Esq.º - 4000 Porto. Tel. 38 10 67

Delegação do Norte
Centro Distribuidor do Porto
R. Miguel Bombarda, 578 -
4000 Porto
Tel. 89 38 08/89 96 15
Centro Distribuidor de Coimbra:
Torneio da Erva, 6 - 3000 Coimbra
Tel. 28384
Composto e impresso na Heka
Portuguesa - R. Elias Garcia, 27
Venda Nova - 2700 Amadora
Depósito legal n.º 205/85

Governo PSD irá conhecer novas e mais significativas derrotas

Comunicado da Comissão Política do Comité Central do PCP sobre a situação política e as tarefas do Partido

A Comissão Política do PCP realizou hoje, dia 19, a sua reunião normal para análise da evolução política e social, determinar as tarefas do Partido daí decorrentes e procedeu ao balanço dos trabalhos preparatórios do XIII Congresso (Extraordinário).

1. A Comissão Política, analisando a situação social, nomeadamente a multiplicidade de conflitos laborais e sociais que ocorrem actualmente, concluiu existir uma situação social grave, com tendências, a avaliar pelas acções de protesto já anunciadas, para um maior agravamento, caso não se verifique uma inversão rápida na orientação governativa.

O Governo é o principal responsável pela situação de conflitualidade e instabilidade sociais que se vive actualmente, mobilizando trabalhadores, intelectuais, agricultores, sectores das Forças Armadas, juventude, populações, entre outros. Mostrando-se incapaz de extrair as devidas conclusões de um tão vasto e persistente movimento de protesto, o Governo insiste numa política de contenção salarial sustentada por referenciais de previsão inflacionária, que mais uma vez se comprova serem irrealistas, priva dezenas de milhares de jovens de ingresso na universidade, decreta medidas insuficientes de ajuda aos agricultores e populações vítimas das cheias e outras intempéries, através de cortes de verbas e da política de privatizações, degrada sectores de enorme significado social e importância fundamental para o bem estar do povo, como o ensino, a saúde e a segurança social.

A postura dialogante e de concertação assumida pelo primeiro-ministro perante as câmaras de televisão contrasta com uma acção governativa arrogante, prepotente e insensível às justas reivindicações dos trabalhadores e das massas populares.

A greve dos maquinistas da CP, que dura há mais de 50 dias e para a qual não se vislumbra solução, causando enormes prejuízos a milhares e milhares de utentes por todo o País, e particularmente na área de Lisboa, continua por solucionar e apenas porque o Governo de Cavaco Silva se recusa a ter em conta os interesses dos trabalhadores e das populações.

Os conflitos sociais em curso podem ser resolvidos. A Comissão Política, ao mesmo tempo que apela aos trabalhadores, a todos os lesados pela política de afrontamento social para que intensifiquem as suas acções de protesto, exige do Governo a adopção rápida de medidas para desbloquear as situações graves, nomeadamente a greve da CP, dando satisfação às justas reivindicações dos trabalhadores e das populações.

A pretensão do grande patronato, bem expressa nas recentes propostas da CNEP para uma revisão radical de toda a legislação laboral, e que tem o apoio do Governo, constitui uma séria e muito perigosa ameaça aos direitos e conquistas dos trabalhadores e vem dar razão ao PCP quando afirma que o reforço do poder do grande capital se fará acompanhar de pressões no sentido de maiores e novas limitações aos direitos e liberdades dos trabalhadores e dos cidadãos.

Nos próximos tempos é de prever que se alargue e reforce a frente social de luta contra a política de direita. O Governo PSD, ferindo gravemente os interesses de praticamente todas as camadas não monopolistas, irá conhecer novas e mais significativas derrotas.

Entretanto, a Comissão Política insiste em que o crescente isolamento social e político do Governo e do PSD, inequivocamente demonstrado não só pela vastíssima movimentação social, mas pelas derrotas eleitorais, e a persistente contestação da grande maioria dos portugueses à sua política, põem em causa a legitimidade deste Governo para, na base dos resultados de 1987, continuar a governar e a afrontar a grande maioria dos portugueses, realizando uma política autoritária e de perversão do regime democrático.

A evolução da situação social e política torna cada vez mais imperioso o entendimento e a convergência das forças democráticas, com vista à criação das condições necessárias a uma verdadeira alternativa democrática à política do PSD, conforme com as aspirações e os anseios dos trabalhadores e de muitos vastos sectores sociais e políticos.

A Comissão Política considera que, no interesse de uma verdadeira alternativa democrática, se impõe prosseguir e aprofundar a cooperação estabelecida entre partidos democráticos para as eleições autárquicas e que é de contrariar e combater, por nefastas para uma alternativa democrática, tendências «bipolarizadas» ou quaisquer projectos de alianças de forças democráticas com forças de direita.

2. A Comissão Política, avaliando a evolução da conjuntura económica, regista com grande preocupação a aceleração da inflação verificada no passado mês de Janeiro (1,7% sobre o mês anterior). Logo no primeiro mês do ano, o nível de crescimento dos preços torna inatingível a meta oficial do Governo para a inflação em 1990. O que coloca a necessidade de os trabalhadores imporem nas negociações colectivas em curso, como condição necessária para que não vejam reduzido o seu poder de compra, salários que tenham em conta que a taxa de inflação de referência será claramente superior à que o Governo propaga.

Por outro lado, o prosseguimento da aceleração da inflação, com evidente afastamento em relação à média da CEE, torna mais complexa e arriscada uma rápida integração do escudo — como alguns defendem — no mecanismo cambial do Sistema Monetário Europeu.

A Comissão Política do PCP apreciou ainda as principais linhas de força da Lei-Quadro das Privatizações, aprovadas na

Assembleia da República com os votos do PSD e do CDS, nomeadamente a completa governamentalização de todo o nefasto processo de privatizações, sem quaisquer garantias de transparência e seriedade e sem respeito pelas próprias disposições constitucionais.

A Comissão Política decidiu promover a denúncia pública das negociações que aquela lei permite ao Governo e incumbir o Grupo Parlamentar do PCP de requerer a declaração de inconstitucionalidade daquela lei se ela vier a ser promulgada.

3. Com a aprovação da Lei-Quadro das Privatizações bem como a Proposta de Lei da Alta Autoridade para a Comunicação Social e a Proposta de Lei do Serviço Nacional de Saúde, o Governo atinge traves mestras do regime democrático e dos direitos dos trabalhadores e da população em geral.

Com estas leis e propostas, o Governo procurará levar até às últimas consequências o quadro decorrente da revisão constitucional, confirmando assim na vida as razões que assistiam ao PCP na crítica ao PS pela entrega daqueles instrumentos ao PSD.

Simultaneamente, o Governo e o PSD procuram bloquear a acção institucional com vista à aprovação de novas leis que correspondem a aspirações democráticas e populares. É assim que, e entre outros factores, na Assembleia da República, protelam o avanço do processo de regionalização e rejeitam a fixação do horário máximo semanal de trabalho de 40 horas, como propunha o PCP.

A política de «diktat» usada pelo PSD nas votações parlamentares sobre os projectos governamentais relativos à Alta



Domingos Abrantes acompanhado de Vítor Dias, apresentou aos jornalistas o comunicado saído da última reunião da Comissão Política do PCP, realizada na passada segunda-feira

Governo PSD irá conhecer novas e mais significativas derrotas

Autoridade para a Comunicação Social e à Lei-Quadro das Privatizações veio pôr em indistigável evidência o absurdo de, por via do acordo de revisão constitucional PSD-PS, se ter atribuído um vasto campo de manobra, em matérias de crucial importância, a um governo que previsivelmente caminhava já então para o desgaste, enfraquecimento e isolamento que hoje patenteia.

A Comissão Política entende dever chamar a atenção para que o Governo do PSD pretende manifestamente utilizar as possibilidades, poderes e instrumentos que lhe foram oferecidos em sede de revisão constitucional, não apenas para compensar a sua fraqueza e debilidade num período conjuntural até às eleições de 1991, mas também no sentido de introduzir na organização económica e no sistema político, modificações de fundo que sejam duradouramente favoráveis aos interesses de classe que representa e graves condicionantes à futura concretização de uma política de alternativa democrática.

4. O Governo prossegue a sua ofensiva centralizadora e anti-autárquica, de que é expressão recente a transferência de mais encargos sem verbas (agora com o ensino particular e cooperativo), burocratiza e reforça a arbitrariedade na distribuição de verbas, prossegue o reforço das CCRs, pretende instituir os inquéritos parlamentares às autarquias como via paralela e inconstitucional de tutela e ingerência na actividade das autarquias.

Neste quadro, a Comissão Política apela para o reforço da luta em defesa do Poder Local e por medidas necessárias ao seu aprofundamento, de que são exemplo as propostas do PCP apresentadas na Assembleia da República no sentido de permitir a existência de eleitos a tempo inteiro nas Juntas de Freguesia, de reforço das suas competências, de consagração da possibilidade de criação de empresas municipais, intermunicipais e regionais, de avanço da regionalização.

5. A Comissão Política, analisando os novos desenvolvimentos ocorridos no processo de integração na CEE, considera inadmissível que, perante questões de maior relevância para o futuro do País, o Governo se mantenha numa posição arrogante, fechada e sectária, ao contrário do que a complexidade e importância das questões em jogo exigiria.

O Governo tem continuado a governamentalizar as questões da integração europeia, com prejuízo da sua força negociadora e dos interesses nacionais.

A falta de transparência e de informação à opinião pública, aos parceiros sociais, aos partidos da oposição, à Assembleia da República; a não avaliação das consequências e a não explicitação de uma estratégia nacional de negociações e de desenvolvimento, têm-se manifestado claramente face à União Económica e Monetária, à Conferência intergovernamental, à segunda fase de negociação do período de transição da Política Agrícola Comum, ao desmantelamento do acordo multifibras, ao acordo Lomé IV, ao programa de acção da Carta Social Europeia.

As alterações verificadas no quadro comunitário, as incertezas orçamentais, nomeadamente a partir de 1992, o esgotamento dos períodos de transição e a aproximação do mercado único, conferem ainda uma maior importância e relevância à necessidade de uma estratégia de desenvolvimento nacional, à diversificação das relações económicas externas, à aplicação criteriosa dos fundos estruturais.

Nestas circunstâncias, a Comissão Política considera urgente a realização da interpelação ao Governo centrada nas questões comunitárias, já apresentadas pelo Grupo Parlamentar do PCP.

6. A Comissão Política analisou e debateu as linhas essenciais das «Teses» a apresentar ao XIII Congresso (Extraordinário), tendo decidido convocar uma reunião do Comité Central para os próximos dias 4 e 5 de Março, para discussão e aprovação das «Teses» a sujeitar, logo de imediato, à apreciação e debate em todo o Partido.

Milhares de membros do Partido estão a participar na discussão preparatória do Congresso. A elaboração das «Teses», conforme orientação definida pelo Comité Central, integram já valiosos contributos resultantes destas discussões e dadas por organizações e vários membros do Partido profundamente empenhados na análise e aprofundamento da nova realidade nacional e internacional e em darem a sua contribuição para o reforço do Partido.

Lisboa, 19 de Fevereiro de 1990

Aniversário

Há quem diga que fazer anos é festejar a vida. Sendo assim, a festa de aniversário é o acto celebratório que junta todos à volta da mesma alegria ou da mesma solenidade, conforme o objecto da homenagem é mais ou menos formalizador da nossa atenção.

Há quem diga também que comemorar o passado numa festa no presente é, em certo sentido, confiar no futuro ao ponto de apostar nele. «Saúde!» diz-se então muito a propósito, erguendo a taça com votos de muitas felicidades e festas como aquela.

É claro que ninguém nessa altura está com apuros filosóficos acerca da incongruência do passado como entidade concreta, visto que já passou e portanto não se lhe pode mexer, ou da pura abstracção que é o futuro porque ainda não aconteceu e, portanto, até nem tem ponta nenhuma por onde se lhe pegue. Nessa altura contentamo-nos em celebrar a memória do que temos sido, em nome do que queremos ser. Festejando com o que somos.

E é no festejar com o que somos que reside a parte mais funda e séria de qualquer aniversário. Em primeiro lugar porque o que somos é sempre o resultado exacto do que fomos conseguindo ser, com sonhos e sem eles, na vitória e na derrota, na construção de um património individual ou colectivo que é o melhor bilhete de identidade de qualquer aniversariante.

Em segundo lugar porque o que somos é o grande ponto de partida para aquilo que vamos ser. E, em alguns casos, um ponto de partida caucionado pela coerência de toda uma vida.

É o caso do «Avante!», que no passado dia 15 completou 69 anos de existência. São 69 anos de vida comemorados ano a ano com o mais extraordinário dos festejos: a luta indomável e quotidiana pelo direito de informar o povo português, contra uma ditadura que não olhava a meios ou a métodos para tentar calar o jornal dos comunistas que viu pela primeira vez a luz do dia (mais provavelmente da noite) numa lendária oficina de amador, no Largo de S. João Napomuceno, em Lisboa.

Desde o começo, cada aniversário era, em si mesmo, um hino à vida. E à coragem, e à dedicação, e ao heroísmo, e à suprema alegria de viver de homens e mulheres que, num entrosar de gerações, deram tudo o que tinham — até a própria vida, e foram muitos — para garantir que o «Avante!» nunca deixasse de sair à rua. Sempre feito em território nacional, emergindo das tipografias clandestinas, circulando pelos subterrâneos da luta, chegando sempre, indomável e imparável, às mãos do povo português, mau grado os assaltos da Pide às tipografias, as prisões, as torturas e os assassinios.

Depois do 25 de Abril — para o qual contribuiu significativamente — o «Avante!» continuou a desempenhar o seu papel insubstituível na vida portuguesa, fazendo eco de todas as lutas, esclarecendo e mobilizando, intervindo activamente na construção do Portugal democrático.

Também aqui cada aniversário do «Avante!» tem sido festejado fundamentalmente com aquilo que ele é — sempre foi — momento a momento: uma tribuna ao serviço da liberdade, do progresso, dos interesses, dos direitos do nosso povo e do nosso País, na acção quotidiana que constrói os melhores aniversários. O que somos é, no caso do «Avante!», o melhor ponto de partida para aquilo que vamos ser: um jornal sempre ao serviço da verdade, dos trabalhadores, do povo português, da nossa pátria.

Por isso o atraso de alguns dias a assinalar o 69.º aniversário do «Avante!» não é relevante.

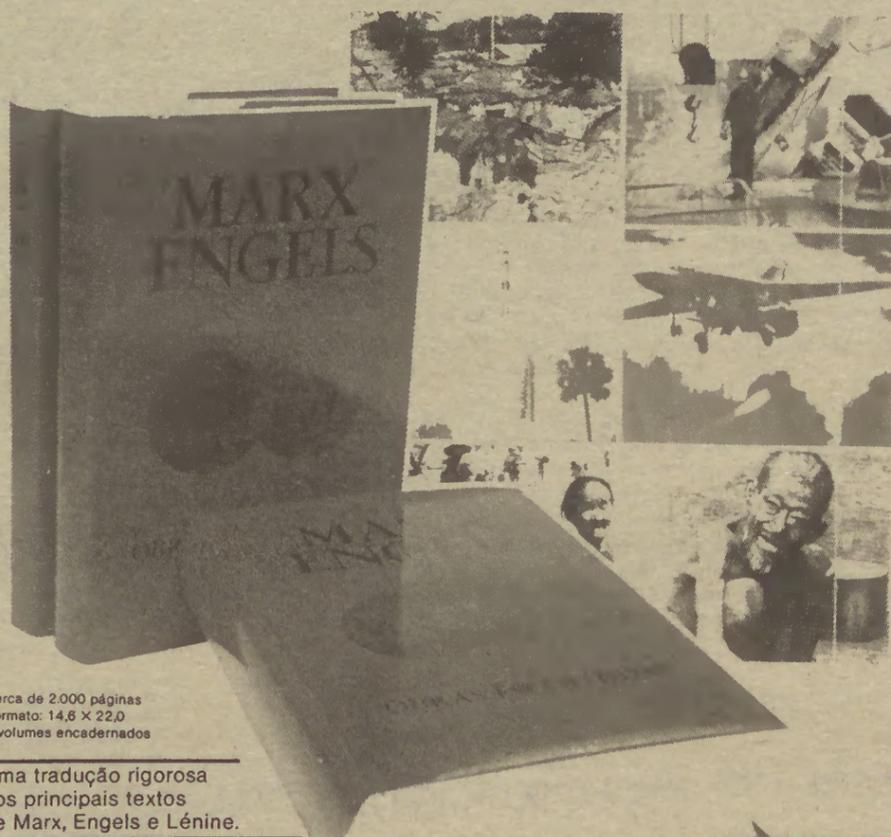
É a festejar com o que somos que reside a parte mais funda e séria de qualquer aniversário.

■ H.C.

Os clássicos do marxismo-leninismo

As obras fundamentais de Marx e Engels que nos facultam a chave da compreensão da sociedade e da natureza para transformar o mundo.

Obras Escolhidas de Marx-Engels em 3 tomos



Cerca de 2.000 páginas
Formato: 14,6 x 22,0
3 volumes encadernados

Uma tradução rigorosa dos principais textos de Marx, Engels e Lênine.

PCP

A grave situação financeira dos Açores PCP propõe debate urgente na Assembleia Legislativa regional

O Governo Regional e o PSD evitam sempre a realização de qualquer debate que vise aprofundar o problema financeiro do arquipélago, tendo essa mesma postura quando se discutem os planos e orçamentos — observa o Secretariado da Direcção do PCP na Região Autónoma dos Açores, numa declaração de Imprensa divulgada há dias. A posição dos comunistas açorianos pode sintetizar-se em 5 apontamentos fundamentais:

1. — A existência de problemas financeiros deriva, na opinião do PCP, quer da insuficiência das receitas orçamentais, quer da má aplicação de muitos recursos existentes.

A redução da questão financeira à insuficiência das receitas implicaria, necessariamente, a admissão de que a política de gestão de recursos, de investimentos públicos e de recurso à dívida realizadas pelo Governo Regional através do Plano e do Orçamento seriam correctas, o que na realidade não acontece.

2. — O PCP tem votado sempre contra os planos e orçamentos por entender que eles são a expressão financeira de políticas inadequadas à realidade e às necessidades regionais. Sendo assim, a resolução dos problemas financeiros regionais passa também, e essencialmente, pelo reexame de toda a política económica do Governo, pela elaboração e adopção de medidas de contenção de despesas correntes e sumptuárias.

A vida demonstrou já com clareza suficiente que a política orçamental do Governo

Regional não é nem adequada nem rigorosa e que tem como consequência o agravamento da situação financeira da Região.

3. — O PCP tem, em várias ocasiões, proposto como questão essencial, a realização de um debate profundo sobre a situação financeira regional.

Em Junho de 1989, quando se discutia na Assembleia Legislativa regional, um pedido do Governo para contrair mais uma dívida externa, o deputado do PCP, Paulo Valadão, dando expressão a essa posição de fundo do PCP, reclamou, na tribuna da Assembleia, a realização de tal debate na própria Assembleia Legislativa, órgão ao qual cabe o mais alto poder de decisão regional nestas matérias.

O Governo Regional e o PSD/A evitaram sempre a realização de qualquer debate que vise aprofundar o problema financeiro, tendo essa mesma postura quando se discutem os planos e orçamentos. Tal posição deriva essencialmente do facto de não quererem reconhecer, na extensão apropriada, a inadequação da sua política de

despesas e a necessidade de ela ser profundamente alterada.

No momento em que o presidente do Governo Regional debate com o Primeiro-Ministro a situação referente às receitas orçamentais regionais o Secretariado da DORAA do PCP entende ser da maior importância propor, publicamente, a todas as forças políticas regionais com assento parlamentar, a criação de condições para a abertura de um debate urgente, na Assembleia Legislativa regional, sobre a situação financeira, debate esse que deve incidir quer sobre as receitas, quer sobre as despesas correntes e de investimento, quer, ainda, sobre a dívida pública directa e indirecta.

4. — Quanto às receitas regionais, o Secretariado da DORAA reafirma a disponibilidade do PCP em examinar e até, eventualmente, apoiar soluções que possam vir a permitir o reequilíbrio financeiro regional, mas sublinha que tal disponibilidade só pode ser entendida, num quadro de debate regional interno global, isto é, de debate das receitas e de análise das políticas que provocam as despesas.

O PCP não avalizará quaisquer propostas que visem garantir novos regimes, no que respeita às receitas sem que antes seja, na região e no órgão próprio — Assembleia Legislativa — analisada em profundidade a polí-

tica económica, ou seja, a forma como os recursos sejam aplicados.

O PCP chama ainda a atenção para o facto de ser possível e necessário, no quadro constitucional e estatutário vigente, a adopção de medidas e formas de relacionamento financeiro entre o

Estado e a Região, diferentes das actuais, mais frutuosas, correlacionadas com o desenvolvimento regional.

5. — O Secretariado da DORAA sublinha, finalmente, que a magnitude e gravidade destas questões não se compadece com quaisquer posições de alheamento ou

adiamento de uma análise séria da situação, pelo que envidará todos os esforços que estejam ao seu alcance, por forma a que as questões financeiras e numa perspectiva mais larga, todas as questões da economia regional, venham a ter um tratamento mais sério e adequado à realidade que se vive.

Beja Linhas de trabalho para 90

- Apontada para **Novembro** a Assembleia da Organização Distrital
- Eleito novo **Executivo político** (23 elementos)
- Marcada para **3 de Março** uma reunião de quadros comunistas, dirigentes e delegados **sindicais** do distrito
- Criado gabinete do eleitor e do município

Renovar o trabalho de direcção é preocupação saliente numa das cinco «grandes linhas de orientação do trabalho partidário no distrito de Beja para o ano em curso». A ideia retira-se do documento agora aprovado pela Comissão Distrital do PCP, que esteve reunida no último sábado na capital do Baixo Alentejo. Na nossa próxima edição daremos um tratamento mais desenvolvido às conclusões aprovadas por aquela Distrital. Por hoje, deixamos à apreciação dos nossos leitores, e especialmente os daquela zona do País, a síntese das direcções de trabalho aprovadas.

Ao anunciar a necessidade de **dinamizar, reestruturar e renovar** o trabalho de direcção, organizações, a Distrital sublinha que se incluem nesta orientação as Comissões Concelhias e a Comissão Distrital, agora com responsabilidades acrescidas após a reestruturação verificada a nível da

Direcção Regional (DORA) do Partido.

Outra orientação essencial aponta para que todas as organizações e militantes no distrito de Beja possam participar de forma activa, criativa e crítica na preparação do XIII Congresso (Ext.), procedendo à eleição democrática dos seus delegados.

Uma terceira direcção destaca a necessidade de avançar esforços para a dinamização do trabalho, da acção e da luta pelo desenvolvimento integrado e participado, económico, social e cultural do distrito, cabendo aos militantes do Partido na Associação de Municípios e nas autarquias, na União dos Sindicatos e no movimento sindical, nas organizações de agricultores, na Associação de Defesa do Alqueva e noutras organizações e estruturas unitárias um papel de relevo na luta por aqueles objectivos, lado a lado com outros democratas e no respeito pelas decisões tomadas nessas estruturas unitárias.

O terceiro distrito mais industrializado do País...

Aveiro: das estatísticas do crescimento à dura realidade da situação social

A Comissão Distrital de Aveiro do PCP efectuou no último sábado uma importante reunião durante a qual procedeu à análise da situação política e social e à discussão de diversos aspectos da actividade do Partido, particularmente as referentes ao trabalho de direcção e organização e ao XIII Congresso (Extraordinário) do PCP.

A CDA do PCP registou e sublinhou o significado que assume a recente divulgação de **elementos estatísticos que passam a apontar o distrito de Aveiro como o terceiro distrito mais industrializado do País.**

Ao constatar esta situação a CDA do PCP assinala que ela surge em simultâneo com preocupantes elementos indiciadores de agravamento da situação social, de entre os quais se destacam:

- A intensificação da ofensiva contra os direitos dos trabalhadores patente na crescente precarização do trabalho, na limitação das liberdades sindicais e na discriminação de dirigentes e activistas sindicais;
- A diminuição do poder de compra dos trabalhadores,

dos reformados e da generalidade da população;

- A preocupação dos agricultores do distrito face às ameaças colocadas pela concorrência dos produtos de outros países, pela falta de apoio à produção e pelo não cumprimento das promessas de subsídios para compensação dos prejuízos causados pelas intempéries (o que é também extensivo aos produtores de sal);
- A degradação de serviços públicos essenciais nas áreas da educação, da saúde e dos transportes.

Sintoma de agravamento da situação social é a **generalização de várias situações de alto risco** de que são vítimas muitas crianças e jovens, associadas à droga, alcoolismo, maus tratos e abandono familiares e, par-

ticularmente, à prostituição de menores, que atingem proporções alarmantes.

A propósito de desenvolvimento...

A CDA do PCP mais uma vez afirma que o **crescimento económico não significa automaticamente desenvolvimento** e que o efectivo desenvolvimento do distrito passa pela melhoria das condições económicas, sociais, ambientais, e culturais da sua população. Não pode ser aceite como positivo um modelo de crescimento económico que vem conduzindo ao rápido e escandaloso enriquecimento de alguns em detrimento da grande maioria, sublinham os comunistas.

Não é com a continuação da política deste Governo PSD, cada vez mais isolado nos planos político e social — o que é também comprovado pela desorientação das suas principais figuras distritais — que se irá conseguir o efectivo desenvolvimento; por tal razão a **CDA do PCP**

saúda todos quantos lutam, no distrito de Aveiro, contra os aspectos gravosos da política do Governo (destacando os agricultores e os reformados) considerando que as suas acções são um elemento determinante para o surgimento de uma efectiva alternativa democrática.

A CDA do PCP afirma também que a efectiva construção do Poder Local com a **Instituição das regiões administrativas** constitui uma peça fundamental para a correcta abordagem das questões do desenvolvimento. Por tal razão apela aos cidadãos e às instituições do distrito para que expressem o seu protesto contra o sucessivo adiamento deste assunto na Assembleia da República, responsabilizando a acção bloqueadora do PSD e o silêncio cúmplice do PS.

23 Assembleias Plenárias

Sobre o XIII Congresso (Extraordinário) do PCP a CDA apreciou alguns aspectos

da sua preparação tendo aprovado a distribuição dos militantes das organizações concelhias do distrito por **23 Assembleias Plenárias** que procederão à discussão das Teses e à eleição dos delegados. A este respeito a CDA recomendou que a discussão não se limite às Assembleias e que sejam promovidas tantas reuniões quantas as necessárias à efectiva participação dos militantes do Partido no distrito.

Foi também analisada a evolução da **Campanha Nacional dos 150 mil contos destinada à aquisição dos terrenos da Festa do «Avante!»**. Considerando positiva a recolha do distrito, em poucas semanas, de cerca de 600 mil escudos para aquele objectivo, a CDA do PCP discutiu algumas medidas visando a intensificação da Campanha.

Novo Executivo

Parte significativa da reunião foi dedicada às questões de direcção e organização do

PCP, no distrito, tendo sido decidido um conjunto de medidas que irão representar uma profunda alteração do trabalho. De entre essas medidas destaca-se a eleição de uma **nova Comissão Executiva da Comissão Distrital de Aveiro**, que passou a ter a seguinte composição: Sérgio Teixeira, 39 anos, operário gráfico, da C. Política do CC do PCP; Joaquim Almeida da Silva, 40 anos, metalúrgico, do CC do PCP; Ramiro Silva, 35 anos, serralheiro, do CC do PCP; António Salavessa, 38 anos, empregado de escritório; Artur Ramírio, 35 anos, serralheiro; Augusto Cadilhe Figueiredo, 37 anos, funcionário público; João Dinis, 36 anos, professor; José Manuel Amaro, 37 anos, advogado; José Pereira Costa, 38 anos, operário; José dos Santos Sousa, 35 anos, metalúrgico; Luís Quintino, 39 anos, empregado de escritório; Maria de Fátima Guimarães, 37 anos, professora; Maria Manuela Silva, 42 anos, professora; Rui Abrantes, 41 anos, advogado.

PCP

Matosinhos: um sábado em cheio

Comemorar o aniversário do «Avante!» e lançar a campanha dos 150 mil

Comemorar os 59 anos do «Avante!» e lançar no concelho a Campanha dos 150 mil contos para a aquisição da Quinta da Atalaia foi o objectivo do conjunto de iniciativas lançadas pela Comissão Concelhia de Matosinhos do PCP no passado sábado.

Durante o dia, foram as bancas de rua, em S. Mamede de Infesta, em Custóias e em Matosinhos, junto ao mercado que envolveram muitos camaradas na difusão do «Avante!», junto da população do concelho. Uma acção que deu já resultados — venderam-se cerca de uma centena de jornais — e, como referiu o camarada Abel, da Comissão Concelhia, «a perspectiva para as próximas semanas é de aumentar ainda mais a sua difusão de forma organizada».

À noite, foi o convívio e o debate. Não faltou o bolo

de aniversário, com velas apagadas às escúras, como manda a tradição e os «Parabéns a Você», cantados em coro ao «Avante!» por mais de uma centena de militantes e amigos do Partido. E já que se tratava também do lançamento da Campanha dos 150 mil contos, foram projectados diapositivos da Quinta da Atalaia.

O debate, subordinado ao tema «O PCP perante os problemas de hoje», contou com a participação do camarada Aurélio Santos, do Comité Central.

Num improviso com que introduziu a sessão, Aurélio Santos equacionou o conjunto de desafios que se colocam hoje na sociedade portuguesa e no mundo. Olhar para esses desafios e procurar dar-lhes resposta é a perspectiva do PCP. Respostas encontradas já, em aspectos fundamentais, no XII Congresso, no Programa do Partido ali aprovado, que aponta para levar a democracia à vida em todos os seus aspectos: político, económico, social e Cultural. Respostas a encontrar também no XIII Congresso Extraordinário, tendo em conta novas realidades e tirando conclusões a partir delas. O conjunto de problemas que se colocam ao movimento comunista internacional, o socialismo, foram também

tema de análise, tendo Aurélio Santos afirmado a dado passo que o capitalismo não resolveu nenhum dos problemas da humanidade, mesmo nos países mais desenvolvidos, e que a alternativa do socialismo se põe com a mesma importância e a mesma agudeza para pôr fim a todas as formas de opressão e exploração. A existência de um partido comunista forte e coeso, «para transformar a sociedade e não apenas para intervir nesta sociedade» levaria Aurélio Santos a concluir que «se não existisse este Partido Comunistas teríamos de o criar». «Temos um passado honroso, temos um futuro e as nossas ideias também têm futuro», salientaria Aurélio Santos.

As questões internacionais dominaram as poucas intervenções registadas no decorrer do debate. destaque para a «perestroika», e as suas consequências, o socialismo que queremos ou os grandes passos dados «para que não vivamos sobre o perigo de uma guerra nuclear». Mas houve também quem, apesar de se estar numa sessão pública, colocasse alguns problemas da vida interna do Partido, em particular questões relativas à forma de organização da discussão. Em relação a esta última questão, Aurélio Santos, a encerrar o debate, sublinhou a necessidade de fazer da discussão uma forma normal de estar no Partido, criar espaços onde eles não existam, ter mais profundidade na abordagem dos diversos problemas.



3 de Março, no Vitória

Célula do BTA em assembleia

Está marcada para 3 de Março, no Centro Vitória, em Lisboa, a terceira Assembleia da célula do PCP no Banco Totta e Açores (BTA). Com início previsto para as 10 horas, a assembleia irá proporcionar um debate em torno do relatório de actividades, perspectivando-se igualmente a eleição do novo secretariado daquela célula, de acordo com a proposta de ordem de trabalhos já divulgada.

Entretanto, da parte da tarde, no mesmo local, haverá um debate em que estará em foco o BTA, o sector bancário e a situação política nacional e internacional. A intervenção de abertura deste debate, com início marcado para as 14 horas, será assegurada pelo camarada Octávio Teixeira, técnico do Banco de Portugal, membro do Comité Central do PCP.

No convite para esta iniciativa o secretariado da célula do BTA refere a dado passo:

O simples facto de nos vermos, de nos juntarmos, no próximo dia 3 de Março, é já uma grande alegria, uma força e um estímulo para todos nós.

«Quanto aos temas que propomos, parecem-nos óbvios.

«Estamos todos ligados ao BTA, temos direitos a defender, tradições de luta a honrar e problemas novos a estudar, os quais, naturalmente, determinarão as novas acções a empreender.

«Em relação à situação política nacional e internacional é bem conhecido que estamos empenhados num debate sério e profundo, como é bem conhecido que enfrentamos grandes problemas e desafios.

«Como sempre, estamos muito interessados em conversar com todos os nossos amigos, ouvir todas as opiniões e receber todas as contribuições que muito enriquecerão o nosso trabalho.»

Sector Público da ORL

A questão dos fundos e o orçamento para 90, a campanha dos 150 mil contos para os terrenos da Festa do «Avante!» e o prosseguimento do debate sobre questões de direcção, integrado na preparação do XIII Congresso (Ext.), foram temas em foco na reunião plenária da direcção da organização do Sector Público da ORL do PCP.

Foram tomadas medidas — sublinha ao «Avante!» o secretariado do Sector — no sentido do reforço dos organismos executivos de direcção a vários níveis.

No próximo dia 22 de Março vai realizar-se uma sessão para todos os militantes do Sector sobre a situação internacional. No dia 29 do mesmo mês haverá uma reunião do executivo do Sector com os secretariados das células, tendo como objectivo um debate sobre a ofensiva contra o sector empresarial do Estado.

É caso para dizer

Se leu no «Expresso» não acredite...

No passado dia 17 o gabinete de Imprensa do PCP divulgou o seguinte esclarecimento:

Contactado por órgãos de Informação no sentido de comentar a notícia do «Expresso» fantasiosamente intitulada «Carvalho da Silva afasta-se do PCP», o gabinete de Imprensa do PCP está em condições de esclarecer:

1. Manuel Carvalho da Silva, destacado militante do PCP, continua a desempenhar as suas tarefas partidárias e continua a participar, como convidado, nas reuniões do Comité Central do PCP.

2. A notícia do «Expresso» tem assim carácter meramente especulativo, sendo de admitir que veicule mais uma operação de intriga sobre questões da vida interna do PCP.



O «Avante!» nas ruas de Matosinhos. Um esforço da organização do PCP que vai continuar e que o colectivo da Redacção desde já saúda calorosamente

Camaradas Falecidos

José António Veríssimo Silva

Faleceu o presidente da Assembleia Municipal de Vila Franca de Xira, camarada José António Veríssimo Silva, destacado militante do Partido Comunista Português, um



nome prestigiado naquele concelho, onde durante vários anos realizou um trabalho dinâmico em favor das populações e do desenvolvimento do Município.

José António Veríssimo Silva foi membro dos órgãos dirigentes (concelhos, distritais e nacionais) do movimento

da oposição democrática, entre 1969 e 1971.

«Militante activo do Partido Comunista Português desde muito novo, integrando organizações locais do Partido no tempo da clandestinidade, tendo conhecido o exílio político no estrangeiro antes do 25 de Abril, participou de modo inextinguível na construção da democracia e do Poder Local Democrático» — afirma o presidente da CM de Vila Franca de Xira, Daniel Branco.

Integrava a Comissão Concelhia do PCP de Vila Franca de Xira desde 1974. Foi membro da Comissão Nacional de Autarquias Locais junto do Comité Central do PCP.

Em 1974/75 foi vice-presidente da Comissão Administrativa da Câmara Municipal de V. Franca. Presidiu ao Município entre 1976 e 1980.

Foi membro da Comissão Nacional da Associação Nacional de Municípios. Desde 1981, presidia à Assembleia Municipal de Vila Franca. Em 79/80 foi deputado à Assembleia da República pelo PCP.

José Veríssimo tinha 47 anos e desempenhava

funções de assessoria de «marketing».

Luís Nogueira

Com 76 anos, morreu no Hospital de Guimarães, de doença cardíaca, Luís Nogueira, natural e residente em Antime, Fafe.

Luís Nogueira era militante do Partido Comunista Português desde 1943. Pela sua actividade política e partidária foi torturado e esteve encarcerado pela polícia fascista 11 anos. Foi um antifascista e lutador incansável até à sua morte. Era membro da Comissão Concelhia de Fafe do PCP e nessa qualidade ainda participou na reunião de quadros do PCP realizada no dia 4 para discutir a situação política e a preparação do XIII Congresso (Extraordinário).

A Comissão Distrital de Braga do PCP apresenta os mais sentidos pêsames aos seus familiares e aos camaradas da organização concelhia de Fafe.

O funeral de Luís Nogueira saiu da capela mortuária do hospital de Guimarães.

Manuel Bernardo Miguel

Faleceu no passado dia 10 o camarada Manuel Bernardo Miguel. Contava 79 anos. O camarada estava organizado na freguesia da Cova da Piedade em Almada, e era responsável pela distribuição da Imprensa do Partido nesta freguesia. Era militante do Partido desde 1976.

A Comissão Concelhia de Almada e a Comissão de Freguesia da Cova da Piedade enviam aos familiares e amigos do camarada falecido os mais sentidos pêsames.

Luís dos Reis

Da Malveira chega-nos também a informação do falecimento do camarada Luís dos Reis, de 80 anos, natural do Turcifal, concelho de Torres Vedras.

Aos familiares, amigos e companheiros dos comunistas falecidos, o colectivo do «Avante!» apresenta sentidas condolências.

PCP

Diniz Miranda

Faleceu na passada quinta-feira o camarada Diniz Fernandes Miranda, membro do Comité Central do PCP e da Direcção da Organização Regional do Alentejo. Foi presidente da Assembleia Municipal do Redondo, deputado à Assembleia Constituinte e à Assembleia da República. Destacou-se na resistência ao fascismo e na luta pela Reforma Agrária.

Natural de Montoito, Redondo, operário agrícola, Diniz Miranda, que faleceu com 60 anos de idade, era membro do Partido desde 1946, funcionário do PCP desde 1959 e membro do Comité Central desde 1966. Foi membro da Comissão Política entre 1976 e 1988.

De 1946 a 1954 fez parte de várias Comissões de Unidade e de Praças de Jorna. Foi membro da Comissão Central do MUD Juvenil. Foi preso em Novembro de 1949, em Setembro de 1952, em Abril de 1955 e em Novembro de 1959. Tendo-se evadido em 1960 da Cadeia Central do Norte, passou à clandestinidade, voltando a ser preso em Maio de 1967. Sujeito pela Pide a brutais espancamentos e torturas, Diniz Miranda manteve sempre um comportamento exemplar, de grande dignidade e firmeza política. Trinta horas na tortura de estátua (1952), três dias e noites de espancamentos (1955), quinze dias e noite de tortura do sono (1967), são exemplos das brutalidades a que foi

submetido. No total esteve doze anos preso nas cadeias fascistas, tendo sido libertado com o 25 de Abril de 1974.

Depois do 25 de Abril, «Diniz Miranda desempenhou destacado papel nas lutas pelas primeiras convenções de trabalho para os assalariados agrícolas e pela formação dos seus sindicatos no Alentejo, pelo avanço e defesa da Reforma Agrária, pela defesa dos direitos de todos os trabalhadores, por um Alentejo de progresso e paz, pelo reforço e alargamento da implantação do Partido na região, prosseguindo de forma consequente a luta pelos ideais comunistas aos quais dedicou a vida», sublinha o documento da DORA do PCP que assinala a morte do camarada, onde se expressa o pesar da Organização.

O Secretariado do Comité Central publicou na mesma data um documento em que evoca «o seu destacado exemplo de militante e dirigente comunista, de combatente da causa da liberdade, da democracia e do socialismo», transmitindo à família os «seus profundos sentimentos de dor e pesar».

«Ao longo de uma vida inteira de dedicação aos interesses dos trabalhadores, do povo e da democracia e aos ideais do socialismo e do comunista, Diniz Miranda granjeou o respeito e a estima fraternal dos seus camaradas, dos trabalhadores, dos democratas portugueses».

Representações no funeral e mensagens de condolências

Por ocasião do falecimento do camarada Diniz Miranda, contaram-se por muitas dezenas as representações no funeral e as mensagens de condolências enviadas. A Direcção do PCP esteve representada pelos camaradas Álvaro Cunhal, secretário geral do Partido, José Soeiro e Bernardino Sebastião, da Comissão Política, Dias Lourenço e Aboim Inglês, do Comité Central, encontrando-se presentes muitos outros membros do CC, entre os quais Jaime Serra, da Comissão Central de Controlo e Quadros, António Gervásio, da Comissão Política. O «Avante!» esteve representado pelo seu Director e pelo chefe de redacção Ruben de Carvalho, do Comité Central.

Entre outras organizações, estiveram representadas, pelo PCP, a DORAL, a DORSA, a DORBI e o colectivo de funcionários do CT da Soeiro Pereira Gomes. Também se encontravam representados a CGTP/Intersindical Nacional, o Sindicato da Função Pública do Distrito de Évora, a Câmara Municipal de Reguengos de Monsaraz, a Junta de Freguesia da Graça, Lisboa, delegações da FENCA, do Sindicato dos Trabalhadores Agrícolas de Évora, do MDP/CDE, da Câmara Municipal de Serpa. E ainda um representante da Federação Distrital de Évora do Partido Socialista e a Secretária Coordenadora do Distrito de Évora do PS.

Enviaram mensagens: a DORAM, a Comissão Distrital de Aveiro, a Célula da Assembleia Municipal de Beja, a Comissão Concelhia de Borba, as Comissões Distritais de Bragança e de Viséu, as Comissões Concelhias de Matosinhos, de Bragança e de Sintra, a Distrital da Guarda e a DORP.

Também enviaram telegramas de condolências: o STAL de Portalegre, a União dos Sindicatos de Beja, a Direcção dos Escritórios e Serviços do Sul, o Sindicato dos Têxteis do Sul, as Câmaras Municipais de Arraiolos e de Borba. E ainda: a Comissão Política Distrital de Évora do PSD, o Presidente da Assembleia Distrital de Évora, o «Diário do Sul», o Centro Dramático de Évora, o Governador Civil de Évora, o secretário concelhio de Évora do Partido Socialista e a CGTP/Intersindical Nacional.

Foram recebidos, entre muitos outros, telegramas de personalidades da vida política e cultural: Rui Godinho, Maria Cândida Caeiro, Helena Neves, Urbano Tavares Rodrigues, Túlio Espanca, Conceição Matos, Domingos Abrantes, Olívia Maria Salomé Papiniano, Gina Pato, António Casmarrinha, Dr. Joshua Ruah e Georgette Ferreira.

Também o partido Ecologista «Os Verdes» expressou em telegrama ao Comité Central do PCP «as suas sentidas condolências pela morte de Diniz Miranda».

Sobre um noticiário da TSF

Informado por diversos militantes e por outros cidadãos de que a TSF, nos seus primeiros noticiários desta manhã, ao noticiar o falecimento de Diniz Miranda, se referiu àquele dirigente comunista como um «dos últimos duros e ortodoxos», o Gabinete de Imprensa do PCP entende justificar-se o seguinte comentário breve:

1. O PCP lamenta que a obsessão de denegrir o PCP, a falta de educação e a insensibilidade possam conduzir profissionais daquela estação emissora a procedimentos que repugnam às mais elementares regras de bom senso, respeito e civilidade.

2. O PCP lamenta ainda que se transforme o falecimento e o funeral de um cidadão que dedicou toda a sua vida a combater pelos seus ideais, que passou doze anos nas cadeias fascistas e deu portanto um indelével contributo para a liberdade de que hoje usufruímos numa ocasião para deturpar o seu perfil humano e político e descaracterizar os elevados ideais e valores por que sempre se bateu.



Muitas pessoas incorporaram-se no funeral de Diniz Miranda, sexta-feira passada, em Évora

Álvaro Cunhal Diniz Miranda, uma vida de luta, dedicação e coerência

Camaradas, amigos:

Estamos aqui hoje num momento de profunda tristeza. Deixa-nos para sempre um camarada cuja vida não só é alto exemplo como um testemunho vivo da força do ideal, da coerência, da luta, da indiscutível ligação ao povo dos comunistas portugueses.

Lembrando a vida de Diniz Miranda, é oportuno suscitar uma reflexão.

Que razões podem determinar que um homem como Diniz Miranda tenha desde muito jovem decidido entrar no Partido Comunista Português, e tenha desde então consagrado a sua vida à luta do nosso Partido? Tenha, no tempo da ditadura, afrontado longos anos de vida clandestina e selváticas torturas policiais sem que a sua boca se abrisse, e de acusado no banco do Tribunal fascista tenha levantado a sua voz acusadora, e tenha passado 12 anos na prisão sem que o seu ânimo desfalecesse, e tenha empreendido uma fuga heróica do cárcere para continuar a luta junto com os seus companheiros, -- sempre com os trabalhadores, sempre com o povo português -- e para que depois do 25 de Abril, data em foi libertado da prisão fascista, tenha continuado a luta com o mesmo entusiasmo revolucionário dando activa participação para as grandes transformações democráticas e nomeadamente a reforma agrária, heróica conquista dos trabalhadores, sujeita a criminosa ofensiva que visa a sua liquidação completa, mas que se continuará necessariamente a inscrever entre os grandes objectivos do nosso povo?

O que dá aos militantes comunistas a força para uma tal luta, para uma tal dedicação, para uma tal coerência, é qualquer coisa de muito profundo que distingue os comunistas e distingue a intervenção do PCP na vida nacional.

Os comunistas não são comunistas para satisfazerem ambições nem interesses pessoais, nem proventos, nem privilégios. Se alguém no Partido é movido por tais motivações, acaba mais cedo ou mais tarde por afastar-se ou ser afastado. Os comunistas são comunistas porque têm um ideal libertador, uma conduta revolucionária, porque consideram a acção política, não como uma forma de com a política se servirem a si próprios ou a quaisquer clientelas, mas como uma forma de, com a política, servirem os trabalhadores, servirem o povo, servirem o País.

Sabe-se que está em curso actualmente a mais monstruosa campanha recheada de deformações e mentiras contra o PCP.

Tem essa campanha duas principais linhas de força. Uma, os acontecimentos dos países socialistas. Outra, membros do nosso Partido que defendem que o Partido Comunista Português deve deixar de sê-lo e converter-se num partido social-democratizante.

Ao acompanharmos hoje pela última vez um comunista dirigente do nosso Partido, que consagrou a sua vida à luta pelo nosso ideal, é oportuno dizer a esse respeito algumas breves palavras.

Se alguns pretendem que os acontecimentos nos países socialistas representam o fim do ideal comunista e que por isso o PCP, como quaisquer outros partidos comunistas, não tem mais razão de existir, nós contestamos e afirmamos que, apesar dos erros, recuos e derrotas noutros países, é o ideal comunista (aprendendo com as experiências e as novas realida-

des) e não o poder e a política dos grandes capitalistas e latifundiários que continua a ser o único que corresponde aos interesses, necessidades e aspirações dos trabalhadores e do povo português e capaz de resolver os seus problemas.

E se alguns membros do Partido fazem campanha aberta para que o PCP abandone a sua natureza de classe, os seus princípios, os seus objectivos e a sua identidade, se há membros do Partido que querem deixar de ser comunistas, temos por certo que não é por esse facto que o Partido deixará de continuar a sê-lo.

Se este partido, ao qual Diniz Miranda consagrou a sua via, é uma grande força política nacional, se tem como tem tão profundas raízes no povo, se se mantém com os pés bem firmes na terra apesar dos grandes vendavais políticos que assolam o mundo e das campanhas que contra ele se desencadeiam, deve-se à luta, à dedicação, à conduta revolucionária de gerações e gerações comunistas.

Creio, camaradas, poder aqui afirmar com inteira confiança que o Partido Comunista Português será sempre digno daqueles que por ele e com ele lutaram ao longo dos anos e lutam no presente.

Ao acompanharmos hoje pela última vez Diniz Miranda é justo referir que nesta mesma data acabamos de perder também um outro grande camarada de sempre: Luís Nogueira, de Fafe.

As leis da vida levam-nos militantes. A luta traz-nos novos militantes que tomam o testemunho nas suas mãos. O PCP renova-se pelas leis da vida do ser humano.

Renova-se também pela necessidade de dar novas respostas às novas situações, aos novos fenómenos, às novas realidades, às novas experiências e certamente as dará no próximo XIII Congresso (Extraordinário).

Mas ao acompanharmos na morte aqueles que perdemos e que deram toda a sua vida à luta pelo nosso ideal, é aqui o momento apropriado para confirmarmos que podem os trabalhadores portugueses estar certos, pode o povo português estar certo de que o Partido Comunista Português continuará a ser um partido comunista, o partido da classe operária e de todos os trabalhadores, um partido inteiramente ao serviço do povo e do País, um Partido cuja criação, cuja luta, cuja razão de ser se justifica pelo seu ideal de libertação da exploração do homem pelo homem, da eliminação das desigualdades e injustiças sociais, da construção de uma nova sociedade em que são inseparáveis a democracia política, a democracia económica, a democracia social e a democracia cultural.

Diniz Miranda deixou-nos num momento em que o Governo do PSD vê reduzida a sua base de apoio, está cada vez mais isolado, caminha para a derrota e a demissão. Amplia-se a movimentação social contra o Governo. Há passos positivos na convergência e unidade dos democratas. Após as eleições autárquicas, a luta por uma alternativa democrática ao Governo de direita e a política direita entra numa nova fase.

A luta continua e a melhor homenagem que podemos prestar aos nossos mortos é continuarmos a luta com confiança em que a vitória será nossa.

Assembleia da República

Sem política e sem objetivos

Governo às aranhas com Ambiente

Em matéria de ambiente, entendido em qualquer das suas vertentes, seja ao nível da delapidação dos recursos, da deterioração do património ambiental, da degradação da vida urbana ou do empobrecimento da variedade biológica, uma análise da realidade nacional não pode deixar de suscitar as mais fundadas preocupações ao mais desatento cidadão, tal a dimensão das nossas fragilidades e carências e o volume do quanto neste domínio está por fazer no nosso País.

Mais esclarecedor a este respeito não poderia ter sido o debate realizado na semana finda em torno desta problemática por iniciativa do PS, reflexão que trouxe de novo a lume a importância das alterações profundas que urge operar ao nível dos valores e da mentalidade dos homens na sua relação com a natureza.

Uma transformação tanto mais necessária e urgente quanto é certo que neste capítulo pouco ou nada tem sido feito pelas entidades responsáveis, dese logo pela completa ausência de uma política ambiental por parte do Governo.

Política do tapa buracos

Isto mesmo ficou patente no decorrer do debate com o deputado José Socrates (PS) a acusar o Governo de considerar a política ambiental uma questão «marginal e secundária» em relação à qual se limita a «tapar buracos», enquanto Herculano Pombo (Verdes) se interro-

gava sobre o que fazer com um Ministério do Ambiente que não tem programa, nem orçamento, nem orgânica credível e que para lá da ausência de «objetivos e de estratégia» nem sequer tutela o ordenamento do território.

«A legislação não é tudo, é necessário definir uma política» lembrou por sua vez a deputada comunista Lourdes Hespanhol depois de chamar a atenção para a necessidade de não se «continuarem a cometer erros que estão a sair caros ao País e à população e que bloqueiam o desenvolvimento», opinião corroborada por Narana Coissoró (CDS), que apelou ainda para «uma verdadeira política de ambiente», lembrando Rui Silva (PRD), pela sua parte, que, apesar de aprovada por esmagadora maioria, a Lei de Bases do Ambiente ainda não passou do papel, sendo os três anos que nos separam da sua aprovação um período de «inoperância e ineficácia».

Um diagnóstico, como se pode constatar, pouco abo-

natório para o Governo e que este no decorrer do debate teve manifestamente dificuldade em rebater. Não só porque a intervenção inicial do ministro do Ambiente se ficou pelo enunciado de boas intenções, alguns princípios e generalidades, como também, porque, quando confrontado com uma série de perguntas de vários deputados da oposição, foi incapaz de esclarecer as questões concretas que lhe haviam sido colocadas.

O embaraço do Governo

Para isso terá certamente contribuído o facto de o ministro trazer já de casa redigido e dactilografado — chegou mesmo a ser (inadvertidamente?) acoplado à intervenção inicial e distribuído aos jornalistas — o texto que aquele entendeu elaborar como base de resposta às perguntas que presumiu lhe iriam ser feitas durante o debate.

Aconteceu, porém, que os cálculos saíram furados, acabando algumas «cábulas» por se revelarem desnecessárias porque desenhadas do contexto dos assuntos realmente levantados, enquanto — e isto sim foi grave — a grande maioria das perguntas concretas, essas, passavam ao lado das palavras do ministro, ficando literalmente sem resposta.



Um dos aspectos que mais realça dos desastres ecológicos de que atingiram a costa Vicentina e as praias de Porto Santo é a inoperância do Governo que, mais de três anos depois da nossa adesão à CEE, ainda não pôs em prática em Portugal as disposições do direito comunitário nem criou os mecanismos de prevenção e cumprimento de medidas de segurança e a exigência do seu cumprimento pelos países com a cruzar os nossos mares.

Na opinião do PCP, a garantia da gratuidade dos cuidados prestados, característica essencial em qualquer verdadeiro Serviço Nacional de Saúde, é uma solução que cabe no actual quadro constitucional.

«Não esperava a minha pertunta e por isso não trouxe a resposta escrita?», não resistiu a perguntar Narana Coissoró, antes de pôr o problema da «falta de consideração» pelos deputados que representaria em seu entender a atitude do ministro.

O episódio, sem dúvida insólito, acabou por gerar evidente embaraço na bancada do Governo e algum mal-estar entre os deputados da maioria, obrigando o secretário de Estado dos Assuntos Parlamentares a vir à liça em socorro de Fernando Real numa tentativa de remediar a situação.

Só que, pior a emenda que o soneto, acabou por confessar estar-se perante uma «matéria complicada» (sic), adiantando ainda que a não resposta a algumas perguntas não significava «desconsideração pelos senhores deputados» mas, sim, garantiu, uma «dificuldade inerente à gestão dos nossos tempos» (do Governo bem entendido).

Seja pelas dificuldades do Executivo seja pela «complexidade da matéria» o que é certo é que em relação a questões essenciais para as quais se pedia resposta o ministro no decorrer do debate passou por elas como gato pelas brasas.

E a verdade é que algumas dessas questões, diga-se de passagem, eram bem comestíveis, como foi o caso de saber — levantou-as a deputada Lourdes Hespanhol — onde está o estudo do impacto ambiental do complexo mineiro Neves Corvo? Quais os meios existentes para detecção e controlo de desastres com o recentemente ocorrido em Porto Santo? Quais as medidas que o Governo pensa adoptar para impedir que navios de passagem pela nossa costa continuem a lavar os seus contentores de hidrocarbonetos nas águas territoriais portuguesas?



Ourique

A pesada herança da anterior gestão

Uma pesada dívida que ultrapassa mesmo a receita anual do Município, tal é a herança deixada pela anterior gestão aos actuais responsáveis da Câmara Municipal de Ourique.

As consequências desta gravíssima situação económica para o município puderam ser constatadas no passado dia 19 pelos deputados comunistas eleitos pelo círculo de Beja, Lourdes Hespanhol, Manuel Filipe e Luís Bartolomeu, no decorrer de uma visita que estes efectuaram àquele concelho do Baixo Alentejo, inserida no seu plano de contactos regulares com as populações.

Os deputados do PCP ti-

veram assim ensejo de visitar, para além da Câmara Municipal, diversas instituições do concelho como o Centro de Saúde, a Cooperativa Agrícola, a Escola Secundária o Centro de Emprego e os Bombeiros Voluntários de Ourique.

Desses encontros, que lhes permitiram ter uma ideia mais precisa da dura realidade do concelho, ressaltou o problema da proximidade de trânsito, facto que justifica só por si o reforço dos serviços de saúde locais, uma vez que, neste momento, os serviços de urgência médica têm que ser custeados pela autarquia.

Falta de linhas de crédito, plantação indiscriminada de eucaliptos, aquisição de terras por estrangeiros e falta de definição por parte do Estado de uma correcta política agrícola, constituíram por sua vez alguns dos problemas reconhecidos a partir do encontro com a Cooperativa Agrícola.

Nota de realce dos encontros ocorridos com outras entidades é ainda a força de vontade revelada pelos seus responsáveis, pese as dificuldades existentes, em trabalhar no sentido da colaboração inter-institucional para um mais correcto desenvolvimento socioeconómico do concelho.

O vazio da política cultural

A incapacidade evidenciada pela Secretaria de Estado da Cultura no sentido de definir um plano de intervenções urgentes em domínios considerados nevrálgicos, seja no da salvaguarda do património histórico seja ao nível das questões relativas à actividade associativa e de produção, continua a ser um traço dominante da política do Governo, facto que não pode deixar de motivar profundas inquietações.

Tão ou mais grave que a sua inoperância, do que se conhece, é, entretanto, a forma como aquela Secretaria de Estado tem agido e como tem encarado as obrigações do Estado no facultar de meios e instrumentos de realização cultural.

Exemplar quanto a este aspecto é, sem dúvida — por pôr a nu a concepção selectiva e casuística que tem norteado a actuação do Governo — a política de atribuição de subsídios às companhias teatrais, cujo resultado tem sido a progressiva e acentuada diminuição das prestações estaduais, quando não mesmo a completa supressão de verbas a grupos de justo prestígio.

É o caso do Centro Dramático de Évora (Centro Cultural de Évora e Teatro da Rainha Associados) e do grupo Cena, de

Braga, cujas magras verbas que chegaram a receber em anos anteriores foram inexplicavelmente suprimidas.

Este seria, aliás, o motivo próximo que levou os deputados comunistas José Manuel Mendes e Lino de Carvalho a elaborarem um requerimento no qual questionam o Governo sobre as razões e critérios que o levaram a proceder ao corte de verbas a grupos que reconhecidamente desenvolvem um dinâmico e valioso trabalho em torno de projectos indispensáveis.

Conhecer tais critérios afigura-se tanto mais importante quanto é sabido a importância do papel que cabe ao Estado na eliminação das discriminações do interior em relação ao litoral e das assimetrias resultantes da macrocefalia lisboeta e da visão centralista do Executivo.

Saber se o Governo vai respeitar os compromissos assumidos pelos anteriores responsáveis da pasta da Cultura relativamente à garantia de subsistência da descentralização cultural foi outra das questões colocadas pelos deputados do PCP no texto do seu requerimento, no qual se pergunta ainda para quando o reatamento do diálogo com os grupos e instituições «com vista ao desenho de políticas claras e não atrofiantes».

Assembleia da República

Governo quer golpear direito à saúde

• Plenário debate hoje Lei de Bases

A elaboração de uma Lei de Bases de Saúde vai ocupar hoje a atenção dos deputados, preenchendo a totalidade da sessão plenária. Em debate, uma proposta do Governo e dois projectos de lei apresentados pelo PCP e pelo PS. Incidindo sobre uma matéria da maior importância, esta discussão surge no momento em que as condições de acesso aos cuidados de saúde por parte dos cidadãos conhecem um acentuado agravamento, acompanhado por uma desmotivação dos profissionais do sector e pela degradação dos serviços.

Para este estado de coisas não é obviamente alheio o facto de aspectos fundamentais do Serviço Nacional de Saúde nunca terem sido postos em execução, havendo mesmo quem pense que o Governo se prepara agora não apenas para fazer letra morta da Lei e da Constituição como também para desferir novos golpes no próprio direito à saúde.

Esta é pelo menos a convicção da bancada comunista e foi uma das razões que a levou a apresentar o seu projecto sobre este tema, conservando aquilo que em seu entender é essencial no SNS e alterando tudo o que a experiência destes anos aconselhou a alterar.

E fizeram-no partindo do princípio de que a revisão constitucional, ainda que tenha diminuído o alcance de um importante princípio do Serviço Nacional de Saúde, não alterou as características essenciais do artigo que consagra o direito à protecção da saúde como direito fundamental dos cidadãos portugueses, atribuindo ao Estado o dever de o promover e garantir.

SNS gratuito

É nesse sentido, aliás, que o Serviço Nacional de Saúde, universal, geral e tendencialmente gratuito, com gestão descentralizada e participada, configura na opinião dos parlamentares comunistas um instrumento capaz de efectivar essa garantia constitucional.



Serviço Nacional de Saúde: os comunistas apresentam soluções

Serviço Nacional de Saúde que deve garantir a gratuitidade dos serviços prestados (este um aspecto fundamental preconizado no projecto do PCP), visando assim a cautelar além do não retrocesso uma real ampliação de benefícios recebidos pelos doentes.

Nas soluções adoptadas no seu articulado, o projecto comunista atribui simultaneamente grande importância à regionalização dos serviços de saúde numa perspectiva de instrumento de descentralização e tendo em vista uma aproximação dos serviços aos órgãos da comunidade, a

sua autonomia e uma maior participação do poder regional. Neste quadro, como refere a nota preambular do projecto, «as regiões de saúde serão a espinha dorsal do Serviço Nacional de Saúde, o seu principal centro de gravidade e de tomada de decisões».

A subsistência de situações menos claras nas re-

o que se refere à participação da comunidade e dos profissionais de saúde na gestão do SNS. Para o PCP, essa participação deverá ocorrer aos vários níveis, assim se promovendo um maior empenhamento dos trabalhadores do sector no funcionamento e dinâmica dos serviços e uma melhor compreensão por parte dos utentes

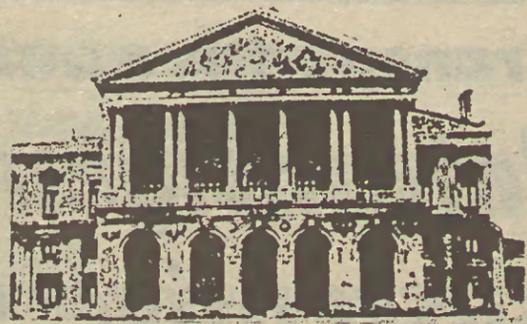
lações do sector público e privado, bem como o conteúdo de algumas propostas já avançadas tendentes à privatização ou à entrega de serviços públicos à gestão privada, levaram o Grupo Parlamentar do PCP a pugnar, por outro lado, pela separação liminar dos dois sectores sem prejuízo da articulação que a Constituição aponta, visando sempre aumentar a sua eficácia e transparência.

Gestão descentralizada

Outro aspecto pelo qual se baterá hoje a bancada comunista no decorrer do debate é

quanto às limitações e potencialidades dos recursos ao seu dispor.

«Inovação, produtividade e qualidade» são ainda, como salienta o texto do projecto no seu preâmbulo, três ideias-chave cuja concretização é indispensável à desburocratização e modernização dos serviços públicos de saúde. Nesse sentido vai também, registre-se, a criação do Instituto de Centro de Qualidade da Saúde, encarado como a resposta que os deputados comunistas propõem ao «desafio que representa a actualização e progresso do Serviço Nacional de Saúde».



Direito de acção popular

Inscrito na Constituição desde 1976, o direito de acção popular vai poder finalmente ganhar força de lei, vencendo assim as resistências de quantos por múltiplas maneiras, têm bloqueado de forma mais ou menos camuflada a participação democrática dos cidadãos.

Debatido terça-feira a partir de dois projectos-de-lei apresentados pelo PS e pelo PCP, este novo direito irá permitir no essencial concretizar e potenciar o empenhamento dos cidadãos na vida pública e na actividade do Estado, assegurando simultaneamente o respeito pela legalidade da Administração e a defesa do património do Estado, das autarquias e das empresas públicas.

Na opinião de Almeida Santos (PS), trata-se de uma «lei que repele o amorosismo» e que «faz apelo a um grau inusitado de inovação e por isso de coragem», carácter inovador que a faz sair, disse, «das calhas conceituais em que os juristas tradicionalmente se movem».

Com efeito, como lembrou o deputado socialista, se até aqui tem cabido exclusivamente ao Ministério Público o exclusivo da acção pela penal, ou seja, se o interesse público tem tido como exclusivo intérprete o Estado, a partir de agora, porém, ao cidadão deixa de estar vedada essa possibilidade, podendo também ele ir a juízo defender o interesse público, isto é, o interesse de muitos ou de todos o seus concidadãos.

Uma legislação «redobradamente actual, moderna e justa» foi como a classificou, por sua vez, o deputado do PCP José Magalhães. «Moderna, frisou, ao acentuar que os cidadãos não devem acomodar-se à ideia de que há «custos inaceitáveis» da sociedade industrial», e ainda porque é capaz de «incitar e defrontar os grandes poderes económicos e políticos» e de «provocar conflitos saudáveis em vez de aceitar uma paz industrial assente na destruição do ambiente».

Quanto à sua actualidade, lembrou-o José Magalhães, basta observar os «sinais de destruição» que se vêm acentuando entre nós ou as violações de direitos em «esferas que a Constituição quis e quer protegidas não só por este como por outros mecanismos».

Uma iniciativa ainda justa, na perspectiva da bancada comunista, porque o direito de acção popular é acima de tudo «um formidável catalizador de energia social que visa captar e pôr ao serviço do interesse público os esforços, a atenção, a tenacidade e a inteligência dos cidadãos».

Do que se trata, pois, conforme ao texto constitucional, é que «não descansem os cidadãos pelo facto de haver ministros, polícias, juízos, políticos e políticas de todas as cores — as palavras são de José Magalhães —, pois, mesmo na mais optimista das situações imagináveis nenhum excelente ministro do Ambiente (por exemplo) pode substituir um povo de olhos abertos e atento às manigâncias poluentes e quando faltem ao ministro olhos, talento, saber e potência activa caberá redobradamente aos cidadãos fazerem por si o que os Governos deixam ao Deus dar».

Ensino Superior Politécnico

PCP contra autonomia tutelada

Após uma longa espera de mais de doze meses, tantos quantos o Governo precisou até dar por concluída a elaboração da sua própria proposta, a definição de uma Lei Quadro para o Ensino Politécnico voltou a estar em foco na Assembleia da República.

Tratou-se agora, no fundamental, depois de os grandes princípios relativos a este tema terem sido já objecto de debate há cerca de um ano em torno de dois projectos de lei do PCP e do PS, de analisar e confrontar as soluções concretas preconizadas por cada um dos diplomas.

Soluções que no caso do texto legislativo apresentado

pela bancada comunista, segundo o deputado Victor Costa, partiram do princípio da «igual dignidade conceptual e legal» existente entre o Ensino Superior Universitário e o Ensino Superior Politécnico.

Daí que, conforme foi sublinhado, por uma questão de coerência e «não por preguiça ou solução fácil de copiar», as soluções propostas sejam idênticas às atribuídas ao ensino universitário, isto sem prejuízo da adopção de soluções diferentes e mesmo inovadoras que tiveram sobretudo em conta o desenvolvimento e a experiência do ensino politécnico e a ne-

cessidade da sua mais forte ligação à realidade regional e local.

Aspectos a que o Governo pouca ou nenhuma atenção prestou, o que até nem constituiu propriamente um motivo de surpresa, uma vez que — essa foi a opinião defendida pelo Partido Socialista — nem sequer foram expostos os fundamentos do articulado da sua proposta e muito menos definidos os objectivos a atingir.

Tutelar autonomia

Mas mais preocupante ainda, na perspectiva do

PCP, é que a proposta governamental ao perfilhar «soluções tão mitigadas e tão excessivamente tuteladas para os diferentes níveis de autonomia» mais pareça pretender eternizar o regime de instalação/governamentalização do ensino superior politécnico.

Neste aspecto, observou Victor Costa, também a proposta socialista oferece razões para preocupação, porquanto nela se considera prematuro conferir autonomia estatutária plena às escolas superiores, sendo de transição o regime proposto entre a fase de instalação e a de autonomia plena.

Diferentemente, o projecto do PCP defende que se aprovechem desde já as medidas tendentes a definir o quadro geral do Ensino Superior Politécnico, institucionalizando nesse sentido as formas e os meios em que se exercerá a sua autonomia, nomeadamente os meios adequados para o seu funcionamento, os estatutos e os quadros de pessoal, os instrumentos de gestão e planeamento e as instalações.

Outro aspecto em que o projecto da bancada comunista difere dos outros dois é o que diz respeito à atribuição dos graus académicos pelas

escolas superiores. Neste domínio, salientou-o Victor Costa, é o único que, conseqüente com o que decorre do estabelecido na lei de bases, estabelece que sejam as escolas superiores a conferir o grau de bacharel e o grau de licenciatura.

Uma profunda discordância relativamente às soluções avançadas na proposta governamental em matéria dos órgãos de gestão foi ainda manifestada pela bancada comunista, discordância esta não apenas em relação a quem pode desempenhar as funções de presidente como quanto à composição do colégio que o elege.

Internacional

Transportes e outros serviços

Intransigências várias susceptíveis de agravar os conflitos sociais

À projectada greve geral, que pode ser aprovada no próximo sábado pelo plenário dos maquinistas da CP, juntam-se fortes reivindicações apoiadas pelos restantes trabalhadores da CP, e de todo o sector dos transportes rodoviários e urbanos.

A adesão praticamente total à **concentração dos guardas florestais** em frente ao Ministério das Finanças, quinta-feira passada em Lisboa, a greve nas Alfândegas, paralisando grande número de camiões *Tir*, nos terminais e nas fronteiras, movimentações sindicais e lutas dos professores, dos trabalhadores das autarquias e de outros serviços públicos põem nitidamente em causa, e pela

raiz, as recentes medidas do Governo com a tão propalada Reforma Administrativa.

Os guardas florestais «lutam pelo regime de trabalho», não se consideram «trabalhadores de segunda». Assumidos deveres, exigimos direitos», como se lia sexta-feira passada na Praça do Comércio, bem expresso nos cartazes que os trabalhadores daquele sector da Função Pública exibiram publicamente durante horas em Lisboa.

Proposta do STAL ainda sem resposta

Por continuar sem resulta-

do a proposta do STAL (Sindicato dos Trabalhadores das Autarquias Locais), apresentada ao Governo, a direcção regional de Lisboa daquela organização sindical anunciou para hoje, 22, e até 1 de Março próximo, uma «vigília junto ao Conselho de Ministros, de manhã; e à tarde, junto à residência oficial do Primeiro-Ministro».

No próximo dia 9, a mesma direcção regional de Lisboa (o STAL é de âmbito nacional e tem a sua sede em Santarém) participa na manifestação convocada pelo Sindicato para todo o País.

Para 15 de Março, o STAL anunciou uma vigília de 24 horas, também junto à resi-

dência do Primeiro-Ministro, com o propósito, ao que parece inédito, de os trabalhadores e os sindicalistas «se deslocarem, durante esse dia, até às 24 horas, aonde o sr. Primeiro-Ministro se deslocar», em público, naturalmente.



Quinta-feira passada, na Praça do Comércio, em Lisboa



Discutiram, votaram e aprovaram o documento entregue no Ministério das Finanças

Cimpor rende e bem

Sindicatos e trabalhadores dos cimentos vão ao fundo da questão «privada» e dos grandes motivos das privatizações

No seguimento de uma deslocação à Assembleia da República, uma delegação representativa dos trabalhadores da Cimpor (Souselas e Cabo Mondego) manifestou «grande preocupação pela estabilidade dos postos de trabalho, a consumir-se a privatização, pelos reflexos sociais nos concelhos».

A União dos Sindicatos de Coimbra, representada na delegação, recebida por deputados do PCP, ID e Verdes, depois de lamentar que só tenha sido possível apresentar a alguns membros do Parlamento as suas posições em 13 do corrente, quando a discussão da lei-quadro das privatizações já decorrido no passado dia 8, veio a público recordar mais uma vez que a Cimpor de Souselas, com os seus 450 trabalhadores, com formação profissional de bom nível e baixa média etária, produz só por si 2 dos 6,5 milhões de toneladas da produção total daquela empresa cimenteira, que o Governo e o seu

partido decidiram entregar ao capital privado.

Desmontar a argumentação da maioria

Com a deslocação à Assembleia da República, a delegação da Cimpor pretendeu informar aquele órgão legislativo quer «em relação à lei-quadro aprovada, quer quanto à situação da Cimpor». Segundo a União dos Sindicatos de Coimbra (USC), foram fornecidos «dados correctos que permitem demonstrar a argumentação da maioria aritmética que apoia o Governo».

Antes de sublinhar, em 14 do corrente, que as preocupações existentes no que respeita a Souselas são também as da unidade do Cabo Mondego, embora agravadas, pois o partido do Governo prometeu encerrar este último centro de produção aquando das últimas eleições, a USC e a delegação representativa dos tra-

balhadores daquelas unidades de produção deixaram aos deputados os seguintes dados respeitantes à Cimpor e ao ano de 1989:

● **Resultados líquidos superiores a 7 milhões de contos, o que equivale a um aumento superior a 60 por cento em relação a 1988;**

● **Lucros para o Estado no montante de 8,5 milhões de contos;**

● **Cerca de 10 milhões de contos de investimentos, dos quais 6 milhões para aquisição financeira noutras empresas (Belões), sendo já detentora única de 3 destas empresas;**

● **A Cimpor nada tem a ver com as ex-empresas, dado que a sua produção, à data da nacionalização, era de 2,7 milhões de toneladas, à custa de cerca de 70 milhões de contos de investimento;**

● **Laboram, nos diversos centros de produção da empresa, cerca de 2500 trabalhadores.**

Celulose/Coimbra • Pelo Acordo

Desde Outubro do ano passado que o Acordo (ACT) parcial com a Associação da Imprensa Diária e com as agências noticiosas, consensualmente pelo Sindicato dos Trabalhadores da Indústria de Celulose, Fabricação e Transformação de Papel, Gráfica e Imprensa do Centro, com sede em Coimbra, aguarda publicação no Boletim Oficial do Ministério do Emprego.

Reunidos em Coimbra, quinta-feira passada, os delegados daquele Sindicato decidiram em plenário reafirmar

a sua determinação na defesa daquele direito, isto é, o direito à contratação colectiva, ainda que tenham de pôr em prática os meios legais de acção e luta ao seu alcance e ao dispor dos trabalhadores.

Neste, como em outros casos, a garantia sindical da contratação colectiva deve ser desbloqueada, sublinha o Sindicato que representa, entre outros, os trabalhadores da Portucel.

O plenário de delegados sindicais aprovou o apoio activo à luta dos trabalhadores

daquela empresa produtora de celulose, principalmente no que respeita à «justa distribuição dos recursos financeiros da empresa».

Melhoria das condições de vida

O Sindicato, em nota do passado dia 15, acrescenta que a melhoria das condições de vida dos trabalhadores da Portucel exige que o Governo cumpra a lei da contratação colectiva, inclusi-

ve na indústria gráfica, e que «se pratique uma repartição mais equilibrada da riqueza resultante dos factores de produtividade e uma maior justiça social no sector gráfico».

Os diversos pedidos de audiência ao Primeiro-Ministro e ao Ministro do Emprego e Segurança Social devem ser atendidos, reclama ainda o plenário de delegados do Sindicato que se inclui entre os mais representativos da Portucel, empresa dependente do sector empresarial do Estado.

Para que pelo menos não «fuja» a mão-de-obra especializada

Exigidos 20 por cento para a agricultura

O Sindicato dos Trabalhadores Agrícolas do Distrito de Évora, ao apresentar uma nova proposta de CCT (contrato colectivo de trabalho) para a agricultura, apela a todos os trabalhadores do sector para que «não façam qualquer contrato individual de trabalho escrito, no período de negociação» daquele mesma proposta, «a não ser — sublinha — que o mesmo seja acompanhado directamente pelo Sindicato». O STADE acaba de entregar à Associação de Agricultores a Sul do Tejo «uma proposta de negociação do novo CCT, com efeitos a partir de 1 de Janeiro findo». O aumento salarial proposto é de 20 por cento.

O Sindicato considera «realista» a proposta de revisão apresentada ao patronato pelos seguintes factos que enumera:

1. Aumento do custo de vida em 13,2 por cento no ano passado;
2. Inflação prevista de 12 por cento para 1990;
3. Recuperação do poder de compra dos salários, que caíram 2 por cento em 1989;
4. Necessidade de uma aproximação urgente dos salários na agricultura aos restantes sectores de actividade, para que a mão-de-obra seja pelo menos sustida no sector;
5. Melhor equilíbrio entre os ganhos no salário e produtividade.

Reciclagem e formação

Depois de explicar que «actualmente o salário-base de um trabalhador agrícola representa apenas 56,8 por cento do ganho médio do conjunto dos restantes trabalhadores» — situação, como se vê, nada favorável à «fixação das populações, nomeadamente nas zonas rurais» — o Sindicato de Évora, STADE, sublinha o interesse público do desenvolvimento da agricultura e chama a atenção para o facto de «cerca de 40 por cento dos trabalhadores agrícolas por conta de outrem, no distrito de Évora» não saberem ler nem escrever. Daí a necessidade de «reciclagem, ajuda a formação profissional, melhores salários, melhores condições de vida e protecção social».

Esta questão, acrescenta o STADE, «não diz apenas respeito aos trabalhadores e sindicatos, mas também aos proprietários e empresários, e especialmente à Associação de Agricultores a Sul do Tejo».

Embora não tenham habilitações literárias, os trabalhadores rurais, afirma ainda o STADE, «sabem e querem trabalhar nos campos». Mas «quanto maior for a insegurança dos trabalhadores agrícolas menor será a fixação dos seus filhos nos trabalhos rurais».

Ao protestarem contra a actual política para a agricultura e ao fazerem notar que as entidades competentes têm sido alertadas para o que se passa durante anos a fio, os dirigentes do STADE concluem expressamente que se essa política continuar, «a curto prazo não teremos trabalhadores especializados nos cortes, máquinas, pecuária, cortiça, podas, etc.».

Esta questão, acrescenta o STADE, «não diz apenas respeito aos trabalhadores e sindicatos, mas também aos proprietários e empresários, e especialmente à Associação de Agricultores a Sul do Tejo».

Ao intervir em Évora, sexta-feira passada, no Seminário Internacional sobre a Agricultura no Sul da Europa, Manuel Carvalho da Silva, coordenador da CGTP, fez afirmações muito úteis e oportunas sobre a situação daquele sector da economia portuguesa. Transcrevemos alguns excertos mais expressivos da sua importante intervenção:

«As consequências da situação da agricultura portuguesa exprimem-se quer ao nível da pobreza, quer também ao nível da desertificação que, em regiões como o Alentejo, já é extremamente preocupante».

«Não tem havido vontade política para resolver os problemas estruturais e sociais da agricultura portuguesa».

«A aplicação dos Fundos providos da Comunidade Económica Europeia tem sido feita, na maioria dos casos, desprovida de medidas que garantam uma efectiva modernização da estrutura agrícola nacional e sem preocupações de carácter social».

«O ataque continuado à reforma agrária, a insistência neurótica em recuperar os velhos latifúndios, a tentativa de inviabilizar as UCPs e a quase ausência de apoio às cooperativas são traços que caracterizam a política agrícola do actual Governo».

«Esses traços são, nas suas linhas gerais, coincidentes com as características da política económica neoliberal, que Cavaco Silva tenta impor ao País».

«Os pontos comuns são sempre os mesmos: ausência de qualquer preocupação social, ausência de justiça social, ausência de medidas

que visem uma melhor redistribuição do rendimento nacional».

«A aproximação entre o salário mínimo da agricultura e da indústria (neste momento a diferença está em 500 escudos), o fim de um sistema discriminativo de Segurança Social são exemplos, entre muitos outros, de reivindicações consubstanciadas no processo de luta sindical da CGTP-IN e das suas estruturas sindicais que o Governo foi obrigado a concretizar na lei».

«É quase unânime a opinião de que, se a liberalização sucessiva e completa da circulação de produtos do trabalho e do capital não for acompanhada de políticas estruturais, a desigualdade regional agravar-se-á na Europa dos Doze. Ora o que nós observamos é que a política social não está a ter os avanços exigidos. Toda a preocupação está concentrada na

redução do horário de trabalho».

«Neste contexto, a implementação de direitos sociais mínimos ao nível de toda a CEE, expressos numa Carta com poder vinculativo, seria uma contribuição fundamental».

«Contudo, isto só pode acontecer se os trabalhadores e as forças do progresso estiverem unidas na Europa».

«É esta uma das razões fundamentais da candidatura da CGTP-IN à Confederação Europeia de Sindicatos. É necessário que as organizações sindicais dos países da CEE ultrapassem distanciamentos, alguns dos quais são justificados a pretexto de diferenças ideológicas, e promovam entendimentos e convergências na acção, que potenciem o desenvolvimento da unidade de que tanto carecemos».

«Os pontos comuns são sempre os mesmos: ausência de qualquer preocupação social, ausência de justiça social, ausência de medidas

Numa nota emitida em 13 do corrente, a direcção do STADE, com sede em Montemor-o-Novo, sublinha, como sempre tem feito, a necessidade indispensável de os trabalhadores rurais se ligarem, unidos, ao Sindicato. Num apelo nesse sentido, o STADE, ao mesmo tempo que pergunta directamente aos responsáveis «quem vai depois realizar os trabalhos agrícolas», compara os ganhos nos salários e na produtividade nos últimos quatro anos, publicando o seguinte quadro:

Ano	Ganhos nos salários	Produtividade
1986	+6	+7,2
1987	+3,1	+1,6
1988	+0,9	+1,9
1989	-0,8	+3,3

Além da chamada de atenção e mesmo do apelo que o STADE faz para que não se subscreva qualquer contrato individual sem acompanhamento sindical directo, o Sindicato conclui a sua nota de 13 do corrente com a seguinte advertência:

«Os trabalhadores que, à data da publicação do novo CCT (contrato colectivo de trabalho), receberam acima do contrato (mínimos estabelecidos) terão que ser aumentados no mínimo 10 por cento, tal como define a legislação, pelo que o contacto e a ligação dos trabalhadores ao Sindicato é da maior e extrema importância», nos termos exactos que a mesma nota refere.

«Extremamente preocupante» a situação no Alentejo

que visem uma melhor redistribuição do rendimento nacional».

«A aproximação entre o salário mínimo da agricultura e da indústria (neste momento a diferença está em 500 escudos), o fim de um sistema discriminativo de Segurança Social são exemplos, entre muitos outros, de reivindicações consubstanciadas no processo de luta sindical da CGTP-IN e das suas estruturas sindicais que o Governo foi obrigado a concretizar na lei».

«É quase unânime a opinião de que, se a liberalização sucessiva e completa da circulação de produtos do trabalho e do capital não for acompanhada de políticas estruturais, a desigualdade regional agravar-se-á na Europa dos Doze. Ora o que nós observamos é que a política social não está a ter os avanços exigidos. Toda a preocupação está concentrada na

redução do horário de trabalho».

«Neste contexto, a implementação de direitos sociais mínimos ao nível de toda a CEE, expressos numa Carta com poder vinculativo, seria uma contribuição fundamental».

«Contudo, isto só pode acontecer se os trabalhadores e as forças do progresso estiverem unidas na Europa».

«É esta uma das razões fundamentais da candidatura da CGTP-IN à Confederação Europeia de Sindicatos. É necessário que as organizações sindicais dos países da CEE ultrapassem distanciamentos, alguns dos quais são justificados a pretexto de diferenças ideológicas, e promovam entendimentos e convergências na acção, que potenciem o desenvolvimento da unidade de que tanto carecemos».

«Os pontos comuns são sempre os mesmos: ausência de qualquer preocupação social, ausência de justiça social, ausência de medidas

que visem uma melhor redistribuição do rendimento nacional».

«A aproximação entre o salário mínimo da agricultura e da indústria (neste momento a diferença está em 500 escudos), o fim de um sistema discriminativo de Segurança Social são exemplos, entre muitos outros, de reivindicações consubstanciadas no processo de luta sindical da CGTP-IN e das suas estruturas sindicais que o Governo foi obrigado a concretizar na lei».

«É quase unânime a opinião de que, se a liberalização sucessiva e completa da circulação de produtos do trabalho e do capital não for acompanhada de políticas estruturais, a desigualdade regional agravar-se-á na Europa dos Doze. Ora o que nós observamos é que a política social não está a ter os avanços exigidos. Toda a preocupação está concentrada na

redução do horário de trabalho».

«Neste contexto, a implementação de direitos sociais mínimos ao nível de toda a CEE, expressos numa Carta com poder vinculativo, seria uma contribuição fundamental».

«Contudo, isto só pode acontecer se os trabalhadores e as forças do progresso estiverem unidas na Europa».

que visem uma melhor redistribuição do rendimento nacional».

«A aproximação entre o salário mínimo da agricultura e da indústria (neste momento a diferença está em 500 escudos), o fim de um sistema discriminativo de Segurança Social são exemplos, entre muitos outros, de reivindicações consubstanciadas no processo de luta sindical da CGTP-IN e das suas estruturas sindicais que o Governo foi obrigado a concretizar na lei».

«É quase unânime a opinião de que, se a liberalização sucessiva e completa da circulação de produtos do trabalho e do capital não for acompanhada de políticas estruturais, a desigualdade regional agravar-se-á na Europa dos Doze. Ora o que nós observamos é que a política social não está a ter os avanços exigidos. Toda a preocupação está concentrada na

redução do horário de trabalho».

«Neste contexto, a implementação de direitos sociais mínimos ao nível de toda a CEE, expressos numa Carta com poder vinculativo, seria uma contribuição fundamental».

«Os pontos comuns são sempre os mesmos: ausência de qualquer preocupação social, ausência de justiça social, ausência de medidas

que visem uma melhor redistribuição do rendimento nacional».

«A aproximação entre o salário mínimo da agricultura e da indústria (neste momento a diferença está em 500 escudos), o fim de um sistema discriminativo de Segurança Social são exemplos, entre muitos outros, de reivindicações consubstanciadas no processo de luta sindical da CGTP-IN e das suas estruturas sindicais que o Governo foi obrigado a concretizar na lei».

que visem uma melhor redistribuição do rendimento nacional».

«A aproximação entre o salário mínimo da agricultura e da indústria (neste momento a diferença está em 500 escudos), o fim de um sistema discriminativo de Segurança Social são exemplos, entre muitos outros, de reivindicações consubstanciadas no processo de luta sindical da CGTP-IN e das suas estruturas sindicais que o Governo foi obrigado a concretizar na lei».

«É quase unânime a opinião de que, se a liberalização sucessiva e completa da circulação de produtos do trabalho e do capital não for acompanhada de políticas estruturais, a desigualdade regional agravar-se-á na Europa dos Doze. Ora o que nós observamos é que a política social não está a ter os avanços exigidos. Toda a preocupação está concentrada na

redução do horário de trabalho».

«Neste contexto, a implementação de direitos sociais mínimos ao nível de toda a CEE, expressos numa Carta com poder vinculativo, seria uma contribuição fundamental».

«Os pontos comuns são sempre os mesmos: ausência de qualquer preocupação social, ausência de justiça social, ausência de medidas

que visem uma melhor redistribuição do rendimento nacional».

«A aproximação entre o salário mínimo da agricultura e da indústria (neste momento a diferença está em 500 escudos), o fim de um sistema discriminativo de Segurança Social são exemplos, entre muitos outros, de reivindicações consubstanciadas no processo de luta sindical da CGTP-IN e das suas estruturas sindicais que o Governo foi obrigado a concretizar na lei».

140 pp./150000

100

edições Avante!

Aprovados no XII Congresso realizado de 1 a 4 de Dezembro de 1988

a diferença de uma visão científica do mundo

À VENDA

Rejeição no Teatro

Por se traduzir num «descarado proteccionismo às empresas e entidades produtoras de espectáculos», os trabalhadores do Teatro D. Maria II - Casa de Garrett rejeitaram por unanimidade, quinta-feira passada num plenário em Lisboa, o projecto de decreto-lei sobre contratos de trabalho da área dos espectáculos.

Numa nota do sindicato, emitida no mesmo dia, recorda-se que esse projecto do

Governo altera a Lei 38/87. Sublinha o Sindicato dos Trabalhadores de Espectáculos, com sede em Lisboa, que o mesmo projecto pretende colocar «a totalidade da actividade em regime de contrato a prazo».

Segundo a moção aprovada pelos trabalhadores do D. Maria II, o projecto é um atentado contra «os direitos e garantias dos trabalhadores em situação não prevista na Constituição».

Se entrar em vigor, alerta a moção do D. Maria, o decreto-lei criará insegurança e instabilidade entre os profissionais do sector.

A rejeição é liminar. O Sindicato dos Trabalhadores dos Espectáculos lembra posições idênticas já tomadas pelo Sindicato dos Músicos e por outros trabalhadores do teatro e das orquestras, que rejeitaram claramente o projecto do Governo, como sucedeu agora no D. Maria em Lisboa.

Panasqueira: Greve resulta

Os 730 mineiros da Panasqueira, que aderiram recentemente à maior greve de sempre registada naquela unidade da Beral Tin, conseguiram com a sua luta um aumento salarial de 8 contos mensais; o subsídio de alimentação passou de 220 para 285 escudos e as diurnidades de 250 para 1000 escudos.

As reivindicações, apoiadas pela greve, vigoram entre 21 de Janeiro findo e a mesma data do próximo ano.

Segundo a comissão concelhia do PCP da Covilhã, as negociações sobre o horário de trabalho iniciam-se em Maio próximo. Os mineiros reivindicam 35 horas de trabalho semanal para o interior da mina e 40 para o exterior.

De acordo com a mesma organização concelhia do PCP, que destaca «a importante vitória» alcançada pelos trabalhadores, «a Mina está a ver sair muitos trabalhadores, sobretudo os mais novos».

Consta que em Março próximo irão para a Suíça «mais 60 trabalhadores, que deixam a Mina. Os salários são baixos, as condições de trabalho duras».

Naturalmente que a gerência das Minas da Panasqueira não pode ser indiferente a essa questão, como o não são os trabalhadores e os seus sindicatos. Assim o demonstraram com a adesão de 98 por cento à greve de 1 de Fevereiro findo.



Desertifica-se a terra, diminuem os trabalhadores

Poder Local

Em Lisboa

Os anos 90 são com o PCP

Cerca de duzentos comunistas de Lisboa passaram o dia do passado Domingo a discutir as formas de actuação necessárias para levar a bom porto a responsabilidade de gerir os destinos da cidade. Uma gestão conjunta com o Partido Socialista, no âmbito da coligação vitoriosa nas eleições autárquicas do passado dia 17 de Dezembro. A ligação do Partido a este trabalho, a actividade nas Freguesias alfacinhas, a política de unidade com o PS, a ligação às populações, a importância do funcionamento das Assembleias de Freguesia e Municipal, a descentralização das competências da Câmara para as Freguesias, os programas para a cidade e o papel da AECOD (Associação de Eleitos Comunistas e Outros Democratas) foram alguns dos pontos discutidos durante este «Encontro do PCP sobre o trabalho autárquico na cidade de Lisboa». Discussão que disse respeito à vida de nove por cento da população portuguesa, residente numa cidade onde os problemas se avolumam, muito por força de uma actuação desastrosa da gestão anterior. «Demonstrar a eficácia e a diferença de uma gestão de esquerda» para Lisboa é o desafio enunciado por Luís Sá, da Comissão Política do PCP, que no final dos trabalhos afirmou que quando os comunistas portugueses «estão no Poder, a democracia é mais profunda», como demonstram os exemplos, em todo o país, do exercício comunista do Poder Local; como também demonstrou o próprio Encontro, onde uma das ideias dominantes foi a de encontrar formas para um «aprofundamento constante da ligação às populações», para que estas participem na resolução dos seus próprios problemas.

Cumprir as promessas da campanha eleitoral é o principal objectivo da coligação «Por Lisboa». Para tal, a contribuição dos comunistas passará pela reorganização do Comité Local de Lisboa, para o adequar às novas necessidades e responsabilidades. Por outro lado pretende-se uma melhoria na área de informação e troca de experiências entre os diversos eleitos comunistas em toda a cidade e destes com a população.

Participar em toda a vida da cidade

Uma estreita ligação entre os órgãos executivos e deliberativos, desburocratização, descentralização de competências e de recursos humanos e financeiros da Câmara para as Juntas, actividade com objectivos concretos e definidos nas áreas da Câmara onde os comunistas são responsáveis por pelouros, foram outras das ideias defendidas neste Encontro, e sistematizadas na sua resolução final.

Participar em todas as questões relativas à vida da

cidade, com a responsabilidade acrescida da passagem de 12 para vinte e uma presidências de Junta, para além das outras dezesseis onde a «Por Lisboa» também ganhou, foi um dos motes da intervenção de Luís Sá, que defendeu o «aprofundar da unidade, derrotando, simultaneamente, a bipolarização e os que no PS querem recuperar a direita para o Governo depois de o povo a pôr de novo em minoria na Assembleia da República».

Recordando que «ainda há um ano parecia impossível um entendimento entre o PS e o PCP» a nível autárquico, Luís Sá disse que os resultados de 17 de Dezembro, «provaram que a unidade dos democratas tem o apoio popular», ao contrário das afirmações de alguns, segundo as quais, o eleitorado do PS «nunca votaria!» numa aliança deste partido com os comunistas.

Potenciar a derrota da direita

«Os comunistas não afastam, pelo contrário, potenciam a derrota da direita» afir-

mou ainda Luís Sá que adiantou ser a coligação «Por Lisboa», por si só, uma negação da chamada «tese da bipolarização», sendo necessário «aprofundar e sedimentar» esta unidade conseguida na capital, para fazer dessa unidade «uma aspiração popular profunda».

Essa será uma tarefa do PCP, mas que passa por determinadas condições: que o próprio PCP «seja um partido forte», necessidade ilustrada nas autárquicas, onde «só a força que os comunistas têm em Lisboa permitiu a concretização dessa unidade».

Mas, ao mesmo tempo, Luís Sá disse ser preciso que se demonstrem as diferenças existentes entre os dois partidos, diferenças alicerçadas numa história onde o PS «não agiu coerentemente em torno de um projecto socialista», havendo todo um passado que «separou muito» os dois partidos, marcando bem as suas diferenças no presente.

Desmitificar diferenças falsas

«Desmitificar diferenças

falsas» é, por outro lado, uma das necessidades apontadas por Luís Sá, que disse aos presentes neste Encontro que «são os comunistas que querem mais liberdade», que querem que ela não fique à porta das empresas: «não queremos só a democracia política, queremos que a democracia se estenda a todos os planos da vida dos cidadãos!».

Daí a unidade democrática não dever ser conquistada «a todo o custo»: «não podemos sacrificar os direitos do povo e das autarquias a essa unidade».

Pode o Partido Socialista, «contar com a lealdade e a cooperação dos comunistas» não podendo no entanto contar «com a apropriação, em benefício próprio, do nosso trabalho». Um sublinhado deste dirigente comunista, que ainda se referiu à «honestidade do exercício do Poder pelos comunistas», honestidade que Luís Sá entende dever ser «escrupulosa, mesmo intransigente», também na Câmara e nas Juntas de Freguesia de Lisboa.

Mudar, mudar, mudar...

«A direita passou por Lisboa e cumpriu uma única promessa: deixar a cidade irreconhecível». Esta afirmação de Rui Godinho espelha, de certo modo, uma realidade que este vereador do PCP veio encontrar quando há um mês tomou posse das suas novas responsabilidades - «é uma Câmara armadilhada!» disse Godinho neste Encontro do PCP sobre o trabalho autárquico na cidade de Lisboa. Trabalho «Por Lisboa» que procura no entanto ultrapassar as situações difíceis deixadas pela direita: «todos os pelouros dos vereadores comunistas têm ideias claras e objectivos definidos. Todas as promessas que fizemos em período eleitoral são para ser cumpridas» sublinhou Rui Godinho.

«Racionalização e optimização dos meios» existentes na Câmara, em contraponto à habitual escassez de recursos financeiros; articulação «decisiva» entre o trabalho da vereação, dos serviços da Câmara e das Juntas de Freguesia, usando o «profundo conhecimento da cidade» que os eleitos da «Por Lisboa», em particular os comunistas; estas algumas das linhas genéricas de actuação traçadas pelos participantes neste Encontro, e sumariadas por Rui Godinho no final dos debates.

Planos concretos

Do seu próprio trabalho, enquanto vereador, Godinho referiu planos concretos que tem para a cidade, entre eles, a reabilitação urbana e de núcleos históricos onde se pretende intervir na recuperação de bairros antigos da cidade, assegurando o realojamento provisório das populações afectadas pelas obras, prevendo já o seu realojamento definitivo. Com

uma filosofia de fixação das populações, a recuperação destes bairros exigirá, segundo Rui Godinho, uma prévia avaliação do impacte social e económico das etapas dos projectos em causa. Limpeza e saneamento urbano é outra das áreas da vida da cidade entregues à gestão dos comunistas e do vereador Rui Godinho, que pretende introduzir novas técnicas de limpeza na cidade e melhorar substancialmente as já existentes.

Por outro lado, e no quadro da área metropolitana, envolvendo seis municípios a norte do Tejo, Rui Godinho prevê para breve a resolução do problema dos depósitos residuais da cidade. Ainda com introdução de novos meios e técnicas, a exemplo de soluções encontradas em outras cidades europeias, a vereação actual espera encontrar uma solução para o problema dos detritos de animais domésticos na via pública, nomeadamente os cães.

A concretização de um projecto de um novo cemitério, na zona de Carnide, foi

também anunciado por Rui Godinho, para além da elaboração de um estudo sobre o impacte dos esgotos da cidade no rio Tejo e o começo de um trabalho, com o Laboratório Nacional de Engenharia Civil, sobre o problema das cheias nas zonas baixas de Lisboa.

Ultrapassar dificuldades financeiras

Para Rui Godinho, uma das facetas da vida da Câmara que «já visivelmente mudou», foi a relação entre a vereação e os trabalhadores do município, «muito por força da actuação dos vereadores do PCP», a permitir agora um trabalho mais profícuo no aparelho administrativo camarário.

Previstas também estão reuniões de Rui Godinho com grupos de Juntas de Freguesia, divididas por zonas da cidade, para encontrar soluções específicas em cada uma das áreas à responsabilidade deste vereador.

Depois de um primeiro contacto com a realidade herdada da gestão de Abecasis, Godinho disse estarem muitos «meios financeiros comprometidos», o que «não significará que as 50 medidas de emergência para Lisboa, que prometemos durante a campanha eleitoral, não sejam para cumprir», pelo contrário: Rui Godinho realçou a determinação da nova Câmara em aplicar e tornar real todas as promessas que motivaram a vitória da «Por Lisboa», no acto eleitoral de 17 de Dezembro passado.

Educação, juventude e desporto são as áreas de responsabilidade do vereador Rego Mendes. Também aqui a cooperação muito directa com os executivos das freguesias alfacinhas é pretendida, com este vereador comunista a anunciar a visita a todas as colectividades da cidade, cerca de quatrocentas, tendo já feito uma visita a 49, distribuídas por onze freguesias.

Desse contacto, Rego Mendes constatou as dificuldades reais sentidas por essas colectividades, onde se incluem a falta de espaços para a prática desportiva, a degradação e pequenez de grande número de sedes dessas colectividades, e a falta de apoios de toda a espécie sentida por essas organizações ao longo dos anos.

Recuperação e rentabilização dos espaços já existentes, bem como a construção de novas áreas para a prática desportiva, prevendo protocolos que permitam a utilização desses espaços por várias entidades, são alguns dos objectivos nesta área de Rego Mendes que recusou a apelidada «gestão do livro de cheques»: «se apoiamos uma iniciativa, temos de saber quem vai dela beneficiar, e nessa base decidir que tipo de apoios há a desencadear».

Quanto às chamadas «grandes iniciativas desportivas», Rego Mendes anunciou que algumas irão já ter decurso ao longo deste ano, «serão poucas, mas de nível internacional, prestigiosas para a cidade».

Recuperação do Parque

Escolar e apoio ao trabalho das escolas, são outras das tarefas consideradas prioritárias pelo vereador Rego Mendes, que pretende igualmente iniciar acções com outras entidades para o combate ao analfabetismo.

Controlo da poluição

Outro vereador comunista presente neste Encontro foi Vítor Costa, responsável pelo pelouro do ambiente e turismo: a transição difícil deste pelouro da anterior vereação (PSD) para a actual, em contraste com a facilidade dessa transferência facultada pelo antigo vereador do ambiente (CDS), trouxeram iniciais dificuldades a Vítor Costa. Será necessário criar na Câmara Municipal de Lisboa um departamento próprio dedicado ao turismo, matéria antes centralizada em torno da figura do vereador socialdemocrata.

Para já, Vítor Costa pretende, entre outras medidas, dignificar a presença do município em certames internacionais, apresentar em Madrid uma «Semana de Lisboa», e modificar «alguma coisa, pois o tempo é curto» nas até agora chamadas «Festas da Cidade», de forma a torná-las mais representativas das tradições lisboetas. Para já uma modificação foi anunciada: estas festas passam a chamar-se «Festas de Lisboa». Diga-se também: este ano há marchas populares, pois claro!

No domínio do ambiente, Vítor Costa referiu-se a um plano de acção deste pelouro para este ano, que inclui a aquisi-

ção pela Câmara de aparelhos de medição do nível de ruído e de controlo de poluição do ar, bem como da qualidade da água.

Paralisadas foram todas as concessões em termos de mobiliário urbano (quiosques, esplanadas, bancos de jardim, etc). Esta foi uma paragem forçada pela «anarquia e confusão» existente, a obrigar a que durante dois meses a vereação faça um levantamento do que realmente existe, para posteriormente poder definir regras de evolução futura nesta área tão importante da vida da cidade.

Elaborar um Plano de Ordenamento de Monsanto, tentar abrir ainda este ano o Parque Oriental da cidade, contíguo ao Bairro do Relógio. Lançar o Parque Periférico, com início no aterro do Vale do Forno, até à Ameixoeira, apesar de algumas inevitáveis discontinuidades. São outros projectos deste vereador; ainda a necessitarem de maior discussão na Câmara, já que há que definir competências com o vereador socialista responsável pelo pelouro dos espaços verdes.

Recuperar e criar novos serviços de atendimento ao público, modificar e simplificar os circuitos burocráticos da Câmara Municipal e criar um Guia do Município, estes alguns dos projectos de um outro vereador comunista, Anselmo Aníbal, apresentados neste Encontro por um elemento do seu gabinete.

Uma pequena amostra do trabalho já feito e, sobretudo, do trabalho a fazer pelos comunistas, «por Lisboa».

Poder Local

Câmara de Lisboa: As pessoas e as casas

O Presidente da Câmara Municipal de Lisboa, Jorge Sampaio reuniu-se ontem no Padrão dos Descobrimentos com os responsáveis das 53 Juntas de Freguesia da cidade, para com eles debater um conjunto de acções de prevenção integradas no plano de combate à droga. No encontro com as Juntas participaram igualmente os vereadores dos Pelouros do Desporto e Juventude (Rego Mendes) e da Acção Social (José Luís Seixas).

A reunião com os presidentes das Juntas de Freguesia da capital justificou-se com a intenção de «Por Lisboa» em aproveitar este

contributo em determinadas acções específicas, uma vez que as Juntas conhecem melhor a realidade geográfica que administram.



A recuperação dos Bairros Antigos de Lisboa, como é o exemplo do Bairro Alto, é um dos pelouros do vereador comunista Rui Godinho, e uma das preocupações consideradas prioritárias da coligação «Por Lisboa»

Câmara «guia» os munícipes...

A Câmara Municipal de Lisboa anunciou a preparação de um «Guia do Município»; uma publicação que tem por finalidade «proporcionar novos meios que permitam aos lisboetas encontrar respostas fáceis e claras» o tocante aos serviços prestados pela Câmara.

«Contribuir para um exercício pleno dos direitos dos cidadãos no novo relacionamento com a Câmara Municipal» é um dos objectivos desta iniciativa, que se integra, segundo é afirmado num comunicado à imprensa proveniente do Gabinete de Comunicação Social da edilidade, «num projecto mais largo de aproximação da administração dos munícipes».

...arranja o Bairro Alto...

A protecção e a recuperação do Bairro Alto é o objecto de um acordo de cooperação estabelecido entre a Câmara Municipal de Lisboa e o Instituto Superior Técnico (IST), segundo o qual as duas entidades se propõem colaborar intimamente na resolução dos problemas específicos do Bairro Alto, bem como da cidade em geral, nos próximos três anos.

O protocolo, que foi aprovado por unanimidade em Reunião de Câmara, sob proposta do vereador Rui Godinho, vigorará até 28 de Fevereiro de 1993, enquadrando-se nas actividades do Pelouro da Recuperação dos Bairros Antigos.

Será assim criada uma Comissão de Coordenação,

composta por técnicos das duas entidades que estabeleceram este protocolo, comissão que vai programar as acções a desenvolver em cada ano, nomeadamente a colaboração no Projecto-Piloto do Alto do Longo, envolvendo a análise de estruturas e condições de segurança.

Para além disso, essa comissão procederá à execução de projectos de estruturas, estudos de melhoria das condições de segurança, habitabilidade e economia de construções a reabilitar ou reconstruir em vinte e quatro edifícios aí existentes, e ainda o estudo de viabilidade económica do empreendimento do Alto do Longo.

Estabelecer um método de planeamento e execução das acções de recuperação do Bairro Alto, em moldes que permitam enquadrar futuras intervenções nos domínios social, urbanístico, arquitectónico e construtivo, são objectivos deste protocolo, para além do enquadramento legal económico e financeiro e a proposta de medidas normativas e recomendações técnicas.

Um subsídio de vinte e cinco mil 850 contos atribuído pela Câmara ao Instituto, fixando assim as condições de financiamento dos estudos a realizar pelo IST, faz parte ainda deste protocolo.

...e o Largo da Rosa

Foram abertas as oito propostas concorrentes ao Concurso Público para o arranjo do Largo da Rosa, na Mouraria, concurso que é igualmente dirigido pelo vereador Rui Godinho, após delegação do Presidente da Câmara. Inserido num trabalho de recuperação dos Centros Históricos da Cidade de Lisboa, em particular do Bairro da Mouraria, este trabalho no Largo da Rosa integra responsabilidades em áreas distintas, desde a arquitectura ao paisagismo, passando pelas fundações e estruturas, instalação de equipamentos de esgotos, águas, gás e electricidade.

As deliberações do júri do concurso serão conhecidas no próximo dia 25, sendo atribuídos três prémios, após o que será promovida uma exposição com todos os trabalhos apresentados.

Arquitectos de reconhecido mérito e representantes das Associações de Arquitectos e Paisagistas, bem como os presidentes das Juntas de Freguesia que fazem parte do Bairro da Mouraria, integram, entre outros, o Júri deste concurso.

Câmara do Montijo pede inquérito à gestão anterior

A Câmara Municipal do Montijo deliberou solicitar aos ministérios das Finanças e do Planeamento e Administração do Território uma inspecção/inquérito da sua situação económica e financeira, até ao passado dia 4 de Janeiro, para ser verificada a legalidade de actos e de contratos efectuados pelos órgãos e serviços da gestão autárquica anterior ao actual executivo, mandatado pelas eleições de 17 de Dezembro.

Esta decisão decorre da necessidade sentida pelo novo executivo camarário em encontrar soluções que

enfrentem a situação de pré-rotura financeira em que encontrou a Câmara Municipal de Montijo, na sua área económica e financeira, em resultado da gestão anterior, presidida pelo socialista Primo Jaleco.

Recusa do campo de tiro de Alcochete

A Câmara Municipal do Montijo aprovou o seu apoio à população e organizações envolvidas nas acções que

se vierem a realizar para impedir o alargamento do Campo de Tiro de Alcochete, que a edilidade considera «uma ofensa para a paz, desenvolvimento e preservação da região», uma das mais afectadas pela eventual concretização do projecto.

Começou entretanto a funcionar na Câmara do Montijo uma ligação directa e permanente, via telefone, designada «Serviço SOS», com o objectivo de permitir uma resposta rápida e eficiente aos problemas postos pelos munícipes aos diversos serviços da autarquia.

Também em minoria há que trabalhar

Uma reunião nacional do PCP sobre a intervenção dos seus eleitos nos órgãos autárquicos nas situações em que está em minoria, teve lugar na Soeiro Pereira Gomes na semana passada, onde participaram cerca de 100 militantes que são vereadores de Câmaras Municipais, membros de Assembleias Municipais e dirigentes do

PCP a nível nacional, regional e municipal.

Foi prestada particular atenção às situações em que embora a Presidência caiba a outras forças políticas, foram atribuídos ao PCP vereadores a tempo inteiro e distribuídos importantes pelouros.

Os participantes na reunião concluíram que, a par da

estreita e desejável cooperação com os eleitos de outras forças políticas interessados no progresso das suas terras, importa desenvolver e valorizar a actividade autónoma dos eleitos comunistas, a sua ligação às populações e a prestação de contas do trabalho que foi realizado e estimular a participação popular nas decisões tomadas.

Na reunião foi analisada a política centralizadora do Governo e em particular o corte de verbas das autarquias, as novas medidas de imposição de encargos sem a atribuição dos correspondentes recursos (de que é expressão mais recente a imposição de despesas com o ensino particular e cooperativo) e o bloqueio da regionalização.

Praça da Liberdade

O «saldo» do JN: O Governo vende, o «PSD» compra!

Prosseguindo a sua política de liquidação do sector público da informação, o Governo de Cavaco Silva acaba de concretizar aquilo que várias vezes havia anunciado — a venda do JN. Recorde-se que já em 1986, logo após a vitória de Mário Soares, o Governo fizera publicar no Diário da República o regulamento do concurso público para a venda daquele diário. Então, a luta dos trabalhadores do JN e o generalizado protesto da opinião pública, combinados com a acção parlamentar dos partidos democráticos, condenou ao fracasso essa tentativa.

Agora, segundo a decisão do Governo, a privatização será realizada, não como fora prevista em 86, mas sim através de uma OPV na Bolsa de Valores do Porto, ao contrário do que se verificou com todos os outros jornais do sector público entretanto já vendidos (Capital, Diário Popular, Record e Comércio do Porto).

Porquê esta mudança? Trata-se de uma «habilidade», para facilitar o negócio aos grandes grupos económicos que estão na corrida para a compra do JN, já claramente beneficiados pelo verdadeiro preço de saldo estabelecido pelo Governo — 3 milhões de contos, muito abaixo do seu real valor. Aos trabalhadores do JN estão destinados 4% do capital social da empresa; a cooperativas de jornalistas reserva o Governo 17% das acções, número igual ao reservado para outras empresas de comunicação social; finalmente, o restante será vendido em oferta pública.

É um processo viciado à partida, de resultado certo no final. Basta ter em conta que, por exemplo, um dos grupos multimédia mais interessados na compra do JN — a Lusomundo, é hoje detentora de 14% do capital social da empresa JN. Significativamente, a Lusomundo participa no capital de uma sociedade constituída há cerca de um ano — a Jornalgest —, onde pontificam conhecidos homens de confiança do PSD.

E o PS? O PS acusa o Governo de violar a Lei e de prejudicar uma cooperativa — a Alfapress — entretanto constituída pelas chefias do JN, com vista à compra do diário nortenho, a pretexto da defesa da sua linha editorial, com a qual o PS nunca se deu mal, bem pelo contrário. Um dos principais animadores da Alfapress é, precisamente, José Saraiva, o Director do JN, destacado dirigente do PS e líder da bancada socialista na Assembleia Municipal do Porto.

São também do domínio público os acordos estabelecidos por essa cooperativa com a Projornal e com o poderoso grupo Amorim/Benedetti, o que revela o Alfapress como «testa de ferro» do grande capital nacional e estrangeiro.

Neste contexto, percebem-se melhor os protestos do PS. Defensor das privatizações, apoiante da política de alienação do sector público da informação, o PS vê o Governo (e o PSD) «passar-lhe a perna». O PS acaba prisioneiro da sua própria política e dos acordos que, em sede de revisão constitucional, acabou por subscrever com o PSD. Ou seja, como se costuma dizer, «o feitiço virou-se contra o feiteiro» — o Governo vende o JN, mas para entregar à direita o seu controlo político e ideológico.

O JN é o jornal diário de maior circulação no País. Apesar de muito maltratada por sucessivas administrações, a empresa JN goza de uma apreciável situação financeira. Ao longo dos anos, apesar das oscilações da vida política portuguesa e de uma linha editorial que nem sempre respeitou o pluralismo e a objectividade informativa, o JN afirmou-se como uma referência obrigatória no quotidiano da região nortenha. Jornal do Porto e do Norte, o JN foi e é o espelho das suas gentes, das suas preocupações e anseios, das grandezas e misérias que fazem a sua identidade. Jornal de grande enraizamento popular, o JN presta efectivamente um insubstituível e indispensável serviço público, no domínio da comunicação, à vasta região nortenha e à população que nela vive e trabalha.

A privatização do JN, a sua entrega a um grande grupo económico, provocará não só uma profunda alteração na sua linha editorial mas, igualmente, o esvaziamento dessa função social, substituída pelos interesses restritos dos seus novos patrões e pela lógica da estratégia do grande capital.

Têm razão os trabalhadores do JN ao oporem-se ao «saldo» do seu Jornal. Não são só os seus interesses e direitos que ficam ameaçados: a venda do JN não serve a região nortenha, o seu progresso e as suas gentes, nem os valores democráticos do pluralismo e da liberdade de informação.

É à luz destes interesses e valores, que continuamos a pensar e a defender que o JN deve permanecer no sector público!

■ João Semedo

Nacional



Alegando uma reestruturação ao abrigo da qual a administração da CP já anunciou o despedimento ou passagem à reforma de cinco mil trabalhadores no prazo de cinco anos, também o fecho de estações e apeadeiros nas zonas mais desfavorecidas do nosso país, com piores meios de comunicação, têm motivado protestos vários, neste caso das populações afectadas, aparentemente condenadas a suportarem eternamente os chamados «custos da interioridade»

Em defesa das linhas férreas

Na sequência de uma reunião realizada recentemente no Porto por iniciativa da União das Comissões para a Defesa das Linhas Férreas, foi aprovada uma declaração que passamos a transcrever e que, assinale-se, foi subscrita por dezenas de autarquias e comissões de luta, com numerosas outras a fazerem chegar a manifestação do seu apoio. A declaração contém a proposta de uma iniciativa de carácter nacional em defesa das linhas férreas:

O encerramento de nove ramais ferroviários, em 1 de Janeiro de 1990, é uma decisão da responsabilidade do Governo e do Conselho de Gerência da CP. Esta decisão é arbitrária e ilegal.

Arbitrária porque não tem em conta os interesses e as necessidades das populações, nem respeita compromissos anteriormente assumidos. **Ilegal** porque não houve consulta prévia às autarquias, conforme estipula a lei de bases dos transportes terrestres.

O Governo e a CP, ao aplicarem esta medida de supressão de linhas férreas não estão a respeitar a função social de transporte de passageiros. Ao implementarem horários desajustados, ao deixarem degradar e não modernizando o material circulante e as próprias vias, procuravam ostensivamente provocar o desinteresse das populações.

Com este «desinteresse» pensavam encontrar a argumentação e a desmobilização

que justificasse e facilitasse o encerramento.

Os chamados meios alternativos – transportes rodoviários – quando existem, não solucionam as necessidades de transportes para passageiros e mercadorias, transformam-se em meios mais dispendiosos para quem os utiliza e não poucas vezes são de curta duração.

O próprio argumento da racionalização do sistema produtivo é desmentido pelos gastos que estão a ser feitos (mais elevados) com autocarros privados.

A decisão de encerramento destes nove ramais ferroviários vem provocar um maior isolamento do interior, maiores atrasos no desenvolvimento destas regiões, transformando-se assim num verdadeiro atentado a todos

os propósitos de desenvolvimento regional.

Por todas estas razões decidimos:

1 – Exigir a revogação de tão absurda decisão, a reabertura das linhas férreas e a sua modernização.

2 – Contactar com urgência as autarquias para, em consonância com a União, marcar uma deslocação nacional de todas estas regiões a Lisboa.

3 – Saudar a união de todas as populações, autarquias, comissões de defesa e outras estruturas sindicais e sociais que se têm empenhado tão firmemente nesta causa e apelar para que se prosiga e se reforce esta luta em iniciativas locais ou regionais e na preparação da deslocação nacional agora anunciada.

Porto

Reunião na Boavista de quadros sindicais

No próximo sábado, dia 24 de Fevereiro, com início marcado para as 10 horas e encerramento cerca das 18.30 horas, vai realizar-se no Centro de Trabalho da Boavista uma reunião de quadros com membros do Partido dirigentes sindicais, eleitos das co-

missões de trabalhadores e responsáveis de célula de empresas, para analisar problemas e tarefas, actuais do movimento sindical e das CT's e a actuação do Partido, e o reforço da organização do Partido a nível das empresas e sectores profissionais.

Está também previsto o debate de questões relativas à preparação do XIII Congresso (Extraordinário) do PCP.

Nesta reunião, que é promovida pela Comissão para as Questões do Movimento Operário e dos Trabalhadores

do Executivo da DORP, participarão também **Domingos Abrantes**, da Comissão Política e do Secretariado do CC, e **Edgar Correia**, da DORP e da Comissão Política do CC, além de outros quadros da direcção.

Porto prepara comemorações do 8 de Março

No quadro da preparação das comemorações do 8 de Março, Dia Internacional da Mulher, e na sequência da Carta Aberta dirigida pelo MDM à Assembleia da República sobre o incumprimento das leis de Protecção da Maternidade/Paternidade, uma delegação do MDM do Porto avistou-se, na passada segunda-feira, com o Governador Civil do Porto.

Na entrevista foram ainda abordados vários exemplos de discriminação, alguns dos quais da responsabilidade directa de órgãos do Estado (confrontar o anúncio do IJO-VIP de apelo à Formação Profissional), que continua a fazer recair sobre as mulheres, fundamentalmente as trabalhadoras, o ónus da desigualdade e da injustiça social.

Neste sentido se inseriu a denúncia contra os recentes aumentos de preços de bens e serviços essenciais que, não sendo em si discriminatórios, é essencialmente sobre elas e na sua qualidade de vida que se reflectem.

Refira-se ainda que, no âmbito das comemorações do 8 de Março pelo MDM no

Porto, foram pedidas outras entrevistas, nomeadamente à Câmara Municipal do Porto, e está em curso uma «campanha» de sensibilização junto de várias entidades para a atenção devido ao estatuto de igualdade da mulher ter expressão maior neste 8 de Março, com, entre outras iniciativas, a entrega de uma flor às mulheres.

Juventude

JCP move-se

Um pouco por todo o país a JCP tem vindo a desenvolver uma actividade intensa, com reuniões, tomadas de posição sobre matérias diversas, de âmbito nacional e regional, lançamento de iniciativas, etc. Aqui damos conta de algumas dessas actividades, começando por Bragança, onde a «falta de confiança política» foi um dos motivos apresentados pelo Ministro da Administração Interna para as recentes exonerações do Governador Civil de Bragança e do Adjunto para a Juventude, o que motivou um comentário da Comissão Distrital de Bragança da Juventude Comunista Portuguesa onde se condena «a utilização feita pelo PSD e JSD dos cargos públicos, nomeadamente Governo Civil e Faoj, para trabalho partidário e de aliciamento da juventude».

«Com a arrogância da maioria absoluta conseguida pelo Governo, surgiram muitos responsáveis de cargos públicos a confundirem cada vez mais o exercício do cargo com a defesa dos interesses partidários, nomeadamente junto dos jovens e das associações de estudantes que procuravam aliciar para empunhar a bandeira da JSD a troco de subsídios pagos com os impostos de todos os portugueses».

Mais adiante, o comunicado da Comissão Distrital de Bragança da JCP afirma que «a exoneração do comissário político da JSD para a Juventude no distrito (que é também Presidente da Comissão Política Distrital da JSD e estudante do ensino secundário há longos anos) vem confirmar o que sempre denunciámos: a ocupação de um cargo público para satisfazer e colocar um afilhado. Como no entender do padrinho o afilhado não se portou bem, ficou sem o brinquedo...»

A terminar, a Comissão Distrital de Bragança da JCP repudia a «utilização grosseira e abusiva de cargos e dinheiros públicos pelo PSD e JSD, que se servem dos problemas e dos anseios da Juventude para alcançarem objectivos partidários e promoverem mesmo elementos da sua facção dentro do partido».

Leiria quer libertar Rim Su Kiong

A Direcção Distrital de Leiria da JCP esteve reunida nas Caldas da Rainha, a semana passada, para analisar a preparação da sua 5ª Assembleia de Organização, traçando as principais linhas de acção para o primeiro semestre deste ano.

Em relação a este último ponto, destaca-se o lançamento de um abaixo assinado, onde se alertam todos os jovens em geral e os estudantes em particular para a situação da jovem estudante sul-coreana, Rim Su Kiong, condenada a 15 anos de prisão no passado dia cinco de Fevereiro, por se ter deslocado à República Popular Democrática da Coreia, em 1989, a fim de participar no XIII Festival Mundial da Juventude e dos Estudantes, no qual foi a única participante sul-coreana.

«Junta-te a nós e a todos os jovens que nos diversos continentes exigem a rápida libertação de Rim Su Kiong e de todos os sul-coreanos que estão injustamente presos por exigirem a democracia, a independência e a reunificação da sua pátria», lê-se no referido abaixo-assinado.

Diga-se que todas as comunicações, textos e mensagens de solidariedade poderão ser enviados para «Solidariedade Jovem», Rua do Marquês do Pombal, nº 49, 2430 Marinha Grande.

Comemorar o Dia Nacional da Juventude (28 de Março) com iniciativas próprias da JCP, nomeadamente convívios musicais, cafés concertos, torneios desportivos, etc; apelando à participação dos jovens nas iniciativas do movimento juvenil;

promover uma iniciativa de Debate/Convívio sobre o próximo congresso do PCP, apelo à participação dos jovens nas comemorações do 25 de Abril e primeiro de Maio, e iniciar acções de intercâmbio juvenil com jovens de outros distritos, são outras das iniciativas dos jovens comunistas de Leiria, que discutiram e aprovaram o documento base para apresentar nos diversos plenários de militantes que estão programados e que são abertos à participação de outros jovens em debates preparatórios da quinta assembleia da JCP - uma iniciativa que decorrerá sob o lema «motivar para agir».

Ensino discutido em Santarém

Também em Santarém foi realizado um plenário distrital de jovens comunistas onde foram analisadas questões como a continuação da luta em diversas escolas do distrito contra a Lei de Acesso ao Ensino Superior. A análise das más condições de Ensino em diversas escolas e os festejos dos dias 24 e 28 de Março - dias do Estudante e da Juventude, respectivamente - foram outros dos pontos debatidos.

Em relação às condições de ensino no distrito de Santarém, foi dado como exemplo mais flagrante da degradação a que se chegou, o facto de na Escola Secundária Maria Lamas, Torres Novas, os alunos serem obrigados a ter aulas em locais menos apropriados, como o sótão e a biblioteca daquela escola. Iniciar acções de luta contra estas condições de ensino foi uma das decisões deste plenário.

Campanha de fundos para material vídeo

Uma campanha de fundos com o objectivo de recolher verbas para a compra de um aparelho de televisão, um vídeo, um projector e outros materiais, que visam dotar a Juventude Comunista Portuguesa de uma maior capacidade de intervenção neste domínio foi lançada pela SIP da JCP (Lisboa) que colocará para esse efeito, nos centros de trabalho do distrito, documentos através dos quais todos os militantes, amigos e simpatizantes da JCP poderão fazer os seus donativos.

Parlamento Europeu

Carlos Carvalhas no debate do programa da Comissão das Comunidades Europeias para 1990

Práticas neocolonialistas incompatíveis com modelo de justiça social

«Uma Comunidade talhada pela mão invisível do mais forte, pelos dogmas do neoliberalismo, da desregulação e das práticas neocolonialistas não está em condições de se apresentar como modelo de progresso e justiça social», salientou o deputado do PCP Carlos Carvalhas, intervindo no plenário do Parlamento Europeu, durante o debate do programa da Comissão das Comunidades Europeias para 1990.

«A cooperação pan-europeia — acrescentou o deputado comunista — e a unidade da Europa pressupõem o respeito mútuo das soberanias, das culturas e das aspirações dos povos e o alargamento da divisão internacional do trabalho em termos mutuamente vantajosos para todas as economias nacionais do Continente.»

Carlos Carvalhas começou por observar que «o programa legislativo da Comissão não pode subalternizar, quer quanto às prioridades quer quanto ao conteúdo, as políticas rela-

tivas à coesão económica, à dimensão social do desenvolvimento, à Europa dos cidadãos, ao bem-estar do Homem e à defesa e promoção do ambiente».

Observando que «a Comissão refere algumas questões importantes relativas ao programa de acção da Carta Social», o vice-presidente do Grupo Coligação de Esquerda comentou, no entanto, que «o que nos importa é sobretudo o conteúdo e não meras declarações abstractas».

Sobre este assunto, chamou a atenção «para a necessidade de se elaborarem di-

rectivas sobre o trabalho precário; sobre a garantia de um rendimento mínimo decente para os que se encontram à margem do mercado de trabalho (reformados, pessoas idosas e deficientes); sobre a protecção aos jovens trabalhadores, sobre o estatuto social dos trabalhadores emigrantes de modo a acabar com as discriminações e a assegurar a igualdade de tratamento».

«Não podemos também — prosseguiu o deputado do PCP — deixar de lamentar que relativamente à liberalização de capitais, praticamente nada se tenha avançado na fiscalização contra a especulação e a fraude, o que faz aumentar os riscos das regiões economicamente mais débeis, bem como das tendências do aligeiramento da tributação dos rendimentos do capital em detrimento dos rendimentos do trabalho e de um cresci-

mento dos movimentos especulativos em detrimento do investimento produtivo e do emprego.»

Depois de sublinhar que «a Comissão tem de ter em conta os poderes do Parlamento Europeu e as suas decisões», Carlos Carvalhas considerou «positivo e necessário» o «desenvolvimento das relações da CEE e de cada um dos Estados-membros com os países membros do CAME».

«Neste sentido» — acrescentou — «a Comissão deveria agir com o objectivo de suprimir as limitações impostas pelo COCOM e manifestar o seu empenhamento na realização, o mais breve possível, de uma nova conferência de Helsínquia».

Finalmente, o deputado comunista português salientou «que a CEE não pode deixar de assumir as suas responsabilidades em relação aos paí-

ses ACP, ter em conta as recomendações da Assembleia Paritária e propor novas medidas aos Estados-membros com vista ao aligeiramento das dívidas e mesmo à sua anulação».

Tributação da poupança

Entretanto, intervindo no debate sobre a tributação da poupança, Carlos Carvalhas afirmou:

«A livre circulação de capitais está prevista para 1 de Julho de 1990. No entanto a Comunidade continua sem aprovar medidas destinadas a suprimir ou a atenuar os riscos de distorção, evasão e fraude fiscais relacionados com a diversidade dos regimes nacionais.»

«Os riscos para os países e regiões mais débeis economi-

camente são reais. Riscos de deslocação de capitais, de evasão e fraude fiscais, de desenvolvimento da esfera especulativa contra o investimento produtivo e o emprego.

«Estamos de acordo que a cooperação entre as entidades fiscais dos Estados-membros é necessária, e estamos de acordo que quando exista presunção fundamentada de prática de delito a cooperação judiciária possa levar ao levantamento do segredo bancário. Mas isto não significa que os efeitos negativos resultantes da concessão generosa aos grandes detentores de capitais, através da livre circulação, sejam superados.

«A proposta de resolução é por isso uma chamada de atenção à Comissão e ao Conselho e tem este aspecto positivo, mas poderia e deveria ter ido mais longe face às graves questões em jogo.»



Parecer sobre acordo multifibras

O deputado do PCP no Parlamento Europeu, Carlos Carvalhas, nomeado relator do parecer da Comissão Económica, Monetária e de Política Industrial do PE sobre o Acordo Multifibras, que fixará o novo regime comercial para os produtos têxteis, vai apresentar ainda este mês o referido documento na Comissão.

O acordo — da maior importância para a indústria portuguesa — decorre das negociações conhecidas pela designação Uruguay-Round, iniciadas no Outono de 1986 e a concluir em Dezembro de 1991.

Com vista à elaboração do projecto de parecer, Carlos Carvalhas tem mantido contactos com diversas instituições e entidades representativas do sector têxtil nacional.

Joaquim Miranda relator de parecer sobre protocolo CEE-Gronelândia

O deputado do PCP no Parlamento Europeu, Joaquim Miranda, foi nomeado relator de dois importantes pareceres a submeter oportunamente ao plenário da assembleia da CEE: o da sub-comissão de pescas sobre o protocolo entre a Comunidade e a Gronelândia, com particular interesse para o nosso país, e o da Comissão de Orçamentos, sobre os preços agrícolas para a campanha 1990/1991.

O protocolo sobre a pesca nos mares da Gronelândia — zona tradicionalmente frequentada pela frota bacalhoeira nacional — prevê a exclusão do acesso àquelas águas dos pescadores portugueses e espanhóis, o que motivou o voto contra os dois países ibéricos num recente Conselho de Ministros das Pescas que, no entanto, aprovou o documento por maioria.

Os restantes membros do Conselho acolheram o argumento da Gronelândia segundo o qual o protocolo não deve abranger os mais recentes membros da CEE — Portugal e Espanha — por ter sido inicialmente celebrado entre aquele país do Atlântico Norte e a Comunidade a dez.

Esta solução que constituiria um rude golpe para os armadores e pescadores portugueses, é contestada por Joaquim Miranda. Sendo o presente protocolo assinado pela Comunidade a doze, nada justifica a exclusão, dos seus benefícios, das frotas nacionais de dois dos países que a compõem — salienta o deputado do PCP.

Por outro lado, o parecer da Comissão dos Orçamentos sobre os preços agrícolas, cujo relator será também Joaquim Miranda, tem normalmente uma grande influência na deliberação final do Parlamento Europeu, dado o peso orçamental do FEOGA-Garantia. Em casos de divergência, com o parecer da Comissão de Agricultura, prevalece, em geral, a orientação proposta pela Comissão de Orçamentos, conforme recorda o deputado comunista.

Missão na Nicarágua

Entretanto, Joaquim Miranda deslocou-se à Nicarágua, na qualidade de observador do Parlamento Europeu, do processo eleitoral daquele país da América Latina. O deputado português representará o Grupo Coligação de Esquerda no intergrupo do PE para as questões da América Latina, que acompanhará as eleições na Nicarágua a convite do Governo sandinista. Joaquim Miranda permanecerá naquele país até dia 28.

«A voz mais veemente» em defesa de Timor-Leste

«A voz mais veemente contra o aproveitamento político da viagem de João Paulo II por parte da Indonésia, no sentido de significar um reconhecimento da soberania indonésia sobre Timor-Leste, fez-se ouvir no Parlamento Europeu através dos deputados portugueses do Grupo Coligação de Esquerda» — salienta a publicação «Informação — Timor Leste», da Comissão para os Direitos do Povo Maubere, na sua edição de Janeiro último.

Em resolução aprovada no mês de Novembro, naquele fórum — prossegue a referida publicação mensal — (aqueles deputados) declaram que «a controversa visita do Papa João Paulo II, atendendo às suas declaradas finalidades espirituais, não pode ser legitimamente, utilizada como apoio à pretensa integração de Timor-Leste na Indonésia».

Entretanto, numa pergunta dirigida ao Conselho de Ministros, o deputado do PCP Barros Moura recorda «a morte, provocada por soldados indonésios que reprimam uma manifestação pró-independência durante a visita do Embaixador dos EUA».

Sublinhando que «o recrudescimento da repressão se verifica no quadro da reactivação da resistência militar aos ocupantes indonésios», aquele eurodeputado do Grupo Coligação de Esquerda pergunta que «medidas entendem os militares tomar» e interroga o Conselho sobre «qual o seguimento dado às sucessivas resoluções do Parlamento Europeu, especialmente o relatório Van den Heuvel».

Comissão aprova parecer de Miranda da Silva sobre preços agrícolas

A Comissão dos Orçamentos do Parlamento Europeu aprovou, apenas com a abstenção dos deputados conservadores britânicos, o parecer do deputado do PCP, Joaquim Miranda da Silva, sobre os preços agrícolas para a campanha 1990/91.

Na sua reunião de dia 19, em Bruxelas, a Comissão incumbiu, ainda, Miranda da Silva, de expor as linhas do parecer perante a Comissão de Agricultura do PE.

Dimensão social exige medidas concretas até 1992 — salienta Barros Moura

«A exigência de que a dimensão social se traduza em medidas concretas acompanhando a realização do mercado único até 31 de Dezembro de 1992» foi salientada pelo deputado do PCP, Barros Moura, no plenário do Parlamento Europeu.

Intervindo no debate do relatório Chanterrie, da Comissão dos Assuntos Sociais do PE, sobre as medidas prioritárias de política social em 1990, Barros Moura destacou a crítica constante do documento «à manifesta insuficiência do programa social da Comissão para 1990».

O deputado do PCP, que considerou «importante a aprovação desse relatório por uma larga maioria» (a votação decorrerá na próxima quinta-feira), sublinhou também a defesa que nele se faz «de medidas legislativas, vinculativas, a nível comunitário e a recusa de uma interpretação lata do princípio da subsidiariedade em matéria social, que deixaria as mãos livres aos Estados para as políticas sociais de acrescida desregulação e dumping social».

Barros Moura destacou igualmente a defesa, feita no relatório Chanterrie, «de uma base jurídica para as normas sociais que permita a deliberação por maioria qualificada no Conselho e o processo de cooperação com o Parlamento».

Observando que «o Presidente da Comissão Europeia tem defendido abertamente a desregulação social como factor de competitividade das economias dos Estados-membros», o deputado comunista considerou esta atitude «uma posição inaceitável». «Para a contrariar», defendeu a adopção das prioridades legislativas indicadas no ponto 6 do relatório, que qualificou como «um mínimo».

Neste ponto do relatório, solicita-se à Comissão que inclua no seu programa de trabalho para o ano em curso a apresentação de medidas e directivas nos domínios do mercado de trabalho; emprego e remuneração; melhoria das condições de vida e de trabalho; informação, consulta e participação dos trabalhadores; liberdade de organização sindical e direito à negociação colectiva; protecção da saúde e de segurança nos locais de trabalho; e protecção das crianças e dos adolescentes.

A concluir a sua intervenção, Barros Moura sublinhou que «as mudanças verificadas na Europa, nomeadamente nos países de Leste, tornam ainda mais necessário do que antes a salvaguarda de padrões sociais mínimos, a harmonização social no progresso e a introdução de cláusulas sociais nos acordos de comércio com países terceiros». «Há que agir — disse ainda — para impedir uma nova escalada de desregulamentação social».

Internacional

Nujoma eleito por unanimidade presidente da Namíbia

Sam Nujoma foi eleito, na passada sexta-feira, presidente da futura Namíbia independente e, tal como já tinha acontecido com a aprovação recente da Constituição da República, os 72 membros da Assembleia Constituinte foram unânimes em delegar no líder da SWAPO a chefia daquela que será em breve a mais jovem nação do mundo.

milhões de dólares, a título de ajuda para o desenvolvimento da Namíbia.

O presidente agora eleito não poderá, segundo a Constituição, ultrapassar dois mandatos consecutivos de cinco anos. Por outro lado, o texto aprovado define a Namíbia como uma república pluripartidária, respeitando os direitos humanos fundamentais e com um sistema judicial independente.

A atmosfera de reconciliação nacional que caracteri-



membros se tinham algumas objecções quanto à adopção do texto constitucional.

A Assembleia, cuja maioria dos mandatos foram obtidos nas eleições gerais de Novembro passado pela SWAPO, voltará a reunir-se a 21 de Março para assistir à tomada de posse do presidente. No dia seguinte, após setenta anos de exploração colonial, o vasto território torna-se independente e a Assembleia transforma-se em Parlamento.

Entretanto, o presidente Nujoma designou já 15 dos 16 membros do seu futuro gabinete. A pasta das Finanças foi atribuída a um homem de negócios de origem alemã e a da Agricultura e Pescas a um sul-africano instalado na Namíbia desde 1957. Estas indagações confirmam que a SWAPO prosseguirá uma política de reconciliação nacional e de cooperação com os grupos da oposição, procurando reflectir os interesses dos 1,5 milhões de habitantes da Namíbia.

O futuro governo definiu já como principal prioridade a realização de um programa de produção alimentar com o objectivo de pôr termo à dependência existente actualmente em relação à África do Sul. Segundo o ministro designado da agricultura, «não há razão para continuar a importar comida» daquele país, sublinhando que o seu projecto deverá incidir sobre a auto-suficiência alimentar e contribuir para o desenvolvimento rural de forma a atenuar o desemprego no país.

Felicitações a Sam Nujoma

Ao Comité Central da SWAPO

Calorosas felicitações eleição camarada Sam Nujoma Presidente Namíbia. Votos maiores sucessos acção SWAPO independência. Solidariedade fraternal comunistas portugueses.

O Secretariado do Comité Central do Partido Comunista Português

Nenhum dos sete partidos representados na Assembleia apresentou um candidato alternativo a Sam Nujoma, cuja cerimónia de tomada de posse nas novas funções de estado ficou marcada para 21 de Março, data em que está prevista a proclamação da independência daquele território.

Após sua eleição, Nujoma declarou que tentará «tudo o que puder para defender a Constituição da República da Namíbia».

Jesse Jackson, que regressava de uma visita à África do Sul, tomou a palavra durante a sessão extraordinária da assembleia para reclamar a adopção de uma espécie de «plano Marshall» de reconstrução e ajuda ao desenvolvimento da África Austral. Ainda neste sentido, Jackson criticou o Governo de Washington por «ter dado 50 milhões de dólares à UNITA para desestabilizar Angola» e por só ter concedido 12

zou na altura a sessão da Assembleia Constituinte foi qualificada pelo agora chefe de Estado, Sam Nujoma, como uma «viragem histórica» no país. O presidente da Organização do Povo do Sudoeste Africano (SWAPO), movimento que combateu durante 23 anos os ocupantes sul-africanos, declarou num discurso pronunciado após a votação que a Namíbia acabara de dar «um

passo gigantesco no caminho amargo, sangrento e longo combate pela independência». Para Sam Nujoma a adopção da constituição é «um dos mais importantes e memoráveis actos de autodeterminação».

De assinalar que durante a cerimónia não foi feito nenhum voto formal e o presidente da Assembleia constituinte, Hage Geingob perguntou simplesmente aos 72

LIBANO

«País cristão» em chamadas

A guerra intercristã que estalou a 31 de Janeiro no Líbano provocou já, segundo um balanço parcial, 757 mortos e 2 187 feridos e, apesar de as forças em confronto terem anunciado nos últimos dias um cessar-fogo, não se vislumbra uma solução para o conflito, já que não foi encontrada qualquer base de entendimento político. A agravar a situação registaram-se no início desta semana novos bombardeamentos da força aérea de Israel em território libanês, alegadamente para atingir bases de organizações palestínias.

As estações de rádio controladas pelas partes beligerantes reafirmam as suas posições anteriores que motivaram o reacender dos combates. O general Aoun continua a pretender a «unificação militar e política do como cristão» e as milícias Forças Libanesas, controladas por Samir Geagea, rejeitam a sua «eliminação» e afirmam a necessidade de «salvaguardar as liberdades com base no respeito mútuo».

Todo este processo foi lan-

çado pelo sedioso general Michel Aoun, numa tentativa de consolidar o seu poder ilegal e secessionista no interior do «país cristão», um enclave com cerca de mil quilómetros quadrados e 900 mil habitantes a norte e leste de Beirute Oriental.

Aoun, ao pretender unificar o seu poder nesta região com base na rejeição do acordo parlamentar de Taef, acusa o chefe das milícias de pactuar com os apoiantes desse documento. Contudo, se posi-

ção de Samir Geagea sobre esta questão não é clara, tendo afirmado que «não sou contra nem a favor do acordo», é certo que não está nos seus planos aceitar a autoridade política de Aoun sobre o sector cristão.

As forças libanesas são o braço armado dos partidos tradicionais libaneses que dizem representar a comunidade cristã maronita — o Partido da Falange e o Partido Nacional Liberal, ambos de inspiração fascista.

Autor do golpe de Estado em Setembro de 1988, Michel Aoun, ex-chefe do Estado Maior das Forças Armadas, instituiu um governo paralelo, para depois, já demitido das suas funções militares na sequência do acordo de Taef, se rebelar com o exército mantendo-se à frente de 15 mil homens das «brigadas cristãs». O general ocupa ilegalmente o palácio presidencial e as suas convicções políticas resumem-se em duas frases: «Eu sou o poder» e «o Estado sou eu».

Bombardeamento israelita

Sob o pretexto de atingir bases de organizações palestínias situadas no Sul do Líbano, a força aérea de Israel voltou a bombardear território libanês, afectando

sobretudo a localidade de Kfar Jarra, a leste da cidade de Saída.

A acção militar foi realizada pouco depois de o dirigente palestino Yasser Arafat se ter encontrado em Túnis com os embaixadores da Síria e dos países membros do triunvirato para o Líbano da Liga Árabe: Argélia, Marrocos e Arábia Saudita. Em análise estava a possibilidade de intervenção para pôr termo ao derrame de sangue entre cristãos no Líbano, dentro do espírito do acordo de Taef, pôr forma a restaurar a unidade do país e preservar a soberania do território.

Este bombardeamento insere-se na política de ocupação israelita do Sul do Líbano, cujo território está a ser utilizado para a instalação dos imigrantes judeus de origem soviética, o que contraria o disposto no direito internacional.

A população dos territórios palestínios ocupados decretou uma greve geral para contestar contra a instalação de judeus. A jornada de luta foi convocada pela Direcção Unificada do Levantamento Popular na sequência de declarações do primeiro-ministro israelita, Isaac Shamir, segundo as quais Israel necessita dos territórios para albergar a vaga de imigração soviética.

Vice-primeiro-ministro romeno é raptado por manifestantes

Cerca de três centenas de pessoas assaltaram o Ministério dos Negócios Estrangeiros, edifício no centro de Bucareste onde funciona a sede do governo romeno e raptaram o vice-primeiro-ministro, Gelu Voican Voiculescu.

O assalto resultou de uma manifestação que reuniu duas a três mil pessoas, realizada no domingo. Os assaltantes, entre os quais foram identificados membros de outros partidos de oposição, revistaram gabinetes e lançaram livros da varanda, sob o olhar de soldados que presenciaram a cena sem intervirem. O vice-primeiro-ministro foi interpelado pelos manifestantes que exigiam a sua demissão e conduzido depois para o exterior do edifício escoltado por militares e civis.

Durante a concentração os participantes gritaram «abaixo o comunismo», «abaixo Iliesco» e exigiram a dissolução da Securitate.

Entretanto, o Comité Executivo do Conselho Provisório de União Nacional da Roménia já condenou, por unanimidade, a manifestação violenta, tendo decidido elaborar urgentemente uma lei que proíba acções deste género e impeça actos de vandalismo contra instituições do Estado.

Eições no Japão favorecem socialistas

Os resultados oficiais finais do sufrágio de domingo último no Japão conferem 275 lugares na Câmara Baixa ao Partido Liberal-Democrata (PLD), menos 20 do que na anterior legislatura, e 136 ao Partido Socialista, o que representa um aumento espectacular se se considerar que apenas apresentou 149 candidatos para os 512 lugares.

A vitória do PLD permitiu que o primeiro-ministro japonês, Toshiki Kaifu, afastasse a hipótese que se vinha a colocar de deixar a chefia do governo, considerando que os resultados eleitorais revelam que ganhou a confiança do eleitorado. Por outro lado, os líderes das várias facções do PLD desdobraram-se em declarações de apoio a Kaifu, como chefe do Governo.

Parecem assim adiados os conflitos no seio dos conservadores japoneses, embora os observadores refiram que a reentrada na cena política de figuras tão influentes como o antigo primeiro-ministro Yasuhiro Nakasone ou o ex-ministro dos Negócios Estrangeiros Shintaro Abe, reeleitos apesar da sua implicação no escândalo político-financeiro Recruit, virá, a médio prazo, pôr em causa a já débil posição de Kaifu no seio do partido.

Multipartidarismo em Cabo Verde

A direcção do Partido Africano da Independência de Cabo Verde (PAICV) pronunciou-se pela instauração de um regime multipartidário no país, segundo foi anunciado pelo porta-voz do Conselho Nacional do partido, Bartolomeu Varela.

O anúncio foi feito após três dias de debates neste órgão máximo do PAICV entre congressos, que decidiu igualmente rever a lei eleitoral e autorizar a participação de listas de independentes nas próximas eleições legislativas, previstas para Novembro deste ano.

Governo sueco demite-se

No final da semana passada o primeiro-ministro sueco, Ingvar Carlsson, foi obrigado a apresentar a sua demissão na sequência da vitória da oposição numa votação parlamentar sobre questões económicas.

Os cinco partidos da oposição aliaram-se e derrotaram, por 190 votos contra 153, uma moção do governo que previa medidas de austeridade, nomeadamente o congelamento de salários e restrições do direito à greve.

As propostas dos sociais-democratas de Carlsson tinham provocado um verdadeiro choque no país, tendo-se verificado inúmeras greves selvagens, demissões colectivas do partido e uma ofensiva contra a central sindical, a landsorganisationen, que tinha aprovado as medidas do governo.

Agressão sul-africana custou trinta milhões a Angola

O custo directo e indirecto da agressão sul-africana a Angola, durante o período 1980/88, avalia-se em cerca de trinta milhões de dólares, afirmou segunda-feira em Luanda o ministro angolano das Relações Exteriores, Pedro de Castro Van-Dunem «Loy».

Esta declaração foi feita na abertura da reunião sobre a revisão do programa de cooperação, que conta com a assistência do programa das Nações Unidas para o desenvolvimento.

Muito recentemente a Assembleia geral da ONU aprovou uma resolução sobre a assistência internacional para a reabilitação económica no país, nomeadamente uma ajuda para compensar os danos materiais causados pela intervenção sul-africana.

PCP protesta

Sua Excelência General Omar al Bashir SUDÃO

Comunistas portugueses reclamam fim torturas, imediata libertação presos políticos.

Secretariado do Comité Central do Partido Comunista Português

Internacional

Entre Moscovo e Otava no caminho do desarmamento

Nestes dias de Fevereiro, entre Moscovo e Otava, alguns passos significativos se avançou no caminho do desarmamento e do desanuviamento.

Da visita oficial de James Baker a Moscovo, com encontros sucessivos com Chevardnadze, e um contacto com Gorbachov, resultaram alguns avanços concretos, que deverão traduzir-se numa próxima assinatura de três acordos.

Trata-se, antes do mais, das **armas químicas**. Foi decidido que a União Soviética e os Estados Unidos vão fazer tudo no sentido de um acordo bilateral de destruição de uma quantidade significativa de armas químicas, acordo que deverá ser assinado em Junho, na prevista cimeira de Gorbachov-Bush. A dinâmica deste processo aponta no sentido da futura conclusão de um tratado de total proibição deste tipo de armas de destruição massiva.

De lembrar que na 44.ª Assembleia Geral da ONU, em Setembro de 89, Chevardnadze afirmara já estar a União Soviética pronta, «antes da conclusão de um tratado multilateral, a cessar a produção de armas químicas — o que já fizemos em relação às armas binárias —, a renunciar ao uso de armas químicas em todas as cir-

cunstâncias, a instituir verificações rigorosas sobre o fim da produção de agentes químicos destinados a armamentos». O empenhamento dos Estados Unidos não é manifestamente o mesmo. Mas a vida demonstra, que num caminho contraditório embora, aproximações e avanços são possíveis.

Para Junho também, admite-se a possibilidade de assinatura de um acordo de drástico corte no **armamento nuclear estratégico** — 50%. Ainda que muito trabalho se imponha ainda, nomeadamente no que se refere aos mísseis nucleares de cruzeiro mar-superfície. Foram desde já acordadas visitas de delegações soviéticas e norte-americanas a estações de radar situadas em ambos os países.

Avanços também no domínio da **redução de forças**

militares no continente europeu.

Dos encontros de Moscovo aos de Otava, foi possível chegar a um acordo que determina que tanto a União Soviética como os Estados Unidos não estacionarão mais de 195 mil efectivos das tropas terrestres e aéreas na zona central da Europa.

Este acordo permite de facto que os EUA beneficiem de alguma superioridade militar no continente — 30 mil homens noutras zonas que não a região central. Comentando esse facto, Guennadi Guerassimov, porta-voz do ministério soviético dos Negócios Estrangeiros, declarou que a URSS aceitou ter menos soldados que os Estados Unidos na Europa porque os limites de forças estipulados «serão irrelevantes dentro de um ou dois anos». E acrescentou que a URSS pretende de facto que o nível de confrontação seja reduzido a zero e que «nenhum país tenha tropas estrangeiras» estacionadas no seu território.

O consenso a que se chegou — e esse é um dado fundamental elimina um dos mais importantes obstáculos à conclusão, este ano, de um tratado sobre a redução das Forças Armadas e armamentos convencionais na Europa.

Todo este processo de desarmamento se interliga hoje, face às profundas transformações na Europa de Leste, com a questão alemã, e a prevista retirada de tropas soviéticas dos vários países do continente europeu.

Na perspectiva de uma Helsinquia 2, é toda a reestruturação do velho continen-

te que está em causa. Com boas perspectivas, entremeadas de alguns perigos, da parte de quem intenta aproveitar o impulso de paz, para tentar conquistar posições de domínio.

IDE A velha filosofia

No quadro da campanha referente ao orçamento militar norte-americano para 91, o presidente Bush dirigiu aos membros do Comando Aéreo Estratégico uma significativa mensagem.

As forças estratégicas são o fundamento da dissuasão, afirma o presidente a este grupo de aviadores de coordenam várias centenas de bombardeiros e de mísseis nucleares.

«A vossa prática da dissuasão permitiu manter a paz e definir as bases das mudanças positivas na União Soviética», diz Bush. Mas «vivemos hoje um período de incerteza. E agora que avançamos para um novo e maior acordo de controlo de armamentos para aumentar a estabilidade, continuaremos a modernizar as nossas forças estratégicas».

Declarações que além do mais pecam por um espantoso irrealismo e desadequação às realidades actuais.

Entretanto, e pela primeira vez, no projecto de orçamento militar, o programa de IDE (guerra das estrelas), foi incluído na tríada das forças estratégicas dos EUA: mísseis estratégicos de estacio-



Pacifistas americanos e soviéticos, num encontro em Moscovo. O desarmamento é um imperativo da nossa época e uma exigência universal dos povos

namento terrestre, mísseis estratégicos em submarinos e bombardeiros estratégicos pesados.

Simultaneamente o «New York Times» escreve que o comité dos chefes dos estados-maiores revelou uma atitude céptica para com o programa da «guerra das estrelas».

Em recente artigo no «Izvestia», Eduard Chevardnadze afirma; «a nova concepção não obedeceu às boas intenções dos seus promotores mais sim à compreensão dos perigos que em igual medida ameaçam todo o continente e de que os países eu-

ropeus compartilham a responsabilidade pelo seu futuro frente a um sem número de perigos entre eles a corrida aos armamentos nucleares e convencionais, o atraso económico e a catástrofe ecológica».

Uma apreciação que naturalmente se não restringe à Europa, pois trata-se de questões mais candentes ainda a nível planetário.

Tal compreensão, entretanto, ainda não se afirmou nem em Washington nem em Bruxelas. Um irrealismo que comporta perigos, mas não consegue obstruir a via do desarmamento.

AFEGANISTÃO

Novos planos de paz

Nas conversações Baker-Chevardnadze, em Moscovo, um outro tema fundamental foi abordado — os conflitos regionais. Fórmula que na prática crua da vida se traduz em mortes quotidianas e profundos atrasos no desenvolvimento. Alguns avanços foram possíveis no que se refere ao Afeganistão.

Concretamente, americanos e soviéticos pronunciam-se pela «formação de um governo largamente representativo», sendo que, pela primeira vez, os Estados Unidos desistiram de reclamar o afastamento da equipa do presidente Najibullah.

Moscovo e Washington acordaram quanto à «instauração de um período de transição, a abertura de um diálogo entre todas as partes afegãs, a autodeterminação do povo afegão».

Uma posição de recuo da parte dos Estados Unidos que naturalmente tem a ver com a frustração dos seus planos de derrubar pela guerra e o terrorismo o actual governo afegão.

Já depois destes acordos, Eduard Chevardnadze apresentou no «Izvestia» um plano em dez pontos para a solução política da guerra que continua a lavar no Afeganistão, apresentados como «elementos fundamentais da regularização da situação interna».

O plano é partilhado pelo governo afegão, e tem como elementos principais o reconhecimento do diálogo interafegão, com a participação de todas as forças políticas do país, e o compromisso destas em reconhecerem os resultados de eleições gerais.

O plano prevê o estabelecimento de tréguas, com a manutenção do «statu quo» no terreno durante o «período de transição», o qual, segundo o ministro soviético dos Negócios Estrangeiros, prolongar-se-á desde a realização de uma conferência panafegã no interior do país ou fora dele, para dar corpo institucional ao diálogo, até à criação de um governo representativo, como resultado das eleições.

Uma outra conferência internacional, com a participação da URSS, dos EUA, Paquistão, Irão, do secretário-geral da ONU e das diversas forças afegãs, a realizar em Genebra, Roma ou Viena, deveria chegar a um consenso sobre a «cessação de todos os fornecimentos de armas às partes beligerantes no Afeganistão, venham elas de onde vierem» e simultaneamente proclamar uma interrupção das acções bélicas.

Um ano depois do termo da retirada das tropas soviéticas do Afeganistão, por força dos acordos de Genebra de 88, de facto até hoje só unilateralmente respeitados — esta proposta e os acordos avançados em Moscovo, são mais um esforço para que finalmente a paz se instale em terra afegã.

EUA, orçamento uma política irrealista

A aposta do presidente Bush, na continuidade, também para o próximo ano, dos grandes programas de armamento, surge como opção perigosa e desajustada, não apenas no plano vital do desarmamento e desanuviamento, mas também no que respeita à situação socioeconómica dos próprios Estados Unidos.

No seu discurso sobre o Estado da União, e de par com algumas propostas em matéria de desarmamento — redução dos efectivos na Europa e encerramento de algumas bases militares —, George Bush apresentou o orçamento do país para 1991.

Sobressai neste orçamento o anúncio de uma redução de 50% do défice federal, fixando duas grandes prioridades.

Trata-se, por um lado, de prosseguir os grandes programas de armamento, com a fabricação do novo bombardeiro B2, a militarização do espaço e a modernização dos mísseis nucleares, e por outro de reduzir praticamente a zero as verbas com fins sociais.

Na vida concreta, o que pode significar os cortes drásticos com as despesas sociais?

Um exemplo — a educação. Num orçamento de 1200 mil milhões de dólares, apenas

500 milhões são atribuídos ao Ministério da Educação. Isto num momento em que, reconhecidamente, o sistema educativo está em total decomposição.

Outra questão candente — a droga — que como todos bem sabemos, é arvorado em elemento justificador até de invasões de território alheio e de derrube de governos de outros países, como foi o caso do Panamá.

A verdade concreta, entretanto, é que nos últimos dois anos 50% do pessoal afectado à luta contra a droga foi despedido.

Na sua dimensão mais grave, os cortes nas verbas sociais significam o maior agravamento da situação (e seu previsível alargamento) dos 35 milhões de pessoas, numa população de 260 milhões, obrigadas a sobreviver abaixo do nível oficial de pobreza.

Economia sintomas desfavoráveis

O orçamento apresentado pelo presidente Bush, parte de pressupostos particularmente inseguros. Aposta-se num crescimento pelo menos de 3%, percentagem que tanto congressistas como economistas consideram excessivamente optimista, sobretudo tendo em conta a evolução em curso.

No último trimestre de 1989, a taxa de crescimento do produto interno bruto (PNB) americano aumentou apenas de 0,5% ao ritmo anual, a taxa mais baixa desde o início do ciclo de crescimento, em 1981.

Ao longo do ano, a taxa de crescimento foi de 2,9%, contra 4,4% em 1988.

Todos os sectores da indústria manufactureira registam recuos no crescimento. O mesmo no que se refere aos serviços, nomeadamente na informática e nas finanças.

O recuo no consumo, é também já sensível. Assim como o crescimento do desemprego. Em Dezembro passado o número de novos postos de trabalho criados tinha sofrido sensível redução — 148 000 contra 264 000 no início do mesmo ano.

Comentando o actual quadro da economia americana, diz-se no «Le Monde», em artigo do correspondente nos EUA: «Quando a economia gira ao ralenti, e as margens de lucro (expressas em termos de lucro da exploração) estão ao seu mais baixo nível desde 1974 e que, simultaneamente, a inflação recusa descer abaixo de 4,5% ao ano, esta situação tem um nome: estagoflação.»

Neste contexto, a aposta na corrida aos armamentos e nos cortes de despesas sociais, para mais na base de metas de crescimento que não parecem corresponder às realidades — faz ressaltar o carácter irrealista de uma política que se pretende afirmar contra ventos e mares. Mas que não tem os pés para andar que os seus promotores bem desejariam.

Internacional

NICARÁGUA

Eleições no domingo

Dia 25, neste próximo domingo, o povo da Nicarágua vai às urnas. 3000 observadores internacionais acompanham o processo. As últimas medidas políticas já foram tomadas.

A Assembleia Nacional aprovou algumas emendas à Constituição, decidindo nomeadamente que o vencedor das eleições seja empossado a 24 de Abril, e que os novos deputados do Parlamento e eleitos das autarquias entrem em funções no dia seguinte.

Num esforço último para contribuir para um clima de conciliação, o governo sandinista declara uma amnistia geral para os presos políticos — ex-guardas de Somoza e contras.

Em comunicado divulgado em Paris, uma delegação de deputados franceses, socialistas, comunistas e da oposição conservadora, «rende homenagem ao governo nicaraguense» e afirma que «o processo eleitoral em curso é correcto».

O governo dos Estados Unidos compromete-se a respeitar os resultados eleitorais, quaisquer que eles sejam.

Uma pequena súmula de factos que dá conta das positivas condições criadas para um acto eleitoral que assume particular importância neste momento da vida da Nicarágua.

Antes do mais, porque es-

tas eleições simbolizam a transferência da confrontação entre as forças revolucionárias e a contra-revolução, para a frente política.

Transferência que apenas se tornou possível pela derrota militar da contra-revolução e pela interligação entre as transformações da realidade política internacional e a evolução do quadro político da América Central onde, por pressão dos povos, vários governos alteraram substancialmente a sua política externa, assumindo posturas de independência face aos Estados Unidos.

Por outro lado, e apesar de uma situação socioeconómica muito difícil, da presença ainda da ameaça de guerra (concretamente os contras ameaçam com a continuação da guerra, em caso de derrota da oposição) — todas as sondagens apontam para uma vitória inequívoca dos sandinistas.

Assim, sondagens avançadas por empresas americanas indicam que mais de metade das intenções de voto vão para Daniel Ortega, enquanto Violeta Chamorro, candidata da União Nacional Opositora (UNO), grupo heterogéneo agrupando 14 parti-



«Mi voto por Daniel». Todas as sondagens apontam para uma grande vitória da Frente Sandinista

dos num bloco de direita, anda pelos 24% das intenções de voto. 69% do eleitorado afirmou mesmo ter uma boa opinião do governo sandinista.

São factos tanto mais significativos quanto têm que ser enquadrados numa situação económica extremamente difícil, em que o governo desenvolve mesmo uma política que para já não pode deixar de se traduzir em pesados sacrifícios para a população.

Basta dizer que a inflação é da ordem dos milhares por cento. Uma realidade económica que tem a ver com a guerra, a herança somozis-

ta, a lógica dos preços internacionais impostos pelas multinacionais, e ainda as próprias dificuldades e deficiências do processo revolucionário.

É neste quadro que o governo sandinista implementa, no início de 89 — e portanto já com eleições à vista — a sua nova política económica, visando deter a inflação e aumentar a produtividade, passando por uma reforma monetária, pela racionalização dos preços, medidas de redução do aparelho de Estado e outras.

Esta política teve, no imediato, repercussões sociais

negativas: aumentos de preços, mudanças forçadas de ocupação de alguns sectores de trabalhadores, e mesmo desemprego, provisório embora.

Muito embora tais consequências sociais venham a ser atenuadas pelas garantias sociais que a revolução lançou, o simples facto de o governo sandinista ter implementado esta política com uma perspectiva de eleições, testemunha da sua grande confiança nas massas. Confiança que é também a do povo da Nicarágua nos sandinistas, como todos os factos parecem indicar.

URSS

Debate no Soviete Supremo

O Soviete Supremo da URSS está reunido na sua sessão de Primavera, que se prolongará até fins de Abril. Uma sessão que deverá ser interrompida para o período do trabalho do Congresso extraordinário dos deputados do povo da URSS, marcado para 27 de Fevereiro.

Na mesa dos debates um impressionante conjunto de questões.

Os deputados vão nomeadamente examinar os projectos de leis sobre a propriedade, a liberdade de imprensa e a liberdade de consciência, as relações entre a União e as Repúblicas e discutir as resoluções adoptadas pelos parlamentos lituano e estoniano sobre a nulidade dos documentos que concretizaram a adesão destas duas repúblicas bálticas à URSS em 1940.

Em causa estão mesmo alterações à Constituição, respeitantes ao papel do PCUS e de outras organizações sociais, e ainda à regulamentação das competências dos órgãos superiores do poder estatal, passando pela possível instituição do cargo de presidente do país.

Na abertura dos trabalhos desta sessão do Soviete Supremo, Mikhail Gorbachov, na qualidade de seu presidente, sublinhou a sua

enorme importância, lembrando que deverão ser aprovadas leis cuja implementação «resultará em importantes mudanças qualitativas da sociedade».

Mudanças que parece estarem a impor-se com verdadeiro carácter de urgência.

Ao referir que a política de renovação revolucionária dinamizou muito a evolução social do país, Gorbachov destacou o aumento da insatisfação da população pelos ritmos da perestroika, resultados obtidos, situação no mercado de consumo, agravamento dos problemas interétnicos e a diminuição da ordem.

«A sociedade é unânime em exigir a intensificação do trabalho em todas as áreas, o aumento do construtivismo e responsabilidade, o restabelecimento da ordem e a melhoria da disciplina», sublinhou o dirigente soviético.

Economia

«Não há alternativa à reforma económica, cuja morosidade pode agravar ainda mais as actuais dificuldades, pelo que muita coisa depende da presente sessão do Soviete Supremo de que se esperam as leis da propriedade, da terra e outras».

Leis agora para aprovação, depois de um amplo debate nacional, de que resultaram mais de 10 mil emendas e observações.

Na apresentação ao Soviete Supremo da segunda variante do projecto de lei sobre a propriedade, o economista Leonid Abalkine, vice-chefe do governo da URSS encarregado das reformas económicas, considerou como «noção deficiente» a ideia de que a existência de uma única forma de propriedade era a melhor solução. No actual projecto, a propriedade socialista, sob diversas formas, figura como a base do sistema socioeconómico, consagrando a impossibilidade da exploração do homem pelo homem. O projecto admite a propriedade individual, colectiva e estatal, esta subdividida em três elos — de

toda a federação, das repúblicas e comunal.

Abalkine criticou os ataques contra a propriedade do Estado, publicados na imprensa no âmbito do debate do projecto de lei, considerando que esta é indispensável, mas sob uma forma radicalmente nova.

Questões étnicas

Outro grande tema em debate — as relações interétnicas. Problema que tem vindo a assumir um carácter dramático, e que já originou muitas dezenas de mortos.

«Conter as perigosas tendências centrífugas, mais que isso, separatistas, só é possível com a intensificação da revisão da federação soviética», disse Gorbachov na sua intervenção no Soviete Supremo. Esta sessão do Soviete Supremo deve debater um conjunto de leis que apontam para um novo conteúdo da federação. Indo assim ao âmago do problema.

Mas aqui outras questões importantes estão também em causa. A preservação e aprofundamento da democracia. A operatividade dos órgãos de poder.

Gorbachov chamou a

atenção para essas questões, sublinhando que «se a democracia não for apoiada e garantida pelos respectivos mecanismos, a democracia morrerá e perderemos essa luta».

Impõe-se paralelamente a necessidade de revalidar todo o mecanismo de tomada de decisões do escalão máximo do poder ao nível da república e local.

Porque algumas questões — bem sérias — não podem deixar de se colocar. «Por que razão devemos enviar tropas do Ministério do Interior e mesmo unidades do Exército para podermos controlar a situação e impedirmos resultados extremamente trágicos?» — pergunta-se o dirigente soviético. «Onde estavam a milícia e as tropas do Ministério do Interior na altura dos pogroms em Baku. Onde estava o governo da República?»

Questões que surgem também nas páginas da imprensa soviética, em que muitas cartas de leitores reflectem as preocupações dos vários povos da URSS, hoje em foco no Soviete Supremo. Com a exigência de avançar energeticamente pelos caminhos da perestroika.

Natal nas cadeias

Quem esteve no dia de Natal na cadeia de Caxias pôde presenciar a verdadeira face da repressão salazarista.

Cerca de 500 pessoas de família dos presos políticos, vindas de todos os pontos do país, aguardavam à porta do Forte que fosse dada ordem para terem a tradicional visita em comum, concedida apenas 3 dias no ano; os presos, por seu lado, já tinham exposto ao director da cadeia a sua pretensão de não ter nesse dia as visitas nos desumanos parlatórios-gaiolas.

Mas a resposta dos carcereiros foi simplesmente mandar expulsar as famílias dos presos aos empurrões, atirando ao chão mulheres e crianças. Enquanto as pessoas indefesas fugiam aterrorizadas com a brutalidade dos soldados da GNR, os 200 presos protestavam às janelas, batendo nas grades e cantando em coro a «Portuguesa».

A cadeia em peso recusou-se a aceitar o rancho, no meio de protestos indignados. Duzentas pessoas de família dos presos desfilaram nessa tarde em frente do Palácio de Belém, onde reclamaram contra as brutalidades dos carcereiros. No dia de Ano Novo os presos voltaram a não ter visita e a fazer greve da fome.

No Forte de Peniche foram pelo mesmo processo negadas as visitas de Natal e Ano Novo.

AVANTE!

Nos «segredos»

A onda de castigos que já vinha aumentando sob os menores pretextos redobrou de fúria depois do Natal: os presos ficaram sem visitas, sem correspondência e sem lanches da família durante dois meses; além disso, todos os presos estão a ser mandados para o segredo, uns após outros, por períodos de 10 a 20 dias.

Nos segredos, às escuras, só com uma refeição diária e alguns casos a pão e água, os presos tiram de frio e dormem vestidos; a humidade escorre pelas paredes das casamatas e alastra no chão. Este regime brutal é aplicado a todos, mesmo aos doentes, a quem foram retiradas as dietas.

Deixaram de entrar livros na cadeia e os presos são vexados sob qualquer pretexto. Só por terem saudades de passagem os seus companheiros, três democratas foram espancados pela Pide. Por último, os fascistas transferiram numerosos presos para a Pide no Porto, onde esperam poder isolá-los de toda a assistência.

Na sede da Pide, a operária Albertina Diogo, assim como várias camponesas do Couço, têm estado a ser submetidas à tortura da «estátua» e brutalmente espancadas. (...) Deste modo, a Pide dá início à aplicação sistemática de espancamentos e torturas às mulheres antifascistas.

AVANTE! MILITANTES DE TODOS OS NÍVEIS

Ajude-mos os presos políticos!

Desde o Natal, não cessaram as acções de protesto das famílias junto da Pide, do Ministério da Justiça e da Presidência da República, onde foram entregues exposições com centenas de assinaturas. Mas até agora não foi dada qualquer satisfação aos protestos: os governantes fascistas não se dispõem a recuar na ofensiva contra a vida dos presos políticos. Pelo contrário, depois da falsa lei da amnistia que não pôs um só preso na rua, eles intensificam os maus tratos e torturas sobre os presos.

Se a luta pela Amnistia não se alargar rapidamente a novas camadas do povo português, os criminosos da Pide não hesitarão em ir mais longe nos atentados contra a vida dos patriotas encarcerados.

«Reina o terror nas prisões políticas» - «Avante!», VI série, n.º 297, Fevereiro de 1961)

Europa discute em Évora problemas agrícolas a Sul

Reinindo pela primeira vez organizações de diversos países da CEE – Portugal, Espanha, França, Itália e Grécia – realizou-se no passado fim-de-semana em Évora o **Seminário Internacional Sobre a Agricultura do Sul da Europa no Quadro da Integração Comunitária**,

importante iniciativa que trouxe ao nosso País diversas organizações agrícolas e de agricultores para debater os graves problemas que afectam os países conunitários do Sul da Europa, nomeadamente na decorrência da aplicação da Política Agrícola Comum da CEE que, se tem aumentado a produtividade agrícola global da comunidade, tem, por outro lado, acentuado ainda mais as assimetrias regionais e os contrastes espaciais e sociais. A iniciativa foi organizada pela FENCA – Federação Nacional das Cooperativas Agrícolas de Portugal e pela Federação dos Sindicatos de Trabalhadores Agrícolas do Sul/CGTP-IN, contando ainda com a presença da CNA no plano das organizações

nacionais de agricultura. Entretanto diversos e qualificados especialistas nacionais foram também convidados a intervir, nomeadamente os engenheiros Amaro da Costa, Carlos Amaro, Fátima Calouro, Fernanda Amaro, Fernando Oliveira Baptista, Lucílio Martins, Manuel Belo Moreira, Manuel Gomes Guerreiro e Rogério de Brito, cujas comunicações enriqueceram extraordinariamente a iniciativa.

Do Seminário saiu uma importante declaração – a Declaração de Évora, como ficou logo referenciada pelos presentes – que transcrevemos na íntegra no interior deste caderno, a par da reportagem que fizemos a cobrir esta importante iniciativa que, recorde-se, conseguiu pela primeira vez reunir organizações de países com processos políticos, económicos e sociais diferentes, mas que no plano agrícola (e não só) enfrentam problemas semelhantes e, até, comuns.

■ H. C.



■ **Henrique Custódio****Num Seminário sobre agricultura comunitária**

Europa debate em Évora os seus problemas a

No passado fim-de-semana, no magnífico auditório da Universidade de Évora, reuniram-se pela primeira vez organizações de agricultores de Portugal, Espanha, França, Itália e Grécia num **Seminário Internacional Sobre a Agricultura do Sul da Europa no Quadro da Integração Comunitária**, uma iniciativa da responsabilidade da FENCA (Federação Nacional das Cooperativas Agrícolas de Produção) e da Federação dos Sindicatos de Trabalhadores Agrícolas do Sul/CGTP-IN.

A primeira originalidade deste Seminário está na sua própria realização, dado ser, literalmente, a primeira vez que organizações agrícolas de países da CEE se encontram para debater problemas comuns; a ideia do encontro surgiu o ano passado na 12.ª Conferência da Reforma Agrária e a sua concretização, nos passados dias 16 e 17 de Fevereiro, é um mérito das organizações promotoras que também convém destacar.

Mas de méritos pode o Seminário falar, quer pela diversidade e qualidade das comunicações apresentadas, quer pelas questões abordadas que, no seu conjunto, devolveram uma análise qualificada dos problemas, perspectivas e reivindicações dos agricultores do Sul da Europa comunitária, quer ainda pelas sementes de colaboração futura que em Évora foram lançadas no passado fim-de-semana. Na verdade uma constante das intervenções proferidas pelas diversas delegações internacionais foi o desejo expresso de prosseguir a análise comum dos problemas com mais iniciativas deste género. E são vários, e sérios, os problemas com que se debatem os agricultores e a agricultura dos países do Sul da Europa comunitária, resultando da aplicação da Política Agrícola Comum (PAC) que, se aumentou a produtividade e rendibilidade globais, veio agravar seriamente os contrastes espaciais e sociais existentes, nomeadamente as ultracelebrizadas assimetrias entre o Norte da

Europa industrializado e o Sul económica e socialmente deprimido, com o primeiro a beneficiar de explorações agrícolas intensivas, directamente, apoiadas tecnologicamente e gozando das melhores condições de mercado, e a segunda enfrentando condicionalismos naturais, estruturais, económicos e sociais, com uma realidade heterogénea que, ainda por cima, foi zurzida por directivas da PAC que lesaram profundamente os seus produtos tradicionais, caso das frutas, legumes e vinhos, ou ainda das carnes de bovino, suíno e ovino.

Apesar das diferentes realidades nacionais em presença, resultantes de estágios múltiplos de desenvolvimento e de especificidades económicas, políticas e sociais, foi possível aos participantes no Seminário elaborar uma importante declaração comum — que logo ali ficou conhecida como «Declaração de Évora» — donde se parte para uma colaboração futura na defesa de interesses comuns face às diversas instâncias de poder da Comunidade.

Transcrevemos, naturalmente, esse documento nas páginas seguintes.

Uma nota final sobre a importância e diversidade das presenças neste seminário onde, para além das diversas organizações de agricultores, cooperativas e trabalhadores agrícolas dos quatro países estrangeiros participantes (Espanha, França, Grécia e Itália), há a destacar a Comissão de Agricultura, Pescas e Desenvolvimento Rural do Parlamento Europeu, o representante da Comissão das Comunidades em Portugal, a Comissão da Agricultura e Pescas da Assembleia da República, o dr. Vítor Ramalho em representação do Presidente da República, o presidente da Câmara Municipal de Évora e diversos especialistas nacionais.

Pois nem assim a televisão pública entendeu ser necessário deslocar-se a Évora para fazer a cobertura da iniciativa, facto que a organização do Seminário assinalou devidamente no final dos trabalhos. ■

Os trabalhos do Seminário de Évora iniciaram-se às 10.00 h de sexta-feira, durante todo o dia, começaram no sábado à mesma hora e encerraram às 18.30. Foi uma autêntica maratona onde se sucederam as intervenções e o debate aberto, produzindo uma vasta documentação que, por si só, é já um contributo apreciável para a análise dos problemas com que se defrontam as agriculturas meridionais da CEE e, no nosso caso concreto, das dificuldades crescentes que se abatem sobre a agricultura e os agricultores portugueses.

A questão da aplicação da chamada Política Agrícola Comum (PAC) foi um dos fios condutores do Seminário, pelas implicações que tem sobre todo o processo agrícola — produção, comercialização, ar-

mazenagem, excedentes, etc. — com grave penalização para os países e regiões meridionais. O engenheiro **Oliveira Baptista** equacionou muito claramente o problema logo no início da sua comunicação ao Seminário e que transcrevemos do outro lado do subtítulo.

Há que rever a PAC

(...) «A Europa do Sul, mesmo na sua vertente mais vincadamente mediterrânica, além de azeite, vinho e numerosos frutos e legumes, em que não concorre com o Norte, produz cereais, leite, carne de bovinos e açúcar que são produtos centrais da agricultura mais setentrional.

Nesta competição, não são apenas as condições naturais, dum modo geral, que fragilizam a agricultura do Sul face à sua concorrente do Norte. Assim, as estruturas de comercialização e transformação são muito mais débeis e ineficazes, as infra-estruturas rurais são menos sólidas e mais exíguas e, sobretudo, o nível de informação e instrução da população agrícola é mais baixo.

«É face a este panorama que se pode agora introduzir esquematicamente o modelo de exploração que mais tem beneficiado da Política Agrícola Comum (PAC). A saber, são explorações de média e grande dimensão, situadas em zonas não desfavorecidas; que produzem produtos beneficiando duma grande e constante intervenção (cereais e produtos leiteiros: que dispõem de melhor enquadramento técnico, comercial e de infra-estruturas e as que têm retirado mais vantagem do sistema dos montantes compensatórios monetários, isto é, as dos países cuja moeda tem sido mais revalorizada, como é o caso da R.F. Alemã.

«O Sul e em especial a numerosa agricultura de pequena dimensão, mesmo quando orientada para os cereais e o leite, está bem longe deste modelo. A luta pela revisão da PAC parece, assim, ser uma questão relevante quando olhada deste lado da Europa» (...)

Irrracionalidade económica

O engenheiro **Rogério de Brito**, presidente da Comissão Parlamentar de Agricultura da Assembleia da República, foi um dos intervenientes que enquadrou a aplicação da PAC no «pomenor» da agricultura portuguesa, afirmando já no final da sua declaração:

(...) «Inevitavelmente as dificuldades a enfrentar pela agricultura portuguesa multiplicam-se com a reforma em curso da política agrícola comunitária.

«Cada vez mais confinada a gerir uma situação de crise onde pesam os desequilíbrios dos mercados e da agro-industrialização e os denominados «excedentes agrícolas» e défices orçamentais, a par duma evidente vulnerabilidade face à intensificação e desregulação da concorrência no mercado mundial, a PAC tem hoje por objectivo nuclear a redução da produção agro-alimentar. Neste sentido vão a quebra dos preços agrícolas, a corresponsabilização dos produtores nos custos de gestão dos excedentes ou da sua liquidação, às quotas de produção, os incentivos a extensificação da produção e à redução da superfície de uso agrícola e os incentivos ao abandono ou redução das produções.

«Neste contexto a integração portuguesa comporta à partida uma situação de conflitualidade de interesses entre a necessidade de superarmos o nosso elevado défice agro-alimentar e a orientação da política agrícola comum.

«Mas esta conflitualidade, que por razões comuns envolve todas as regiões do Sul da Europa radica também numa política comunitária em que persistem políticas de mercado e de preços que assentam em critérios diversos, injustos, que estabelecem diferentes graus de sustentação de produções e diferentes níveis de eficiência dessas ajudas, que por regra prejudicam as regiões do Sul da Europa a que poderemos chamar de espaço periférico.

(...) «A PAC mantém subsídios e ajudas a modelos intensivos de produção enquanto simultaneamente se estabelecem quotas de produção e se paga para reduzir as produções.

«É imperioso pôr cobro a toda

esta irracionalidade económico-produtiva, sempre alimentada por sucessivos efeitos de «boomerang» — reduzem-se as áreas de cultivo, reduzem-se os efectivos pecuários, logo crescem as produtividades físicas. Aos excedentes globais contraem-se os défices agro-alimentares e os baixos rendimentos dos agricultores dos países e regiões periféricas» (...)

Uma Carta de Direitos

O coordenador da CGTP-IN, **Carvalho da Silva**, que fez uma intervenção na abertura dos trabalhos, após definir que «as consequências da situação da agricultura portuguesa exprimem-se quer ao nível da pobreza, quer também ao nível da desertificação, que em regiões como o Alentejo já é extremamente preocupante», pois «de facto não tem havido vontade política para resolver os problemas estruturais e sociais da agricultura portuguesa», sublinhou que «se alguma melhoria tem havido nas condições de vida dos trabalhadores agrícolas tal tem resultado, fundamentalmente, da sua acção persistente ao nível reivindicativo e da actuação das suas estruturas representativas».

E concluiu, mais adiante:

«A pressão para modernizar a agricultura nacional e aproximar os níveis de vida dos trabalhadores agrícolas portugueses dos da Europa, tem também de passar pela elevação dos níveis sociais de quem lá labora, incluindo a redução do horário de trabalho.

«Neste contexto, a implementação de direitos sociais mínimos ao nível de toda a CEE, expressos numa carta com poder vinculativo, seria uma contribuição fundamental. Contudo, isto só pode acontecer, se os trabalhadores e as forças

Delegações presentes

As estruturas dos agricultores e dos trabalhadores agrícolas dos países participantes no Seminário de Évora foram as seguintes:

Portugal: CGTP-IN; CNA — Confederação Nacional da Agricultura; FENCA — Federação Nacional das Cooperativas Agrícolas de Produção; Federação dos Sindicatos de Trabalhadores Agrícolas do Sul.

Espanha: COAG — Confederação das Organizações de Agricultores e Ganadeiros; Federação dos Trabalhadores do Campo das Comissões Obreras; Federação de Cooperativas Andaluzas.

França: MODEF — Confederação Nacional das Explorações Familiares; CGT — Confederação Geral do Trabalho e Federação Agro-Alimentar da CGT.

Itália: Federação dos Trabalhadores da Agro-Indústria da Confederação Geral do Trabalho de Itália (CGIL); CONFCOLTIVATORI — Confederação dos Agricultores de Itália.

Grécia: Federação dos Trabalhadores Agro-Alimentares da CGT — Confederação Geral do Trabalho da Grécia.

Federação Sindical Mundial: União Internacional dos Sindicatos de Trabalhadores da Agricultura, Florestas e Plantações.

NOTA: Devido à greve dos controladores aéreos que obrigou à transferência dos voos que transportavam as delegações estrangeiras para Madrid não foi possível a deslocação das delegações de Chipre (União dos Camponeses Cipriotas e Sindicato dos Trabalhadores da Agricultura e Florestas) e das delegações das Confederações das Associações Agrícolas e das Cooperativas agrícolas da Grécia que, apesar de confirmadas, não conseguiram novos voos. ■

ora Sul

do progresso estiverem unidas na Europa.

É esta uma das razões fundamentais da candidatura da CGTP-IN à Confederação Europeia de Sindicatos. É necessário que as organizações sindicais dos países da CEE, ultrapassem distanciamientos, alguns dos quais são justificados a pretexto de diferenças ideológicas, e promovam entendimentos e convergências na acção que potenciem o desenvolvimento da unidade de que tanto carecemos, concluindo, a questão agrícola e os problemas dos trabalhadores que nela laboram, relacionam-se com aspectos internos do nosso país, contudo também se interceptam com os problemas dos outros trabalhadores agrícolas europeus, em particular, dos países do Sul.

«O debate tornará, de certeza, ainda mais, claras estas relações».

Cavaco não diz nem ouve

Outro aspecto que foi denunciado no Seminário prende-se com a responsabilidade das autoridades portuguesas, nomeadamente o Governo de Cavaco Silva, na má condução do processo de integração português. **Joaquim Miranda**, representante da Comissão de Agricultura, Pescas e Desenvolvimento Rural do Parlamento Europeu e deputado comunista no PE, afirmou a propósito:

(...) «Naturalmente que as responsabilidades não podem ser apenas atribuídas à Comunidade e à PAC.

Cabem, antes de mais, aos responsáveis nacionais que não souberam negociar um quadro transitório para a integração mais favorável para o país; que não sabem, no quadro actual, reclamar as modificações indispensáveis a esse quadro de transição e os apoios indispensáveis à modernização da agricultura portuguesa; e cabem ainda ao actual Governo português, porque não dialoga nem informa os agricultores, tenta impor opções para o sector primário completamente desajustadas, desaproveita meios e discrimina agricultores — como o comprovou o recente relatório do Tribunal de Contas da Comunidade, Relatório 1988 — para além de que não define, em conjunto com os agricultores e suas organizações, as linhas mestras em que deve assentar o futuro da agricultura e dos agricultores portugueses neste novo quadro que é o da integração de Portugal na Comunidade Europeia».

Nove pontos

Neste contexto, ganhou particular relevo no Seminário em nove pontos apresentados por **Lino de Carvalho** apontando «soluções alternativas para a trajectória desfavorável a que tem sido conduzida a agricultura nacional» que, por falta de espaço, apresentamos apenas na sua enunciação:

1.º — É necessária uma política e apoios dirigidos à reestruturação fundiária, promovendo o associativismo e o cooperativismo agrícola de produção e incentivando a aquisição de terra própria, seja através de acções de emparcelamento nas

regiões da pequena e muito pequena propriedade e exploração no respeito pela vontade e direitos dos pequenos proprietários e rendeiros, seja através de acções de expropriação da grande propriedade latifundiária, como no Alentejo e no Ribatejo (do Sul de Portugal) e a sua entrega a assalariados rurais e pequenos agricultores.

2.º É necessária uma política de aproveitamento das potencialidades e dos recursos nacionais, designadamente no plano hídrico para o que, nesta área, é fundamental, para o Sul de Portugal, a concretização do Empreendimento de Alqueva que permitiria irrigar até 180 000 ha e aumentar em cerca de 6 vezes a produção agrícola além das restantes valias, dados os seus fins múltiplos.

3.º É necessária uma política de regionalização e de desenvolvimento regional onde a implantação de um importante sector agro-alimentar e de transformação da matéria-prima florestal, junto da produção, tenha lugar envolvendo nela os vários fundos comunitários.

4.º — É necessário adequar os regulamentos comunitários às realidades nacionais e regionais.

No caso português e à luz das actuais normas, cerca de 50% das 780 000 explorações agrícolas correm o risco de desaparecer uma vez que não preenchem os requisitos mínimos para poderem concorrer com projectos de investimento aos financiamentos existentes que lhes permitisse reorganizar e reorientar a sua estrutura e actividade. É, pois, preciso garantir condições de acesso não discriminatórias das pequenas explorações e das cooperativas aos instrumentos e meios comunitários.

5.º É necessário para Portugal, aproveitar e renegociar as condições do período de transição para aumentar as produções estratégicas e alimentares nacionais em que somos deficitários, incrementar produções em que existam vantagens alternativas e competitivas no mercado externo.

6.º É necessário combater a política de «set-aside», de congelamento das terras da produção e dos preços.

Os proclamados excedentes de produção na Comunidade são uma falsa questão — tanto mais que tem havido uma efectiva melhoria dos mercados — que tem prejudicado particularmente as regiões do Sul e os rendimentos dos agricultores através do sistema de quotas, estabilizadores e taxas de co-responsabilidade.

7.º É necessária uma real política de formação profissional, de apoio à investigação e experimentação aplicada, de introdução de novas tecnologias e cultivares.

8.º As modificações propostas pela Comissão ao Reg. (CEE) 797/85, actualmente em discussão, inserem-se numa perspectiva de restrições ao investimento produtivo e de retracção da produção pelo que devem ser alteradas.

9.º É necessário assegurar uma maior, melhor e mais plural representatividade das organizações, de cooperativas e de agricultores, designadamente de pequenos agricultores nas instâncias representativas de cada País e da Comunidade bem como uma mais ampla participação e representatividade dos assalariados rurais e das suas organizações sindicais nas instâncias similares. ■



Declaração de Évora

É o texto integral da Declaração do Seminário Internacional Sobre Agricultura do Sul da Europa no Quadro da Integração Comunitária, lido no final dos trabalhos por **Lino de Carvalho**, vice-presidente da FENCA, que realçou a qualidade dos debates e das comunicações apresentadas, estreitando relações entre personalidades e organizações e «juntando organizações representativas de interesses e realidades diversos devido a níveis de desenvolvimento e processos sociais distintos», criticando ainda a ausência da televisão em toda a iniciativa, classificando-a por isso de «TV cavaquista enfeudada ao Governo, aos grandes interesses económicos, nomeadamente aos florestais, de que se não tem cansado de dar cobertura».

* Este documento foi assinado por todas as organizações estrangeiras presentes, bem como as nacionais, naturalmente

«Os participantes no Seminário sublinham a importância desta iniciativa que pela primeira vez congregou em Portugal representantes de diversas organizações da agricultura da Europa Meridional, realçam a riqueza, o rigor e a profundidade do debate e valorizam tanto os documentos colocados à reflexão comum pelas organizações promotoras como todas as comunicações apresentadas ao Seminário que consideram constituir um quadro de referências para o trabalho futuro.

«O debate realizado evidenciou a existência de especificidades próprias e comuns das agriculturas dos países do Sul da Europa e simultaneamente a existência de diversidades entre estes mesmos países resultantes de processos e estádios de desenvolvimento social distintos.

«Neste contexto foram considerados como aspectos mais relevantes o desenvolvimento desigual a que a PAC, associada às diversas políticas agrícolas nacionais, tem conduzido a agricultura comunitária no Sul da Europa gerando acentuadas assimetrias inter-regionais com reflexos negativos nos planos económico, social e ambiental.

«A reforma da PAC tem privilegiado medidas conducentes ao abandono de terras e à retirada dos agricultores da actividade agrícola simultaneamente com a política dos chamados estabilizadores que levam à redução da intervenção pública no mercado, à restrição de preços, à imposição de quotas de produção designadamente no sector leiteiro e à sobrecarga dos agricultores com taxas de co-responsabilidade.

Acresce ainda a situação de discriminação a que estão sujeitas as pequenas explorações no acesso a meios de investimento devido aos critérios restritivos de elegibilidade aos apoios financeiros.

«Estas medidas vêm agravar a situação de dependência alimentar de países já com elevados défices agro-alimentares e simultaneamente reflectem-se também em significativas quebras dos rendimentos dos agricultores.

«Significativo desta orientação são as propostas da Comissão das Comunidades relativas aos preços para a campanha de 1990/91 que acentuam a política de retracção da produção sendo particularmente gravosas para as produções mediterrânicas.

«De igual modo verifica-se uma crescente liberalização das importações, com tendência para o seu agravamento na sequência das negociações no âmbito do GATT, o que se traduz numa cada vez maior penetração das multinacionais agro-alimentares ao mesmo tempo que se verifica uma subalternização do sector cooperativo.

«Os participantes no Seminário realçaram também a necessidade de reforçar as políticas estruturais sobretudo no plano fundiário com medidas que assegurem apoios económicos e técnicos a acções de reestruturação fundiária quer em situações de minifúndio — com medidas de apoio ao associativismo agrícola e à aquisição de terra própria — quer em situações de latifúndio (como é o caso do Sul de Portugal e da Andaluzia em Espanha) — através de medidas de fomento e apoio das cooperativas agrícolas de produção de trabalhadores rurais e de agricultores bem como de defesa e garantia dos processos de Reformas Agrárias realizadas em países do Sul da Europa designadamente em Portugal.

«A eficácia destas medidas exige igualmente orientações visando a transformação e a modernização da agricultura e o aproveitamento dos recursos hídricos.

Continuar e aprofundar

«No Seminário foi igualmente sublinhada a necessidade de reforçar os meios e as acções de protecção, recuperação, conservação e expansão da floresta mediterrânica orientada para o uso múltiplo agro-florestal chamando a atenção para o facto da política comunitária não poder pretender que a floresta seja um meio de resolver os problemas da produção agro-alimentar da região mediterrânica substituindo esta por aquela.

«No quadro da construção do Mercado Interno as políticas referidas não só não contribuem para a necessária coesão económica e social da Comunidade preconizada no Acto Único como têm vindo a conduzir em vários países a uma acentuada diminuição do nível e da qualidade de vida das populações rurais e dos trabalhadores agrícolas, ao aumento do desemprego e à precariedade do emprego, ao enfraquecimento da protecção social, à desregulamentação das relações laborais e à limitação dos direitos sociais e sindicais.

«Foi igualmente realçada a necessidade do desenvolvimento da agricultura dever perspectivar-se num quadro de desenvolvimento regional integrado, assente na articulação da esfera da produção agrícola com o sector industrial e agro-alimentar tendo em vista, por um lado, a incorporação regional de maior valor acrescentado e, por outro, a criação de emprego.

«Os participantes no Seminário sublinharam ainda que a Carta Social Europeia, pelo seu conteúdo e carácter não vinculativo é insuficiente não respondendo no fundamental às exigências e aspirações dos trabalhadores europeus. Impõe-se por isso que nela sejam incluídos novos direitos económicos e sociais fundamentais dos trabalhadores como o direito ao emprego e à protecção no desemprego, dando lugar a instrumentos vinculativos para os Estados-membros e que o Programa de Acção Social da Comissão concretize as proclamações da Carta Social Europeia. Os participantes no Seminário sublinharam também que não pode haver crescimento económico sem dimensão social e defesa do meio rural nem pode haver Mercado Interno sem uma verdadeira coesão económica e social.

«Os participantes no Seminário sublinharam a necessidade de uma maior, melhor e mais plural representatividade das organizações de agricultores, cooperativas e sindicais agrícolas nas instâncias nacionais e comunitárias relacionadas com a política agrícola e os interesses dos agricultores e trabalhadores rurais e realçam a necessidade de incrementar a cooperação internacional entre as várias organizações presentes designadamente no âmbito da Comunidade Económica Europeia.

«Os participantes no Seminário Internacional de Évora sobre a Agricultura do Sul da Europa consideram necessário continuar e aprofundar a reflexão iniciada neste primeiro Encontro seja através da realização de outras iniciativas semelhantes seja através do reforço da cooperação no plano bi e multilateral entre as várias organizações presentes com o objectivo de fortalecer os laços e a acção convergente das várias organizações agrícolas da Europa do Sul na luta por uma política agrícola que assegure um futuro de progresso social para trabalhadores e agricultores.» ■

■ Domingos Mealha

REGIONALIZAÇÃO!

Algarvios vão para além das palavras

6º Congresso do Algarve decidiu enviar uma delegação à Assembleia da República para manifestar a todos os grupos parlamentares a posição daquele *forum* regional multidisciplinar, «firmemente» favorável à criação da Região Administrativa e à rápida aprovação da Lei-Quadro da Regionalização.

Esta deliberação consta das conclusões do Congresso, que decorreu de quarta-feira a sábado, em Montechoro, com a participação de cerca de 500 pessoas, e onde foram debatidas as questões mais *quentes* da economia - com um peso especial do turismo -, da cultura, dos recursos naturais e do ambiente. A par de investigadores, técnicos, professores, empresários e sindicalistas, destacados quadros e dirigentes do PCP participaram no Congresso, promovido bianualmente desde 1980 pelo Rocal Clube de Silves, que comemora em 1990 o seu 20º aniversário.

João Matoso, secretário-geral do Congresso e presidente do Rocal, sublinhou no encerramento, sábado à tarde, que esta realização pretende proporcionar uma oportunidade de discutir os problemas do Algarve; não tencionando substituir qualquer instituição nem constituir-se em grupo de pressão ou *lobby*, os organizadores do Congresso vão ser, contudo, mensageiros, transmitindo à AR e aos órgãos de comunicação social as conclusões ali aprovadas - disse João Matoso.

Todos os caminhos vão dar à Região

A regionalização não figurava como tema do Congresso. Mas por que havia de figurar? A criação da Região Administrativa do Algarve surgia por si, naturalmente, como uma necessidade do desenvolvimento, quando se falava de turismo, quando se falava de perspectivas para a agricultura, as pescas, ou a indústria, quando se levantavam os problemas da integração europeia e do Mercado Único de 1993.

Quinta-feira à tarde, por exemplo, foi assim.

Enquanto nos outros dois auditórios se falava de cultura e de recursos naturais, no terceiro decorria um concorrido painel sobre turismo, com Fernando Amaro, do Sindicato da Hotelaria do Algarve, a presidir. Falou-se de transportes rodoviários (tão bons que são os serviços da RN, segundo o senhor que lá apresentou os pontos de vista da empresa! Tão bom que seria se fosse assim!), de hotelaria e práticas de gestão, da

instabilidade de emprego e demais problemas dos trabalhadores, dos anos 90 e do que se tem que fazer para entrar neles com o pé direito.

O único orador aplaudido antes de acabar a intervenção foi Vítor Cabrita Neto, na altura, significativamente, em que concluiu, a partir da necessidade de um consenso de opiniões e de execução de medidas, ser a Região Administrativa, legitimada pelo voto popular, uma necessidade para o turismo e o desenvolvimento económico do Algarve.

A Via do Infante, tema forte da manhã de quinta-feira, mostrou também - como salientaram diversos congressistas - que de outro modo se teriam passado as coisas, com mais diálogo e menos imposição, se estivesse instituída a Região Administrativa.

E outros casos houve, como no painel sobre a dimensão cultural do Algarve, pela voz de Margarida Tengarrinha.

Tudo, de uma forma ou de outra, se veio a cruzar nos debates sobre as questões ligadas à CEE e às implicações da integração. Correia da Cunha, que foi responsável pela primeira Comissão de Saneamento Básico do Algarve (criada em 1981 e depois extinta sem que os problemas fossem resolvidos), considerou a regionalização «um ponto-chave para o País e para o Algarve», e lembrou que o distrito de Faro «é indiscutível como região».

José Luz Santos lembrou que todos os partidos se mostraram favoráveis à regionalização, que considerou «uma necessidade objectiva

que decorre do crescimento anárquico»; mas «a dificuldade parece residir na vontade de o Poder Político Central aceitar repartir e transferir muitos dos seus poderes para as regiões administrativas».

Carlos Brito, que presidiu ao painel de sexta-feira à tarde, recordou que «os factos revelam que não há consenso, nem todos estão de acordo» em que se avance com a regionalização. Lembrou, a propósito, que na revisão constitucional foi rejeitada a proposta do PCP para flexibilizar a criação das regiões administrativas, enquanto no PSD surgem teses que encaram a regionalização como um factor de perturbação da preparação para 1992. «Sempre foi dos governos que partiu a principal oposição ao avanço deste processo» - lembrou o dirigente e deputado do PCP.

Os representantes algarvios do Governo estavam lá, ouviram, e calaram. Talvez não seja alheia a essa postura a deliberação do Congresso de enviar uma representação à Assembleia da República para aí dar a conhecer as conclusões deste 6º *forum* regional.

E depois do Congresso...

As conclusões contemplaram uma grande diversidade de problemas, dos mais actuais que o Algarve enfrenta, nomeadamente:

- compensar a extrema dependência do turismo com o desenvolvimento de outras alternativas económicas na indústria, na agricultura e nas pescas;

- considerar incoerente o projecto de Via do Infante da Junta Autónoma de Estradas, com uma metodologia desadaptada na busca de um consenso;

- encarar a qualidade como variável estratégica para o turismo, perspectivando alternativas ao turismo de lazer e preservando o património cultural da região;

- incrementar a investigação científica interdisciplinar, reclamar uma nova lei-quadro das áreas protegidas, acautelar o uso de produtos químicos na agricultura;

- promover um melhor aproveitamento dos recursos da pesca, utilizando novas tecnologias, diversificando os produtos a preparar, intensificando a promoção comercial de produtos de reconhecida qualidade, defendendo as espécies ameaçadas (nomeadamente com a captura de juvenis e a contaminação da amêijoia), prosseguindo a reestruturação das estruturas económicas pesqueiras.

Como durante os quatro dias diversos congressistas referiram, muitas destas questões vêm já de trás e foram tratadas em anteriores edições do Congresso do Algarve. Houve mesmo quem, depois de intervir, deixasse um voto-alerta: espero que daqui a dois anos não seja preciso vir cá dizer o mesmo outra vez.

Carlos Luís Figueira, suplente da Comissão Política e responsável regional do PCP, concluiu a sua intervenção sobre formação profissional e emprego com uma proposta no sentido de não abandonar as ideias



do Congresso durante dois anos, ou seja, até ao próximo. Sugeriu, concretizando com o tema da formação profissional, a realização entre os congressos de painéis intermédios, amplos debates regionais sobre problemas específicos e envolvendo os agentes directamente ligados aos temas e que pudessem tornar mais eficaz a discussão.

João Matoso, solicitado pelo «Avante!» a dar uma opinião sobre a

BEI dá com uma mão...

O Banco Europeu de Investimentos anunciou a concessão a Portugal de um empréstimo de 2,1 milhões de contos «para um importante programa de construção de hotéis, visando desenvolver o turismo».

No Congresso do Algarve o eurodeputado comunista Joaquim Miranda chamou a atenção para o que se dizia no mesmo comunicado de imprensa do BEI, umas linhas mais abaixo: «Os 2,1 milhões de contos concedidos à **Portis-Hotéis Portugueses SA, uma sociedade de capital português e francês, destinam-se à construção em todo o território português e em Espanha (próximo da fronteira com Portugal) de cerca de 20 hotéis de duas e três estrelas junto da estrada, a serem explorados sob a designação de Hotéis Ibls**».

«Dão-nos com uma mão, mas retiram logo com a outra» — comentou Joaquim Miranda, para quem este episódio mostra que, «se não formos nós a definir o nosso papel na CEE, outros o virão impor» do exterior.

O deputado do PCP no Parlamento Europeu abriu com a sua intervenção um painel temático realizado sábado à tarde e que teve por tema «O Algarve na Europa 1992».

Encerrou este painel o presidente do Grupo Parlamentar do Partido, Carlos Brito, que criticou o tratamento propagandístico que o Governo tem dado ao processo de integração, bem como a governamentalização das questões comunitárias.

Pelo meio, entalados entre estes e outros congressistas que reclamaram, mais uma vez e também por causa da integração europeia, a criação da Região Administrativa, ficaram os defensores do Governo e do PSD.

Mendonça Pinto, vice-presidente da Comissão de Coordenação da Região do Algarve, refugiou-se atrás da «imagem de qualidade» e das responsabilidades dos empresários, que não se associam como o Governo gostaria.

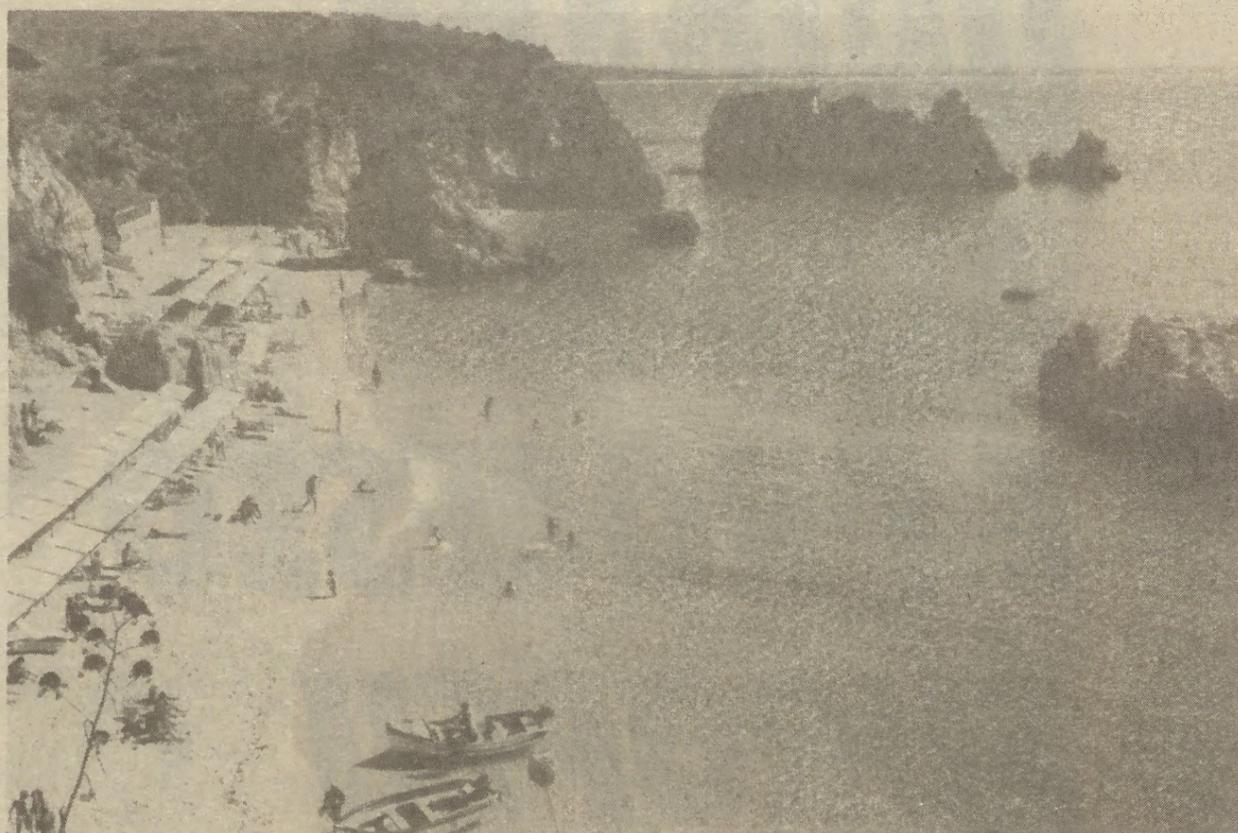
Mendes Bota, deputado à Europa pelo PSD, fez apagar as luzes na sala, distribuiu fotocópias da sua intervenção e raspou-se da regionalização com um discurso sobre o TGV, comboio de alta velocidade que tem que ligar o Algarve à dita Europa, mas que afinal vai chegar só até Sevilha...

Felizmente, estava por ali Cabrita Neto, o Governador-Civil de Faro. E estava, como disse, para ouvir críticas ao Governo, garantindo que elas não vão cair em saco roto.

Valha-nos isso ■



O Algarve tem a sua economia demasiado dependente do turismo. O Congresso sublinhou a necessidade de promover a indústria, a agricultura e as pescas, de forma a proporcionar um desenvolvimento harmonioso e evitar a actual situação de vulnerabilidade

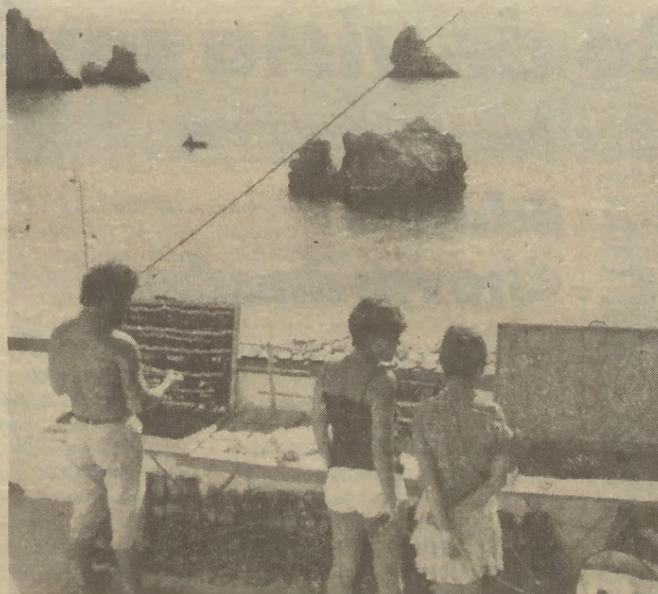


Apesar de todos os erros cometidos e da falta de planeamento que se sente dia a dia, o Algarve sobrevive e mantém ainda intactas muitas das suas riquezas naturais. Mas as ameaças continuam e — disse no Congresso João Evangelista — está já prevista a privatização da frente de mar no que resta da Meia Praia, em Lagos. Entretanto, a região continua a não receber quaisquer contrapartidas da zona de jogo — à excepção de umas centenas de contos utilizadas pela Sointal para indemnizações a trabalhadores despedidos, como denunciou Fernando Amaro

questão da eficácia prática dos congressos, lembrou que ao longo destes dez anos «muitas questões têm encontrado eco, muitas propostas têm vindo a ser adoptadas, nomeadamente no que respeita às pescas, ao ambiente, aos recursos naturais».

Outro é o panorama no que toca à regionalização, reclamada desde o 1º Congresso do Algarve: «Por razões exteriores ao Algarve, que têm a ver com o equilíbrio político na AR, continua, há dez anos, a não haver condições para um verdadeiro poder regional, com capacidade autónoma de decisão».

Pois. Lá voltamos nós ao mesmo. Que espera o PSD? ■



Anda por aí a «doença das estufas»

«Em paralelo com o «paraíso turístico» da nossa região coexistem, em lamentável dicotomia com os que nos visitam, homens e mulheres sujeitos a inqualificáveis condições de trabalho, afectando-lhes a saúde e a vida», afirmou, no 6º Congresso do Algarve, José Morte.

O dirigente da União dos Sindicatos do Algarve fez em

O sindicalista algarvio levou ao Congresso o testemunho de observações no

terreno e as experiências que os trabalhadores têm levado às organizações sindicais.

Montechoro uma intervenção denunciando as condições de trabalho nas estufas de plástico e viu acolhida nas conclusões do Congresso a sua proposta reclamando a elaboração do Regulamento de Trabalho nas Estufas e a inclusão do estudo da «doença das estufas de plástico» no plano de investigação da Escola Nacional de Saúde Pública.

«Numa reunião sindical de trabalhadores rurais em Bela Mandil — contou José Morte

— um trabalhador sem pernas arrastava-se sobre duas cortiças, e quando perguntámos se tinha tido alguma doença ou algum desastre, respondeu de forma contundente e aterradora: Não foi nenhum desastre e nunca estive doente. Foi a estufa que me infectou os dedos dos pés, e depois veio por aí acima...»

Os casos de trabalhadores afectados pelo trabalho nas estufas de plástico são — segundo o dirigente da USAL — cada vez mais numerosos, e referem «sintomas não enquadráveis nas patologias mais comuns».

Os trabalhadores — que na maioria dos casos têm vínculos precários ou laborem sem qualquer vínculo, trabalhando ao dia ou com contratos de um mês que são suspensos logo após a primeira baixa — apresentam sintomas do foro respiratório, cardiovascular, neurológico, dermatológico e até endocrinológico. «É vulgar também verificarmos — disse José Morte — que um trabalhador de estufas normalmente sofre de dores nos ombros, na cabeça e nas pernas, a sua respiração é excessiva e revela

uma evidente apatia geral».

A situação é tal que, como denunciou aquele dirigente sindical, referindo-se sobretudo às grandes unidades, «foi criada uma nova categoria profissional, o empurra, cuja função é fazer as mulheres voltarem para dentro das estufas».

Hotelaria e aeroporto

No 6º Congresso do Algarve foram também referidos os problemas dos trabalhadores da hotelaria e do aeroporto de Faro.

Fernando Amaro e Otilia Almeida, do Sindicato dos Trabalhadores da Hotelaria do Algarve, denunciaram nas suas intervenções o agravamento das condições de trabalho no sector, particularmente devido ao facto de o crescimento da oferta hoteleira assentar na hotelaria complementar. Sublinharam, por outro lado, que a melhoria da qualidade do serviço passa por uma maior estabilidade dos trabalhadores nas empresas, a par de um maior investimento na formação profissional.

Reclamando a conclusão urgente da construção do hotel-escola em Vilamoura, o Sindicato defende uma política de formação profissional que tenha como centro a formação no local de trabalho, e propõe que as empresas

tenham um quadro de pessoal fixo «que garanta o funcionamento com qualidade dos seus serviços» e um quadro de pessoal eventual para responder às necessidades da época alta.

Rodolfo Caseiro, da Federação do sector, (FESHOT/CGTP) levou também ao Congresso este tipo de preocupações, afirmando que «a hotelaria portuguesa, e concretamente a do Algarve, persiste em manter uma série de factores que bloqueiam a elevação da sua qualidade de oferta». Referiu, como tal, os vínculos contratuais instáveis, os baixos salários, a fraca formação profissional e a política da sazonalidade na promoção da região.

O SITAVA — que apresentou uma esclarecedora comunicação sobre a liberalização do transporte aéreo, ligando-a aos problemas dos trabalhadores e do turismo no Algarve — denunciou as condições de trabalho no aeroporto de Faro, cuja nova aerogare foi inaugurada há três meses. O sistema de encaminhamento das bagagens, o afunilamento na zona da check-in, o «piso de tal modo escorregadio que devia ser proibido», os 300 metros de comprimento da aerogare, o desaproveitamento da energia solar, os buracos que já apareceram nas vias de ligação aerogare-avião demonstram, segundo o Sindicato, «um erro de concepção» dificilmente justificável. ■



As mulheres são particularmente afectadas pelas más condições de trabalho nas estufas

UNIDADE ALEMÃ E PROCESSO EUROPEU

O ponto de vista soviético

Entre os Estados europeus tem muito eco a opinião de que as medidas relacionadas com a aproximação entre os dois Estados alemães devem estar sincronizadas com o processo europeu, realizarem-se por etapas e, fundamentalmente, dentro do seu contexto, diz **Eduard Chevardnadze**, em resposta ao comentário pedido pelos correspondentes diplomáticos da «Tass», «APN», «Pravda» e «Izvestia», ao plano do primeiro-ministro da RDA, **Hans Modrow**, para a futura reunificação da Alemanha.

Reproduzimos aqui, praticamente na íntegra, o comentário de Chevardnadze, que em particular se assume como um alerta para a necessidade de garantir que nunca mais uma guerra parta de terra alemã, e de caminhar com multiplicados cuidados num tão complexo caminho.

Esta mesma perspectiva é defendida pelo governo da RDA.

Meyer, seu porta-voz, reafirmou nestes dias que o «processo de unificação não pode deixar de ser incluído no processo de união europeia, em total respeito pelos interesses de segurança dos vizinhos e de todos os Estados do continente, nomeadamente da União Soviética».

Mas outros há que defendem opções substancialmente diversas.

Em recentes declarações no parlamento de Bona, o chanceler Kohl reafirmou que uma futura Alemanha unida ficaria na NATO, excluindo embora a possibilidade de serem fixadas unidades ou instalações da Aliança Atlântica em território da RDA.

Uma opção que a União Soviética frontalmente recusa.

Valentin Falin, chefe do departamento de política internacional do CC do PCUS, em entrevista difundida pela rádio Westdeutscher Rundfunk, de Colónia, disse mesmo que «se a NATO continuar a reclamar uma participação de toda a Alemanha na NATO, não haverá unificação alemã».

Entretanto, em Otava, foi aprovada uma declaração dos ministros dos Negócios Estrangeiros dos EUA, França, Grã-Bretanha, URSS, RDA e RFA, marcando um encontro para «discutir aspectos externos da reunificação alemã, incluindo as questões de segurança dos países vizinhos».

Impõe-se dizer que a União Soviética tem interesses que devem ser ponderados e direitos legítimos. Advêm-lhe dos 26 milhões de mortos, dezenas de milhares de cidades e aldeias destruídas. É preciso lembrar que **no nosso país não existe uma única família que não tenha tido vítimas durante a guerra**. Ninguém nos pode censurar por continuarmos a lembrar-nos delas. **O problema apresentado na declaração do chefe do governo da RDA não é para nós exclusivamente político, mas também profundamente humano.**

Assim não participamos neste processo como observadores imparciais, longe disso, continuando a manter logicamente um diálogo empenhado com os governos da RDA e da RFA, com as grandes potências responsáveis pelos assuntos alemães, com todos os países interessados.

Os critérios expressos por Modrow deixaram-nos a impressão de que o conceito formulado pelo governo da RDA contém ideias e abordagens razoáveis e perspicazes.

No seu conjunto, partem de premissas realistas. Poderíamos aceitar muitos dos seus elementos, mas alguns deles, a nosso ver, requerem uma análise adicional. São necessárias igualmente explicações mais concretas porque, em casos como estes, costuma dizer-se, Deus e o Diabo estão nos detalhes.

Por outras palavras, espera-nos uma troca séria de opiniões, a análise de pormenores que se revestem de suma importância neste processo a que, sem exagero, poderemos chamar histórico.

Desejaria destacar que, tanto no passado como agora, para nós não havia problemas quanto ao princípio da autodeterminação dos dois Estados alemães. O direito de opção livre ao desenvolvimento independente constitui um direito natural dos povos.

Além disso, tanto com a RDA como com a RFA, mantemos relações multifacetadas, diferentes em muitos aspectos mas boas no seu conjunto. **De modo algum queremos opor-nos a apelos nacionais do povo alemão na RDA e na RFA, nosso vizinho na Europa.**

Não nos pode, ao mesmo tempo, deixar de afectar e preocupar a forma como evoluirá a situação na Europa devido ao processo de aproximação entre os dois Estados alemães. Em primeiro lugar, não podemos deixar de recordar o que diz o primeiro artigo da Carta das Nações Unidas: «Preservar as gerações do flagelo da guerra que por duas vezes neste século infligiu à

Apresentado por

Eduard Chevardnadze

Humanidade sofrimentos indescritíveis», nem deixar de o ter em conta na nossa prática política.

Todos os povos, em particular os da União Soviética, devem ter o direito à garantia de que do solo alemão jamais partirá a ameaça de guerra. Parece-me que os povos aceitarão e apoiarão a unidade alemã desde que estejam seguros deste princípio.

Penso que convém salientar que **o problema alemão tem não só dimensões jurídicas, políticas, militares e económicas como afecta directa e seriamente milhões de pessoas em todos os Estados.**

A política não pode ignorar esta realidade. Logicamente surge a pergunta se não devem os políticos e estadistas procurar conhecer o que pensam as pessoas atingidas pela guerra e a jovem geração sobre o actual caminho que conduz à unidade alemã.

Não sei como poderemos fazê-lo, mas há que procurar o método de sondagem da opinião pública mais democrático e aberto, nomeadamente através de um *referendum* pan-europeu com a participação dos Estados Unidos e do Canadá ou, pelo menos, através de amplas discussões parlamentares. O importante é que não sejam só os políticos mas também os povos a decidir o destino do futuro da Europa, porque serão eles, como já aconteceu antes na História, que terão de pagar os erros cometidos pelos políticos.

Estou certo de que **nem Alemanha nem o mundo deverão simplificar a resolução do problema mas procurar uma reconciliação definitiva com o passado dramático.**

Os povos poderão dizer finalmente que este capítulo ficará encerrado para sempre. Fá-lo-ão com o seu



acordo e com garantias que os satisficam.

É duvidoso, contudo, que o façam dessa forma, quando o problema alemão é debatido no meio de **ações de neofascistas** na RFA e na RDA. Acima de tudo estas minam a confiança e põem em causa argumentos, segundo os quais os povos europeus jamais verão nascer o fascismo.

Compreende-se que a própria ideia da unidade alemã faça recear o





A questão, que hoje se coloca, da reunificação da Alemanha, dá particular dimensão a uma exigência vital de todos os povos do continente, e na verdade de todo o mundo — que nunca mais uma guerra possa partir de solo alemão.

O processo de reunificação poderá, entretanto, vir a inserir-se numa mais vasta transformação e reestruturação da realidade política europeia, uma «Helsínquia-2», que, sem ignorar as consequências da guerra, e os esforços nestes anos desenvolvidos para a sua superação (esforços e contra-esforços...), abra novos caminhos de desenvolvimento para todos.

Entretanto, e de imediato, uma outra questão candente é particularmente sentida na RDA — a necessidade de preservar as conquistas sociais que o socialismo afirmou, apesar das profundas distorções que lhe viciaram a evolução.

renascimento, que se identifica com ele, de tenebrosas sombras do passado, de noções sobre um possível surto de militarismo.

Parece-me particularmente importante que para a ideia de uma pátria única para os alemães da RDA e da RFA nada tenham a ver pessoas que professam ideias fascistas ou pró-fascistas. Esta deve ser posta em prática e defendida por pessoas de nobres ideais e mãos limpas. Uma pátria defendida por tais pessoas será tratada com benevolência por todos que estarão dispostos a conceder-lhe o crédito de confiança que necessite.

Compartilhamos a opinião do chefe do governo da RDA de que **o avanço na unidade alemã requer particular responsabilidade, prudência e a compreensão do que é possível e aceitável para a Europa.** Em quatro decénios de existência separada, a RDA e a RFA distanciaram-se excessivamente uma da outra e por isso o processo de aproximação entre as duas deve decorrer naturalmente por etapas e

atravessar fases determinadas. Pelo visto, a continuidade das **etapas** deste processo, de acordo com o conceito de Modrow, tem uma lógica, a saber: uma comunidade baseada num tratado com elementos de confederação, a confederação da RDA e da RFA, a federação ou a aliança alemã. O importante é que este processo seja prognosticável do princípio ao fim, sirva para consolidar a estabilidade e a segurança na Europa e não as altere.

Ao usar da palavra em 19 de Dezembro, na comissão política do Parlamento Europeu, referi-me às questões que surgem inevitavelmente quando se trata do futuro da nação alemã.

Quanto ao plano de Hans Modrow, gostaria de esboçar os problemas ligados com a unidade alemã que nos preocupam e exigem explicação.

Entre os Estados europeus tem muito eco a opinião de que as medidas relacionadas com a aproximação entre os dois Estados alemães devem estar sincro-

nizadas com o processo europeu, realizarem-se por etapas e, fundamentalmente, dentro do seu contexto. Actualmente, em Viena, por exemplo, mantêm-se conversações europeias em torno das medidas de confiança. Não seria necessário que estas conversações se ocupassem desde já do aspecto «alemão» das medidas de confiança? Acaso, o que está a suceder agora em torno dos dois Estados alemães não deixará ainda mais clara a necessidade de convocar já este ano a reunião dos líderes dos países participantes na Conferência de Helsínquia? De um modo geral, seria curioso ouvir mais detalhadamente a forma como os governos da RDA e da RFA vêem a correlação entre o movimento para a unidade e o processo de Helsínquia.

Além do mais, é óbvio que **no caminho para a unidade haverá que procurar a solução dos problemas surgidos em consequência da Segunda Guerra Mundial e o desenvolvimento pós-guerra.** Como resolvê-los? Assinando um



Tratado de Paz? A resposta a esta pergunta requer uma análise profunda e multifacetada, em particular se tivermos em consideração que depois da guerra, tanto os alemães em cada um dos seus Estados, como toda a Europa, percorreram o seu caminho durante quase meio século. Muitos problemas e os fundamentais foram resolvidos através da Acta Final de Helsínquia e dos tratados bilaterais, mas algo ficou sem resolução, alguns problemas terão de ser resolvidos de modo a que não nos critiquem os nossos descendentes.

Pelo visto, se os alemães não assumirem o compromisso de reconhecer incondicionalmente e observar estritamente as **actuais fronteiras na Europa saídas da guerra**, e tiverem pretensões territoriais, é difícil esperar que à ideia de unidade alemã não se oponham muitos países, para os quais este problema é muito sério e nalguns casos doloroso. É verdade que existem declarações tranquilizantes de estadistas oeste-alemães, mas está ainda por rever o conhecido veredicto da corte federal constitucional que ratifica a legitimidade das fronteiras do Reich, de 1937.

Na nossa opinião, delinea-se com toda a razão a necessidade de ambos os Estados proclamarem a **neutralidade militar** e tomarem medidas práticas orientadas no sentido de baixar o nível dos armamentos e **desmilitarizar** ambos os Estados alemães.

Torna-se necessário também entrar em **acordo com as quatro potências**, quanto à dimensão dos seus direitos e responsabilidades.

É necessário compreender-se que o **convénio quadripartido de 1971**, relativo a Berlim, não perde a sua vigência no período de formação da unidade alemã, o que de modo algum significa que a cidade se verá excluída do sistema de intercâmbios internacionais e interalemães.

Creio que nem à União Soviética nem aos outros países europeus lhes é indiferente o lugar que ocupará a nova formação alemã nas estruturas político-militares já existentes no nosso continente. Surge um problema ainda mais importante, o lugar que lhe caberia na nova ordem pacífica da Europa, na Casa Comum Europeia. **Em resumo, requerem-se garantias políticas, jurídicas e materiais bem seguras de que a unidade alemã não se tornará uma ameaça para a segurança de outros países e para a paz na Europa.**

As ideias preliminares que acabo de expressar não devem considerar-se como esgotando os nossos pontos de vista e a lista das questões possíveis.

Quero realçar que somos a favor da eventual formação de uma Alemanha unida, pacífica e democrática que ocupe um lugar digno na comunidade mundial e seja um elemento importante e sólido da segurança europeia e universal.

Desejamos que o avanço dos alemães para a sua pátria unificada decorra sem cataclismos, sem alterar o equilíbrio europeu e mundial, sem criar ameaças para os vizinhos. Penso que se trata de uma aspiração natural e legítima. ■



■ Anabela Fino

URSS

Os camaradas Luís Sá, membro da Comissão Política e do CC do PCP, João Amaral, deputado do PCP na AR e membro do CC, Jorge Cordeiro, membro do CC e da DORL, e Carlos Mamede, dirigente sindical, integraram recentemente uma delegação do PCP que se deslocou em visita de estudo à União Soviética. O

«Avante!» falou com eles a propósito desta visita, dos seus objectivos e das suas reflexões sobre uma situação a todos os níveis complexa. A brevidade da visita e a dimensão dos problemas não permite, naturalmente, respostas para todas as questões. Mas da conversa muito ficou para o contributo do esclarecimento que se necessita de um processo em que as contradições e as esperanças se medem pela mesma medida.

«Avante!» - A importância e amplitude das mudanças em curso na URSS são tais que a tentação natural é confrontá-los com uma diversidade de perguntas passíveis, no essencial, de se resumirem em duas: contem tudo o que viram; expliquem tudo o que se está a passar!

Mas, para sermos realistas, penso que não estarão em condições de o fazer. Por isso, a primeira pergunta deverá servir para definir o âmbito desta mesa-redonda: qual o objectivo da vossa visita?

Luís Sá - A nossa visita teve um objectivo que, sendo muito vasto, exclui no entanto algumas das questões importantes que estão colocadas neste momento na sociedade soviética. Esse objectivo foi o estudo do sistema político soviético e da actividade dos soviets.

Tratou-se, portanto, acima de tudo, de colher informação sobre a estruturação do Estado soviético, a relação entre o PCUS e o Estado, os níveis de repartição de competências entre os soviets, desde o Soviete Supremo até aos de bairros passando pelas estruturas intermédias. Isto significa que aspectos tão importantes como a lei da propriedade, da terra, das empresas, das cooperativas, da reforma fiscal - só para dar alguns exemplos de legislação agora em discussão - não foram objecto de um tratamento específico e de estudo por parte da delegação.

«Avante!» - Falemos então da relação entre o PCUS e o Estado. Reconhecido que está o erro de confundir o partido com o Estado, bem como as consequências negativas daí resultantes, o que está agora a ser feito para alterar a situação?

Luís Sá - Eu acho que se pode falar em casos de diluição do partido no Estado e em casos de diluição do Estado no partido. Na minha opinião, este problema ultrapassa tudo aquilo que poderíamos conceber e de que já tínhamos tido conhecimento, quer na extensão e no alcance que teve, quer nas consequências.

Normalmente, quando se coloca a questão do papel do partido - o ser muito amplo e atingir os mínimos pormenores - aquilo em que se pensa acima de tudo é na questão da actividade autónoma dos eleitos, e particularmente dos soviets, em numerosas questões, e igualmente no problema da participação dos cidadãos no processo de decisão política. Há uma outra vertente, de que tomámos conhecimento, e que tem também uma grande importância: a de o papel do partido ter atingido os mínimos pormenores, de o partido ter criado um aparelho extremamente extenso que levava a que matérias de índole técnica e administrativa fossem decididas no âmbito do partido tornando-se num factor de envolvimento e comprometimen-

to do partido tal que em muitos casos não tinha o necessário distanciamento para exercer o seu papel fiscalizador e de direcção.

Pode parecer contraditório, mas de algum modo o facto do papel do partido ser excessivo acabou por comprometer outros domínios fundamentais, como o de reserva moral e política, de fiscalização, de orientação ideológica que o partido devia desempenhar. Neste aspecto, creio que tem importância o facto que nos foi apontado de a primeira decisão conjunta tomada entre o partido e o Estado o ter sido em 1930, já numa época pós-leninista e numa situação de alteração bastante significativa desta relação.

«Avante!» - Quando falas em comprometimento queres dizer que o facto do partido estar tão profundamente envolvido no aparelho de Estado levou a que perdesse a sua capacidade de intervenção crítica e moralizadora do próprio aparelho de Estado? E daí os abusos de poder e a corrupção?

Luís Sá - Sim, sim. É hoje manifesto que o aparelho do PCUS, com



Luís Sá

aquela orientação, assumiu dimensões desmesuradas, ocupou-se de decisões estritamente administrativas e, naturalmente, foi perdendo aquilo que é central num partido, como o trabalho de massas, o trabalho ideológico.

«Avante!» - João Amaral, como deputado comunista que és, como analisas esta confusão do partido com o Estado?

João Amaral - Eu acho que é muito difícil entender o que se passou na URSS sem nos tentarmos meter na pele uma situação partidária em que a confusão entre o partido e o Estado conduz a que dentro do partido se pratiquem os métodos hierarquizados e administrativos que caracterizam uma administração e em que o partido fica atado - a expressão foi usada por um dos camaradas com quem falámos - pela responsabilidade própria de uma administração de dar resposta aos problemas da

Uma mão-cheia de esperanças outra de contradições

sua actividade corrente. É muito difícil, estando de fora, compreender algumas das questões que hoje se levantam na URSS sem ter em consideração este aspecto, que para nós é desconhecido, nunca experimentado.

A nossa experiência é totalmente diferente. Por exemplo, a nível parlamentar, a nossa experiência é a de discutir partidariamente as questões e intervir na actividade do Estado com a nossa própria posição mas reflectindo as posições populares, os resultados dos debates, dos contactos com as populações, etc.

Não sei se, na URSS, as questões se põem ao nível do órgão legislativo, ou se se põem ao nível da própria administração, do executivo. Por exemplo, se existe um secretário da indústria ligeira e simultaneamente existe a nível do partido um organismo que trata da indústria ligeira, como é que isto funciona na prática, o que é que isso significa para a actividade do Estado e do partido? Acho que é a este nível que a questão se coloca.

O que me parece é que se verificou um esvaziamento do papel dos soviets, enquanto representantes do povo. E essa é uma questão central da reforma em curso.

«Avante!» - Mas não achas que a questão se coloca também a nível legislativo? Ainda recentemente o Comité Central do PCUS debateu questões tão importantes como a abolição do artigo 6º da Constituição ou o pluripartidarismo... Com a particularidade de ter convidado para o debate, com direito a voto, 300 elementos que não pertencem àquele órgão...

João Amaral - Parece-me que a pergunta também envolve uma grande confusão entre o que respeita ao Estado e ao partido. A decisão de eliminar o artigo 6º da Constituição, se for tomada, terá de sê-lo por um órgão legislativo, o Soviete Supremo ou o Congresso dos deputados do povo.

«Avante!» - Mas começou por ser discutida no partido...

João Amaral - E é natural que o partido discuta essa questão. Mas a pergunta envolve outro aspecto: como é que funciona o Comité Central do PCUS e que razões é que o levaram a fazer participar nessa reu-

nião pessoas que não fazem parte desse organismo. Isto não tem a ver com a relação entre o partido e o Estado mas sim com o funcionamento do partido.

Carlos Mamede - Foi levantada a questão do artigo 6º mas essa é uma questão menor...

«Avante!» - Menor?

Carlos Mamede - Não foi essa a questão central do relatório apresentado à reunião; foram convidadas 300 pessoas para discutir uma série de questões importantes para o partido, para a ligação entre o partido e o



João Amaral

Estado, para a reestruturação do partido, para a preparação do Congresso...

Luís Sá - Eu creio que há aqui duas ordens de questões. Uma delas é a de se saber por que se convidou pessoas que não são membros do Comité Central para uma reunião do Comité Central. A resposta a isso prende-se, na minha opinião, com a extrema importância das decisões a tomar e com a tentativa de alargar o debate em torno dessas questões. Na verdade, em causa estava não apenas o artigo 6º, mas também o pluripartidarismo, alguns princípios fundamentais relativos às importantes leis que estão a ser aprovadas e inclusive alterações tão importantes à Constituição como a introdução da figura do presidente da União. O facto dessas pessoas terem direito a voto... bom, creio que se trata de um «voto» consultivo.

Agora o que me parece ser fundamental esclarecer é que o PCUS, como qualquer partido no poder, não

poderá nunca deixar de discutir as grandes orientações que os seus eleitos vão defender nos órgãos de Estado. Para nós não é isso que está em causa.

Eu adiantaria até que, se neste âmbito, há agora algum problema, não é o do excesso de orientações para os deputados eleitos, mas talvez, em relação a grandes questões, uma certa falta de apuramento de orientações e de actuação mais concertada dos deputados.

O problema criado no passado é diferente. O partido, em vez de se ocupar das grandes questões de fundo, da evolução do Estado, da política global, da política interna, ficou de algum modo afastado delas, deixando muitas vezes que fossem objecto de decisões individuais ou de pequenos grupos, centrando as suas atenções para questões de ordem administrativa, económica, técnica, burocrática.

O papel do PCUS neste movimento de rectificação e de debate, designadamente de orientação dos militantes eleitos e de definição das grandes orientações, dos grandes projectos globais que os comunistas defendem, não tem de ser nem deve ser posto em causa.

«Avante!» - Apesar de tudo, parece subsistir uma situação confusa que tem a ver com a própria identificação na URSS entre o PCUS e o aparelho de Estado. Se sim ou não o PCUS deve continuar a ter, constitucionalmente, garantido o papel dirigente do Estado, não deveria ser uma questão discutida no Soviete Supremo?

Luís Sá - O que eu creio que está em causa com a possibilidade de revisão do artigo 6º e das normas constitucionais que dizem respeito ao papel do partido é a consagração jurídica desse papel e não o exercício efectivo desse papel. Os camaradas lembraram-nos, aliás, que na Constituição soviética de 1918 e 1924, influenciadas pelo pensamento leninista, não era referido o papel e a intervenção do partido. Agora, o facto de esse papel deixar de estar consagrado na Constituição não significa que o PCUS deva abdicar da conquista desse papel dirigente e que uma questão de tão grande importância como esta possa ser objecto de decisão do Congresso do Povo ou do Soviete Supremo sem o partido primeiro definir no

Mesa-redonda com Luís Sá, João Amaral Jorge Cordeiro e Carlos Mamede



seu seio uma orientação para os seus militantes e para os seus deputados.

João Amaral - O problema põe-se não porque a direcção do partido discuta qual é a sua posição e o modelo de intervenção do partido dentro da estrutura do Estado, mas porque a uma certa altura a organização do partido substituiu no aspecto administrativo e executivo o aparelho de Estado. Que o CC do PCUS discuta qual deve ser a posição dos comunistas nos órgãos de soberania, é não só justo como necessário que o faça e nem se compreenderia que o não fizesse.

«Avante!» - Isso levanta outra questão: nas informações que nos chegam através dos diversos órgãos de informação, é frequente encontrar manifestações de descontentamento popular face ao PCUS, desilusão e falta de confiança nos dirigentes, críticas ao mau funcionamento da economia, do merca-



Carlos Mamede

do... Fazendo a separação das águas entre o partido e o Estado, qual é o papel e a importância efectiva com que fica o PCUS?

Jorge Cordeiro - Eu creio que o processo da perestroika, entendido como um processo de democratização da sociedade, do Estado e do partido visa a correcção de erros, de problemas, que estão na origem de descontentamentos e de apreciações menos positivas que as populações possam ter relativamente a expectativas que lhes foram criadas e não cumpridas. Nesse sentido, e embora haja naturalmente factores de resistência ao próprio desenvolvimento da perestroika, o ressurgimento de problemas e alguns erros até no desenvolvimento da perestroika como é reconhecido pelos camaradas - ao longo destes últimos cinco anos foram tomadas decisões hoje reconhecidas como erradas - o processo em curso visa a resolução dessas dificuldades.

A apreciação que os camaradas soviéticos fazem é a de que a perestroika é indispensável à sociedade socialista, ao desenvolvimento de todas as suas potencialidades e, nesse sentido, apesar das dificuldades, o trabalho e a perspectiva de intervenção do partido é para levar por diante o processo de reestruturação em curso.

Eu creio que importa acentuar que o descontentamento é real. Os camaradas falam de tensão social e política, o que também não impede a existência de um largo apoio ao PCUS. Independentemente das dificuldades e contradições que se verificam neste momento, eu creio que o apoio ao partido e ao socialismo continua a ser claramente maioritário no Estado soviético.

«Avante!» - Será inteiramente legítimo falar de socialismo na URSS quando os próprios dirigentes do PCUS reconhecem hoje a falência de métodos, os graves erros cometidos, a falta de democracia no partido e na sociedade, a incapacidade para dar resposta às legítimas aspirações populares? Quando falas de apoio ao socialismo queres dizer ao ideal socialista ou estás apenas a pensar numa definição com base nas relações de propriedade dos meios de produção?

Luís Sá - Não se trata apenas das relações de produção, que são uma questão fundamental e a base para o desenvolvimento ulterior, quer a nível económico quer a nível político. Trata-se de algo que é fundamental sobretudo quando comparado com o que se passa nas sociedades capitalistas e que neste momento tem vindo a aprofundar-se: uma intervenção muito larga dos trabalhadores e do povo, a nível das empresas, das estruturas de produção, dos bairros, de todas as estruturas de poder. Trata-se do processo fundamental de devolução do poder aos soviets, trata-se no fim de contas da questão central do poder dos trabalhadores. E mesmo se este poder dos trabalhadores, numa determinada conjuntura histórica, se encontra numa situação de dificuldades e de crise, creio que se pode concluir que a superação dessa situação tem em todo o caso um pressuposto, que é a manutenção e o aprofundamento do poder do povo e a manutenção e aprofundamento das relações de produção socialista. Eu diria que as dificuldades do socialismo só se resolvem no quadro do socialismo, com o seu aprofundamento.

A questão central é a de saber se face aos problemas difíceis que estão colocados a opção do povo soviético é a de regresso ao capitalismo ou, pelo contrário, o aperfeiçoamento e aprofundamento do socia-

lismo. Neste aspecto, creio que há razões para afirmar que as convicções socialistas dos povos da União Soviética são de um modo geral bastante profundas.

«Avante!» - Mas é uma evidência que há problemas. O eclodir dos confrontos étnicos, as declarações de desejo de independência manifestadas por várias Repúblicas, o pôr em causa certas relações de produção vigentes, não são seguramente formas para o aperfeiçoamento e aprofundamento do socialismo, pelo contrário, apontam para a hipótese de estarmos no limiar de uma situação em que se pode dar o desmembramento da União Soviética e, em muitos casos, a tomada de opções por um sistema não socialista?

Jorge Cordeiro - Eu creio que os problemas étnicos e nacionais são distintos da opção por determinadas relações de produção e por determi-



Jorge Cordeiro

nado poder de classe. Naturalmente que poderá ter havido alguma confiança excessiva em que a construção do socialismo superaria os problemas nacionais; é hoje evidente que durante esse processo se acumularam sérios erros e foram cometidas arbitrariedades em relação a esta questão. Por exemplo, no decurso da nossa visita, tivemos conhecimento da existência de uma República autónoma de judeus, o que é uma decisão no mínimo extremamente discutível...

Sem dúvida que foram cometidos muitos erros, mas sem dúvida também que há inimigos do socialismo e da manutenção da União Soviética como a união de povos livres e socialistas, que exploram em grande a questão das dificuldades nacionais e étnicas.

«Avante!» - Já aqui foi referido que está em discussão na URSS uma lei sobre a propriedade. Carlos Mamede, como dirigente sindical, qual a tua opinião sobre

as consequências de uma tal legislação, quer nas relações de produção, quer no respeitante aos direitos dos trabalhadores?

Carlos Mamede - Antes de responder a essa pergunta, gostaria de voltar à questão das relações entre o partido e o Estado. A reestruturação em curso, no partido e no Estado, que foi uma das tónicas do relatório de Gorbachov à última reunião do CC do PCUS; implica uma redução do aparelho partidário, uma reorganização do partido e uma profunda reorganização do aparelho de Estado. O que, pela enorme interligação entre o partido e o Estado, representa uma tarefa extremamente complexa e difícil. Só alguns elementos que talvez ajudem a perceber isto: disseram-nos que em 50 anos de existência o Soviete Supremo aprovou apenas 80 leis, isto é, menos de 1 por cento dos actos legislativos adoptados no país; toda a restante legislação resultou de actos administrativos, de directivas emanadas dos diferentes Ministérios para os diferentes sectores de actividade. Hoje pretende-se reforçar o papel legislativo do Soviete Supremo, sendo também por isso que surge esta enorme quantidade de legislação para aprovar.

Quanto à pergunta, há que ter presente o que já foi dito sobre o objectivo da nossa visita, que sendo muito vasto não permitiu no entanto aprofundar alguns aspectos, designadamente a situação sindical e o respeitante aos direitos dos trabalhadores. Contudo pudemos verificar que os sindicatos continuam a ter um papel extremamente importante no que toca à situação contratual, à fiscalização e garantia de cumprimento pelas empresas e pelos serviços da legislação laboral, dos salários, condições de trabalho, regalias sociais.

Em relação às garantias sociais, elas são de tal modo extensas que nos foi difícil perceber alguns dos problemas que foram levantados; por exemplo, os trabalhadores da empresa que nós visitámos, numa empresa de construção de máquinas e ferramentas, têm como regalias sociais normais férias em casas de repouso nos arredores de Moscovo, férias num sanatório arrendado pela empresa no mar Negro, têm em estudo um intercâmbio de férias na RDA e na Bulgária, têm um pequeno minimercado para compra de produtos alimentares e domésticos, um refeitório, ginásio, sauna, programas culturais, possibilidade de utilização de campo de ténis e piscina arrendados pela empresa. Além disso, no âmbito da contratação, os sindicatos fazem todos os anos um contrato com a empresa para afixação dos aumentos salariais, das condições de trabalho, das garantias de higiene e segurança no trabalho e está legalmente consagrada a garantia de que qualquer trabalhador só pode ser despedido com o consentimento do sindicato da empresa. Os problemas que nos foram referidos tinham a ver com o facto de, dos cerca de três mil trabalhadores da empresa, cento e cinquenta ainda estarem à espera de arranjar uma casa melhor e ainda não ter sido possível arranjar para todos as chamadas datchas. São problemas a um nível diferente daquele a que estamos habituados aqui a tratar.

Por aquilo que ouvimos, a ideia que existe em relação à lei da propriedade é de que esta vai essencialmente regular a forma como os diferentes níveis da administração usufruem a posse da propriedade.

João Amaral - Eu gostava de salientar um aspecto que se prende com todas as questões colocadas e com a dificuldade em lhes dar resposta. Nós entrámos na URSS em 1990, numa altura em que está na mesa uma plataforma aprovada pelo CC do PCUS para um congresso a realizar este ano; como os próprios camaradas dizem, essa plataforma tem contornos complexos, procura dar resposta a uma situação que os preocupava, uma situação de paralisia; estão em questão os estatutos do partido; vão realizar-se eleições a 4 de Março, abrangendo os soviets das Repúblicas, os soviets urbanos, os soviets distritais, os soviets rurais, os soviets de bairro, ou seja os soviets em todo o território da União - só o Soviete Supremo é que não está envolvido - mobilizando milhares e milhares de candidatos. Estão também em debate uma série de leis, como a lei da autonomia dos soviets locais, a lei de delimitação de competências entre a União e as Repúblicas, a lei da imprensa, a lei da propriedade, a lei da terra, etc., etc. E tudo isto num quadro em que se fala abertamente da possibilidade de aprovar uma nova Constituição em 1991. Um quadro como este não permite, naturalmente, dar respostas definitivas, ou seja, não se pode esperar que uma delegação do PCP que vai à URSS neste contexto e com um objecto limitado de trabalho, possa dar respostas sobre o sentido e o alcance de muitas das questões a ser discutidas.

Assim, é natural que muitas das perguntas não tenham resposta, até porque desconhecemos o que está em debate, como é o caso da lei da propriedade, cujo texto não conhecemos. Por outro lado, isto é válido também para os camaradas com quem falámos e que com frequência usavam a expressão nesta fase transitória..., o que caracteriza a ausência de certezas em relação a muitas questões.

«Avante!» - Quando o Mamede refere o exemplo da empresa que vocês visitaram, uma pergunta surge de imediato: então por que é que tanta gente na URSS está tão descontente, porque é que está tanta coisa em causa? Não parece que baste dizer que o nível de problemas é diferente... Estou a lembrar-me, por exemplo, da greve dos mineiros, que vieram à televisão dizer que não tinham sabão...

João Amaral - O que se pode concluir, e que nós concluímos depois de estarmos seis dias na URSS, é que efectivamente as coisas como estavam não podiam continuar. As coisas tinham que mudar, porque a componente democrática a nível do partido, do Estado e da sociedade não era suficiente, enquanto por outro lado o processo económico não conduzia à produção necessária, ao bem-estar, às necessidades de consumo. Se as coisas eram assim, então é natural que exista insatisfação e é evidente que as coisas têm que mudar.

E nós estamos de acordo com isso. Não pretendemos justificar o que está mal, porque está mal, e reconhecemos a necessidade de mudanças. O que nós fomos ver justamente é o que é que a nível do Estado estava a mudar. Acontece é que entrámos na URSS numa altura em que se está em pleno debate de uma questão muito importante, a da imposição constitucional do papel



URSS

dirigente do partido, a questão do artigo 6º. Sobre isso também colheu opiniões.

«Avante!» - A questão foi já abordada, mas agora, face à visita que fizeram, qual o vosso ponto de vista sobre o que o PCP podia ou não podia saber das coisas tal como realmente eram?

Luís Sá - A resposta não é linear. Há muita coisa que nós não sabíamos que estava mal. Foi um pouco à medida que se desenvolveu a perestroika que se foi verificando a extensão e profundidade de problemas que a própria direcção soviética não media em todo o seu alcance.

Também é verdade que noutros aspectos nos apercebemos de situações que estavam erradas; a leitura do Partido com Paredes de Vidro do secretário-geral do PCP é esclarecedora acerca da recusa implícita de uma série de procedimentos ou caminhos tomados por partidos comunistas (privilégios de dirigentes, poder pessoal, etc.). O que é certo, contudo, é que mesmo em relação àquelas áreas em que nos apercebemos de que havia comportamentos errados e até bastante errados, o Partido tomou uma opção discutível, que foi a de não dar conta da sua opinião aos militantes. Há questões que eram relativamente conhecidas e sobre as quais o Partido tomou posição do ponto de vista teórico e na sua prática, sem no entanto transformar essa tomada de posição na crítica a este ou àquele partido comunista no poder. Dou como exemplo a questão dos privilégios dos dirigentes, a questão do culto da personalidade, a questão do poder pessoal e da ausência de trabalho colectivo...

Creio no entanto que isso não transforma o PCP em responsável pelos procedimentos de outros partidos comunistas.

João Amaral - No âmbito das coisas que estavam mal há a salientar o facto de os soviéticos, os órgãos que deveriam ser os representantes do povo e ter a plenitude de poderes, estarem a ser esvaziados de poder e sobre eles se sobrepor a decisão administrativa e burocrática dos aparelhos.

O que foi posto em questão foi o exercício do poder pelo povo através dos seus representantes, através dos soviéticos; na prática o poder real estava a ser exercido por um aparelho burocrático, um poder executivo, que detinha quase todo o poder legislativo. Uma direcção central da reforma que está em curso na URSS é justamente a de fortalecer os soviéticos a todos os níveis.

«Avante!» - A realização de eleições integra-se nesse processo. Como é que estão a ser preparadas?

Jorge Cordeiro - Estas eleições de 4 de Março envolvem toda a União, como já foi referido e revestem-se de uma grande importância. Segundo nos foi dito pelos camaradas, são consideradas um elo importante e decisivo no curso das reformas; creio que são também importantes porque vão permitir a eleição de órgãos - os soviéticos - que passarão a desenvolver a sua actividade à luz da nova lei de autogestão local; poderemos dizer que serão, após um determinado ciclo de interrupção, os primeiros que desenvolverão, no retorno do poder aos soviéticos, a sua actividade.



Já agora, e voltando ao que já foi dito, quero salientar que há de facto muitas questões em aberto e muitos problemas por resolver; mesmo em questões tão avançadas como esta da auto-gestão local, podemos dizer que se percebe o sentido desta lei, se percebe qual o seu objectivo essencial - devolver o poder aos soviéticos, de se inserir na democratização do Estado e da sociedade, um esforço de descentralização -, mas que fica em aberto, quando se começa a aprofundar esta questão, muitas outras, como por exemplo qual é o conteúdo exacto da delimitação de competências, quais os pressupostos financeiros que irão permitir a autonomia, quais as soluções mais adequadas para garantir a supremacia dos órgãos deliberativos sobre os executivos, etc. O que dá uma imagem da complexidade do que está em causa.

Quanto às eleições, podemos dizer que está terminado o processo de apresentação das candidaturas e decorre neste momento o processo de apresentação e discussão pelos candidatos junto dos eleitores das suas respectivas circunscrições dos programas que cada um apresenta. A média é a de um lugar para sete candidatos, embora haja casos de vinte candidatos para um lugar, o que reflecte uma situação de grande participação e de grande interesse.

«Avante!» - Os candidatos são apresentados por quem? E num momento em que se discute já o pluripartidarismo, estas eleições irão reflectir a existência de novas forças políticas?

Jorge Cordeiro - Muitos dos candidatos, mesmo os que não são apresentados formalmente pela estrutura partidária, são militantes do PCUS. Para Moscovo, a percentagem que nos foi dada revela que mais de 80 por cento dos candidatos são membros do PCUS. Há também situações em que o próprio partido apresenta candidatos que não são militantes, candidatos independentes.

Esta diversidade de candidatos tem a ver, também, com as próprias disposições legais, já que se consagra o direito de organizações sociais poderem apresentar os seus candidatos.

«Avante!» - Essa múltipla apresentação de candidatos pelo partido a um mesmo lugar não corre o risco, como já se verificou noutros países, de beneficiar os opositores do partido através da dispersão de votos?

Jorge Cordeiro - De uma forma geral, os camaradas estão bastante confiantes nos resultados eleitorais,

embora reconheçam que haja, em determinadas situações, um certo sentimento de rejeição face a candidatos referenciados ou de alguma forma identificados com o poder. É evidente que o facto de as eleições se realizarem em duas voltas, a primeira para apurar dois candidatos e a segunda para apurar o vencedor envolve, pelo menos no plano teórico, esse perigo.

Luís Sá - Há um aspecto que talvez valha a pena acrescentar: a Constituição de 1977 dá o direito de apresentação de candidaturas não apenas ao partido, ao komsomol, mas também a colectivos de empresas, colectivos de militares e a um conjunto de estruturas sociais. A revisão constitucional de 1988 acrescentou a este leque os colectivos territoriais. Houve naturalmente aqui um propósito - sobretudo em situações em que estão em causa soviéticos de bairro, soviéticos de aldeia e soviéticos locais - de ampliar as possibilidades de participação, designadamente por parte daqueles que residem num determinado território.

O sistema funcionava em determinados termos porque normalmente os candidatos designados pelos vários colectivos eram examinados por assembleias de representantes e a prática acabava por conduzir, entre outras coisas, à apresentação de apenas um candidato. Foi eliminada a assembleia de representantes que seleccionava os candidatos que se apresentavam a sufrágio e ficaram todos os candidatos que se apresentaram. Este facto criou uma situação que é de algum modo contraditória e creio até que transitória: por um lado, numerosos colectivos não abdicaram do seu direito de proporem candidatos, o que implica evidentemente uma grande vontade de participação; por outro lado, é significativo que muitos destes colectivos tenham escolhido candidatos que são militantes do PCUS, o que quer dizer que apesar de todas as dificuldades e de todo o descontentamento há um prestígio grande do partido e dos seus militantes em muitas situações.

Entretanto, criou-se uma situação que é um tanto ou quanto incompreensível aos olhos de qualquer militante de um partido comunista de um país ocidental, como o nosso, e que é a de haver vários candidatos comunistas concorrentes entre si e inclusive de as estruturas correspondentes do partido afirmarem com frequência a sua neutralidade em relação às diversas candidaturas.

Este sistema, se houvesse jogado limpo de todos os concorrentes, teria uma vantagem, a de permitir uma discussão e uma avaliação com relativa profundidade da competência, das qualidades, da ligação às massas, de cada um dos candidatos. Isto é, uma escolha fortemente persona-

lizada de cada um dos candidatos.

A questão que se coloca é a de saber se todas as forças políticas, ou melhor dizendo, centros de opinião organizados ou em vias de organização, estão empenhadas nas eleições com o mesmo objectivo e a fazerem jogo limpo. Esta interrogação, na minha opinião, tem no presente alguma razão de ser.

«Avante!» - Referes-te ao facto de no seio do PCUS existirem actualmente, digamos, diferentes correntes de opinião?

Luís Sá - Que existem correntes de opinião é evidente. Quanto à avaliação da verdadeira natureza de grupos que existem na União Soviética com projecção dentro do PCUS, creio que seria muito arriscado da nossa parte fazer um juízo seguro, com espírito de responsabilidade, sobre a sua natureza e reais objectivos e expô-lo publicamente.

João Amaral - Voltando um bocado atrás, à forma como estão a ser organizadas as eleições, pode dizer-se que existe quase que uma obsessão sobre a necessidade de o processo eleitoral respeitar rigorosamente a igualdade de oportunidade de todos os candidatos. Como não se verifica em nenhum país capitalista, onde nós sabemos perfeitamente que as condições são sempre favoráveis aos detentores do poder e aos que são apoiados pelo capital.

Por exemplo, a questão dos meios financeiros e dos meios de propaganda é colocada e explicada minuciosamente de forma a que se saiba como é que se garante que cada candidato tem igualdade de condições. Num soviético de bairro onde estivemos pudemos ver um livro organizado pelo soviético, onde se faz o levantamento de todos os problemas locais e se apresentam propostas alternativas para a sua solução; este livro foi entregue a todos os candidatos, para ajudar à sua campanha.

Como o Luís disse, isto é uma base sólida para um processo democrático, se todos estiverem de boa-fé.

Luís Sá - Ainda outro exemplo: a empresa que o Mamede já referiu apresenta oito candidatos, para o bairro e para o soviético da cidade de Moscovo. É-lhe vedado, e naturalmente que os trabalhadores cumprem, servir-se dos seus poderosos meios e possibilidades para apoiar os seus candidatos. Também aqui é legítima a interrogação: o partido faz jogo limpo, os trabalhadores igualmente, com um escrupuloso respeito pelas igualdades de oportunidade das várias candidaturas? Falta saber se toda a gente o vai fazer. No soviético urbano de Moscovo, designadamente, foi-nos colocada a preocupação de os beneficiários da economia subterrânea, da economia paralela, poderem a certa altura apoiarem determinados candidatos...

«Avante!» - Numa situação tão complexa como essa, quais os mecanismos de controlo existentes para garantir a democraticidade das eleições?

João Amaral - Nesse domínio penso que será interessante referir alguns aspectos daquilo que se designa pela criação do Estado socialista de direito. Designadamente quanto aos mecanismos de controlo, pode salientar-se o reforço dos po-

deres dos tribunais, nomeadamente no que toca à apresentação de queixas por parte dos cidadãos contra a administração, o reforço dos poderes do Procurador na defesa da legalidade e não só na repressão da criminalidade. E já agora, no plano diferente, a própria supervisão do cumprimento da Constituição através da criação de um órgão dentro do Soviético Supremo de um comité de fiscalização do cumprimento da Constituição.

Ou seja, a criação de uma série de mecanismos de garantia dos direitos e liberdades dos cidadãos, de respeito pela legalidade democrática.

«Avante!» - E como vai isso ser possível nos casos das Repúblicas onde se registam confrontos étnicos, e não só?

João Amaral - Essa questão foi a nossa visita. Em termos gerais, pelo que nos foi dito, pensa-se que esses problemas têm de ser abordados no quadro de uma legislação que defina o campo de intervenção da União e garanta depois a autogestão das Repúblicas. Porque no momento ainda não existe uma legislação, um quadro jurídico que defina o que é da competência da União e o que cabe às Repúblicas. Esse será um primeiro passo para esclarecer as regras do jogo. O segundo será a entrada em funções deste comité de fiscalização do cumprimento da Constituição.

«Avante!» - Depois do que vieram, qual é na vossa opinião a perspectiva de futuro da URSS, quais as possibilidades da perestroika na construção do socialismo?

Luís Sá - Tendo em conta todo o processo histórico da URSS, a perestroika parece-me uma tentativa corajosa de enfrentar erros, de superar as dificuldades e de recriar a sociedade e o Estado socialista num quadro novo, em que os princípios, e designadamente os princípios do poder dos trabalhadores, da devolução do poder real aos soviéticos sejam assumidos em toda a sua dimensão.

Trata-se, entretanto, de um processo multilateral, extremamente profundo, e que está também ele a enfrentar muitas dificuldades. Provavelmente, no início de todo este processo, haveria a ideia de que ele seria muito mais simples, muito menos contraditório. Haveria a ideia de que um Estado dirigido pela classe operária seria por si mesmo a resolução de todos os problemas; agora levantam-se questões como a divisão e controlo recíproco do poder mantendo a sua unidade fundamental como característica do Estado socialista, levantam-se questões como a multiplicação de mecanismos de intervenção e fiscalização popular, da própria estruturação económica da sociedade socialista em termos mais maleáveis do que aqueles anteriormente adoptados. O que os camaradas nos dizem sobre esta matéria - e julgo que corresponde à realidade - é que em muitos aspectos estão a desbravar um terreno virgem. E neste sentido é natural que o processo continue a desenvolver-se com erros e contradições.

O grande desafio que está colocado é o de assegurar uma intervenção democrática, popular, extremamente profunda, e que esta intervenção se traduza no aprofundamento do próprio socialismo. Agora é claro que subsistem dificuldades, perigos, de resto reconhecidos e assumidos com clareza pela direcção do PCUS.

Juiz: como se chama?

Mais de 20 anos são passados sobre a data em que, num tribunal, estas palavras foram

ditas. Não se tratava de um tribunal qualquer. Era um Tribunal Plenário, aquele que o fascismo destinava a mascarar com sentenças jurídicas a repressão dos cárceres policiais. Cercado de polícias e enfrentando quem lhe iria impor 5 anos e 9 meses de prisão, um homem faria ouvir, não a sua defesa, não a sua excusa, mas a acusação do fascismo que o condenava. Só as leis da vida impuseram o silêncio a esta voz que nenhuma repressão calou. Era o Diniz Miranda, operário agrícola dos campos alentejanos, militante da clandestinidade, dirigente comunista.

Juiz - Como se chama?
Diniz - Diniz Fernandes Miranda.

Juiz - O senhor não tem outro nome? Diniz Fernandes Frade?

Diniz - Isso são invenções da PIDE, que eu nada tenho com isso. O meu nome é o que acabei de dizer.

O juiz pergunta a idade, etc., e profissão.

Diniz responde que é funcionário do PCP. Quando o juiz lhe disse que podia começar a falar, disse: quero começar por referir neste tri-



Diniz:



Fotografias de Diniz Miranda tiradas pela PIDE quando das suas prisões em 1959 e 1967

o moral do preso. O facto de terem arrancado peça por peça do vestuário que trazia vestido a Maria da Conceição Matos num período em que andava menstruada, de terem espancado na cabeça a operária agrícola Mariana Janeiro, de Baileirão, a ponto de lhe provocarem traumatismo cerebral, não são imitações de torturas, mas realidades vivas e gritantes. São indiscrimináveis as cruéis torturas, acompanhadas das mais tenebrosas ameaças de que são vítimas homens e mulheres indefesas nesses antros de tortura

nhor diz que esteve quinze dias e noites na tortura do sono, mas recusou-se a prestar declarações e a assinar. Como é que se justifica então que venham para aqui outros, como têm vindo, dizer que estiveram cinco ou seis dias na tortura do sono e por isso assinaram autos sem saber o que eles contavam?

Diniz - Sim, talvez se tenha passado tudo isso porque há homens cobardes que, com medo da continuação das torturas de que estão sendo vítimas farão isso e muito mais. Mas não é esse o meu caso e

Diniz Fernandes Miranda

bunal que com esta prisão é a quinta vez que sou preso pela PIDE e a terceira vez que sou julgado pelos chamados delitos políticos. Cabe ainda acrescentar que fui duas vezes julgado por acusações de delito comum ligado às minhas actividades políticas. Posso afirmar neste tribunal que conheço, não por ouvir dizer, mas porque fui vítima delas, as brutalidades da PIDE. Verifiquei em todas as vezes que passei pelo antro de torturas da PIDE, um maior refinamento dos métodos de tortura. Conheço desde o espancamento à «estátua», acompanhada de espancamentos, do rigoroso isolamento durante meses, à tortura do sono durante 14 dias e noites sem dormir. Em Janeiro de 1949 fui agredido à coronhada, a muro e a pontapé, no subposto da GNR da minha terra, pelo comandante desse subposto, segundo-cabo Tomé dos Santos Canhão. Em Outubro de 1955 fui submetido à tortura da «estátua» durante quatro dias e noites e esbofetado pelo subinspector da PIDE Casaca Velez. Em Maio de 1951 fui barbaramente espancado durante três dias e noites, primeiro pelo inspector Porto Duarte e depois, para citar só o que mais se destacou nesses espancamentos, pelo agente Cristover, até perder os sentidos. Depois de voltar a mim era novamente espancado. Torceram-me os testículos, quebraram-me a estrutura óssea do nariz e deslocaram-me o corpo do braço di-

reito. No meio de uma roda de agentes, agarravam-me pelos cabelos, pelas orelhas, pelos braços e pelas pernas levantando-me até à altura da cabeça deles para depois me deixarem cair deliberadamente no soalho. Depois destes três dias e noites estive mais dois ou três dias sem poder abrir a boca para comer, tais as dores que sentia nos maxilares provocadas pelos muros que os pides me deram. Em Janeiro de 1959 apenas estive umas 24 horas na tortura do sono e não fui espancado, mas estive seis meses em rigoroso isolamento. Desta vez, logo no momento da prisão, fui atirado de cabeça para baixo por Capela, chefe de brigada da PIDE, por uma ribanceira, caindo de cabeça para baixo num pátio com o piso de cimento, partindo os óculos e ferindo-me na testa. Em seguida fui agredido à coronhada de pistola por um agente da PIDE, produzindo-me um profundo ferimento na cabeça. Como prova do que acabo de afirmar, tanto de 1955 como de agora, tenho as equimoses que o confirmam. Se os espancamentos, a «estátua», e o isolamento são selváticos processos de tortura aplicados pela PIDE aos presos, a tortura do sono não é menos selvática. Direi mesmo que é um processo de tortura mais refinado. A PIDE mantém os presos longos dias e noites sem dormir. Quando o preso, vencido pela sono, deixa fechar os olhos, imediatamente é despertado por

uma cassetetada, com *casse-tête* próprio, com um murro na mesa ou uma pezada no soalho, que produzem o efeito de uma bomba de Carnaval. Os efeitos produzidos por este bárbaro despertar são conhecidos por todos os presos que têm sido submetidos a esta tortura. O coração fica a doer e parece querer saltar do peito. A PIDE recorre ainda a bisnagas com água para encharcar o rosto da sua vítima quando pretende dormir. E quando todos estes cruéis processos já não dão os resultados esperados pela PIDE, ela agarra num dos braços do preso e, atirando-o contra as paredes, percorre assim à roda uma quantidade de vezes a sala de tortura. A PIDE só suspende as torturas quando considera que a vida da sua vítima se pode extinguir momentaneamente. A mim só ao fim de quinze dias e noites de tortura do sono, de me ter recusado a alimentar nos últimos três dias e de ter começado a deitar sangue pela boca me puseram um divã na sala de tortura para dormir, conservando-me ainda, depois desses quinze dias e noites, mais dois dias na PIDE. Durante a tortura do sono e quando o preso já está num estado de inconsciência, os torturadores recorrem aos mais bandidescos processos. Imitam gritos e gemidos de familiares nossos a serem torturados e das nossas esposas a serem violentadas pela PIDE. Mas não são só às imitações que eles recorrem para destruírem

da PIDE. São homens e mulheres que ficam marcados fisicamente durante largos meses, até anos, pelas torturas de que foram vítimas durante os interrogatórios. São os assassínios na PIDE dos saudosos Patuleia, Pato, Germano Vidigal, Militão Ribeiro, José Moreira, José Alves, Joaquim Lemos de Oliveira, Manuel da Silva e outros. São os assassínios em plena rua de Alfredo Dinis, Dr. Ferreira Soares, do escultor José Dias Coelho e de outros. É já tão longa a lista de assassínios e de crimes de toda a ordem cometidos por esse bando de criminosos legais que parece-me que, para qualquer pessoa desde que ainda tenha um mínimo de sensibilidade humana, são dispensáveis os comentários. Ainda muita gente que despreocupadamente passeia nas ruas de Lisboa, embora já tenha lido ou ouvido falar sobre isso, ignora ainda que à hora em que passeia, por detrás das redes das janelas dessas salas fortemente iluminadas da sede da sinistra PIDE, na Rua António Maria Cardoso, homens e mulheres estão à beira da loucura pelas cruéis torturas que lhe estão a ser aplicadas. Não há qualquer exagero ao afirmar que, dadas as minhas posições de me recusar a trair o meu Partido e o meu povo, a PIDE nutre por mim um ódio muito especial. Tem-no demonstrado ao torturar-me brutalmente sempre que lhes tenho caído nas mãos.

Juiz interrompe e diz: Mas o se-

o de muitos comunistas dignos desse nome que por aqui têm passado. Não sou covarde e coloco acima de tudo a minha dignidade e fidelidade ao meu Partido. Jamais, sejam quais forem as torturas a que for submetido, seja qual for a pena a que este tribunal me condene, trair o meu Partido - o Partido Comunista Português - , vanguarda da classe operária. O meu Partido é o lutador mais intransigente contra a ditadura terrorista salazarista e por um governo democrático nacional, pela eliminação do domínio imperialista do nosso país e do poder dos monopólios e pela independência nacional, pela elevação do nível de vida das classes trabalhadoras, por uma reforma agrária que distribua a terra por quem a trabalha, pelo direito dos povos coloniais à independência, pela democratização do ensino e pelo estabelecimento de relações comerciais e culturais com os países socialistas.

Na etapa actual, o meu Partido luta por uma revolução democrática e nacional.

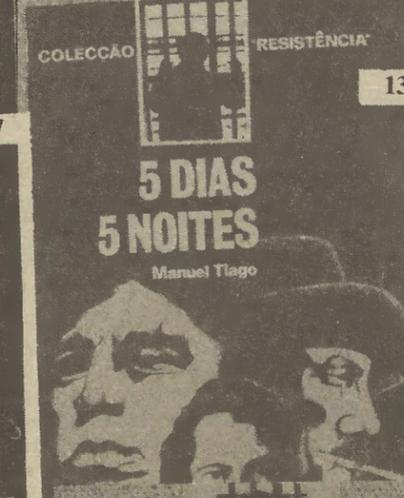
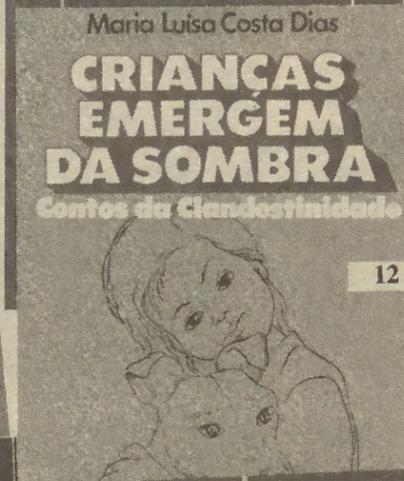
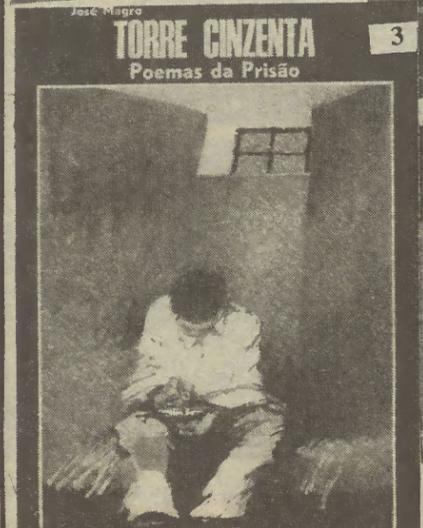
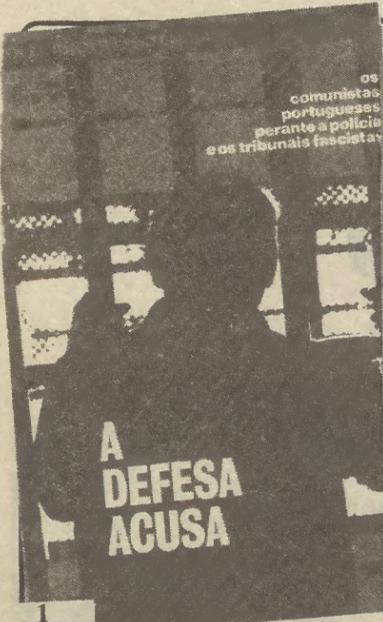
Democrática por que se propõe destruir as estruturas da organização fascista. Se assim não fosse e não fossem instauradas as liberdades democráticas cairíamos num salazarismo sem Salazar.

Nacional, porque se propõe acabar com a dominação estrangeira do imperialismo e do poder dos monopólios no nosso país, porque luta pela independência nacional. ■

Campanha de Assinaturas

válida até 31 de Março

6 meses (26 semanas) — 2000\$00
12 meses (52 semanas) — 3800\$00



Prémios
Assinatura semestral — 1 livro
Assinatura anual — 2 livros



BOLETIM DE ASSINATURA

Nome _____

Morada _____

Localidade _____ Código Postal _____

Assinatura 6 meses 12 meses (assinalar com um X) Envio a quantia de Esc. 2000\$00 • Esc. 3800\$00

(riscar o que não interessa) em cheque n.º _____ s/º Banco _____

Livros (assinalar com uma cruz o número ou números acima indicados)

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14
---	---	---	---	---	---	---	---	---	----	----	----	----	----

Angariador (1)

Nome _____

Morada _____

Localidade _____ Código Postal _____

Prémio especial para os angariadores

10 novos assinantes semestrais ou 5 novos assinantes anuais

(1) Para envio do livro *Civilizações Antigas do Oriente e Ocidente* os 5 boletins de assinaturas anuais ou os 10 boletins de assinaturas semestrais e os respectivos pagamentos deverão ser enviados em conjunto com estas fichas preenchidas em nome do mesmo angariador



150

mil Contos para o Terreno da festa

Cada vez mais militantes e amigos da Festa do Avante! conhecem a Quinta da Atalaia. A ideia das excursões ganha força em diversos pontos

Ao encontro da Quinta da Atalaia

do País (na última semana destacámos a viagem organizada na Marinha Grande). Por outro lado, preparam-se e marcam-se reuniões de trabalho e iniciativas de convívio para o aprazível espaço da Festa, na freguesia da Amora, concelho do Seixal.

Do conjunto de iniciativas em marcha há que salientar a grande confraternização marcada para **7 de Abril**, envolvendo a participação directa de Lisboa, Setúbal, Santarém, Leiria e até de camaradas do Alentejo. Em perspectiva está um animado convívio, com vários motivos de animação. O grupo de trabalho que está a preparar esta iniciativa reúne na próxima segunda-feira, de manhã, no terreno.

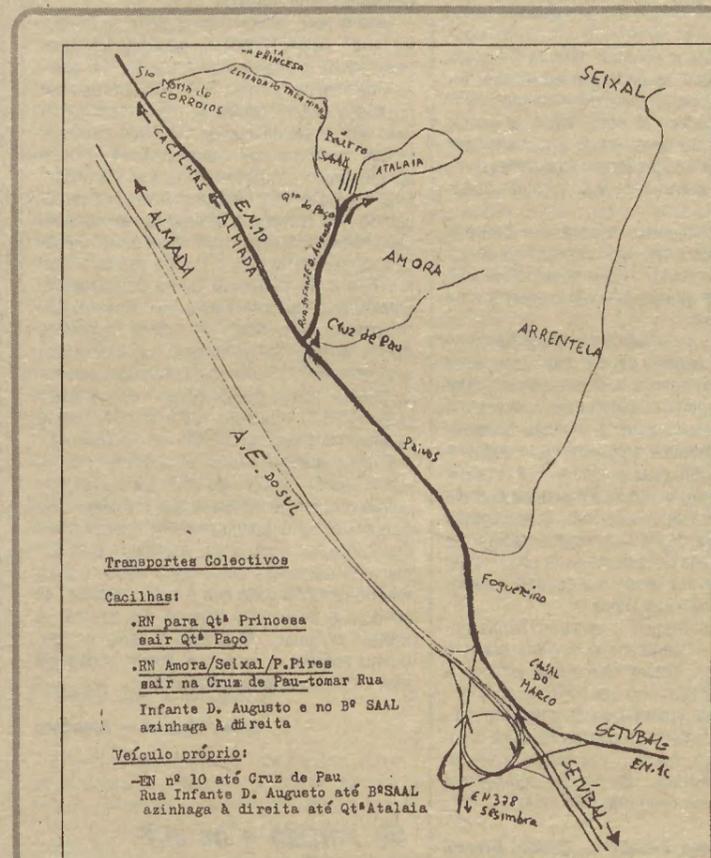
Da confraternização de 7 de Abril também se falou na segunda reunião da comissão coordenadora nacional da campanha, realizada na passada semana, no Centro da Soeiro Pereira Gomes, em Lisboa. Ali se fez o ponto da situação no plano geral e da Organizações Regionais do Partido.

Iniciativas em movimento, troca de experiências, difusão de materiais centrais de propaganda (atenção à cassetete vídeo...), definição de metas sectoriais e unificação de campanhas de recolha de fundos foram alguns dos pontos salientes desta reunião.

As abordagens pessoais, as folhas de compromissos, o trabalho das comissões específicas da campanha nas organizações e a necessidade de divulgação pública deste grande esforço dos comunistas portugueses foram questões igualmente abordadas pelos membros da coordenadora nacional, que volta a reunir no próximo dia **15 de Março** (uma quinta-feira), de manhã, na Quinta da Atalaia.

Embora valorizando a diversificação das iniciativas (feiras de velharias, venda de sucata, matanças de porco, participação com stands em festas e romarias, venda de obras de arte oferecidas, etc.), a reunião sublinhou a importância essencial da promoção e venda dos **títulos de participação**, que, como temos referido, vão dos mil aos 100 mil escudos, passando pelos 5, 10, 25 e 50 mil escudos. ■

Vencer os atrasos, dinamizar a campanha — um objectivo que caracteriza o debate realizado na segunda reunião da comissão coordenadora nacional da campanha dos 150 mil contos, que teve lugar na passada semana, em Lisboa



Célula da Festa: um cozido à portuguesa especial

Até 1 de Março há que confirmar a presença nesta iniciativa de convívio promovida pela comissão da célula da Festa do Avante! para a campanha dos 150 mil. Trata-se de um almoço de confraternização, marcado para 10 de Março (um sábado), na Quinta da Atalaia, e onde será servido um cozido à portuguesa a sério. «Estamos a convidar para este almoço-convívio camaradas e amigos que participaram nos trabalhos preparatórios da Festa e seus familiares». Os contactos: José Afonso, Lili ou Anabela — telefone: 9831223 (Loures); Margarida ou Furtado — telefone: 730973 (CT da António Serpa/Lisboa). Para além do cozido a emenda incluirá sopa, sobremesa, bebida e pão. Preço: 750 escudos. Tomem nota: as crianças até aos 10 anos não pagam.

Viana do Castelo: rumo aos 3 mil

A comissão coordenadora distrital da campanha dos 150 mil contos para a compra dos terrenos da Festa do Avante numa reunião efectuada no passado dia 10, constatou a boa receptividade, quer da parte dos militantes, quer dos simpatizantes do PCP, pela compra dos terrenos para a Festa do Avante! facto que augura boas perspectivas para a recolha de fundos.

Aquela coordenadora propõe-se, com a colaboração de toda a organização do PCP e com o apoio de muitos amigos e democratas, alcançar o objectivo de recolha de 3000 contos no distrito de Viana do Castelo, até Setembro de 1990.

Questões de produção de materiais, divulgação da campanha, acompanhamento e controlo foram também abordadas na referida reunião.

E não é o limite dos gastos

Aí temos o belo espaço da Atalaia nas margens do Mar da Palha, à vista do estuário do Tejo. Podemos repetir aqui o grito de milhares de bocas no comício do dia 10 de Setembro, no Infantado: «É nosso! É nosso!».

De facto, já é nosso! Custou «só» 150 000 contos. É agora preciso que todos os amigos da Festa, todos os que reconhecem nela uma iniciativa ímpar que não pode morrer, contribuam para que tão volumosa quantia seja conseguida. E não é o limite dos gastos. São precisos agora trabalhos, adaptações, infra-estruturas de elevado custo.

(Da carta-apelo da coordenadora nacional, em divulgação por todo o País)

Ganhar raízes para o futuro

«A Festa mais popular, mais bela, mais solidária e democrática de Portugal, vai agora ser implantada com mais solidez, ganhar raízes para o futuro», lê-se no atraente folheto, em forma de desdobrável, que agora veio ajudar o importante trabalho de divulgação da campanha dos 150 mil a nível nacional. O folheto, profusamente ilustrado, apresenta um breve historial das edições da Festa do Avante!, destaca os títulos de participação no âmbito da recolha de fundos para a campanha e apresenta a Quinta da Atalaia, um aprazível espaço, na freguesia da Amora, concelho do Seixal — 25 hectares de terrenos localizados na margem sul do Tejo, frente ao chamado Mar da Palha. «Numa harmoniosa relação de verde e azul».

A Festa vai ser aqui!

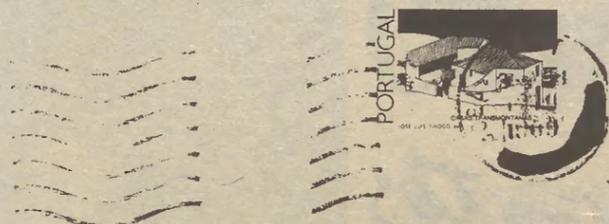
É o aprazível espaço da Quinta da Atalaia. Na freguesia de Amora, concelho do Seixal. São 25 hectares de terrenos localizados na Margem Sul do Tejo, frente ao chamado Mar da Palha. Numa harmoniosa relação de verde e azul.

É Nosso!

Com esteve na última Festa do Avante!, lembra-se ainda do grito espontâneo de milhares de vozes quando lá foi anunciada a compra do terreno. A Festa tem finalmente o seu terreno. O nosso terreno. O espaço aberto de todos os amigos da Festa do Avante!.

A Festa mais popular, mais bela, mais solidária e democrática de Portugal, vai agora ser implantada com mais solidez, ganhar raízes para o futuro.

No belo espaço da Quinta da Atalaia



Cartas do leitor

• XII Congresso e centralismo democrático

A secção «Cartas do Leitor» pode contribuir para melhorar a nossa capacidade político-ideológica.

Se colocarmos as questões, com clareza, pondo de parte as palavras que não são de uso corrente, se evitarmos os períodos muito longos, se procurarmos ser sintéticos, conseguiremos ser entendidos por todos. É preciso não esquecer que somos um partido de trabalhadores e, por isso, a nossa linguagem, escrita ou falada, deverá procurar ser entendida por aqueles a quem se destina.

Os trabalhadores intelectuais nada têm a perder com a prática dessa simplicidade, ao contrário, têm tudo a ganhar.

Não será possível evitar que os acontecimentos que ocorrem no Leste, apareçam, constantemente, nas Cartas do Leitor.

Será vantajoso, até, que análises desapianadas, procurem objectivamente as causas, não só para retomar caminhos seguros para a construção do socialismo, como para verificar que originaram os problemas que tanto nos preocupam.

Não vejo razão para que se questionem os documentos saídos do XII Congresso, por enquanto. Será necessário algum tempo para que seja necessário fazê-lo em relação ao Programa.

destacável, a preencher pelos militantes, com a sua opinião.

Deste modo criam-se condições para que funcione, em pleno e democraticamente, o Centralismo Democrático.

Não poderemos evitar que se gere discussão à volta de alguns assuntos. Que ela seja feita com a calma e objectividade dignas de comunistas e que o «Avante!» dê uma ajuda, sempre que necessário.

Ernesto Rodrigues —
S. Domingos de Rana

Original

E eis que da noite para o dia tudo está em causa. Partindo da premissa de que o mundo é composto de mudança (primeiro oportunismo), logo surgem 1/2 dúzia de iluminados capazes de deitar por terra os muros lobrigados na nossa inteligência colectiva.

Mas, ó justiça, o PCP tem um passado histórico insubstituível e provado em duras condições clandestinas contra a ditadura (segundo oportunismo) que se pretende cultivar em novos caminhos, na procura de modernos horizontes. Hoje contam os erros, valem as dificuldades, pesam as faltas, só. E é moderno ser altamente crítico; apresentar eloquentes propostas de mudança. Esse é o terceiro oportunismo.

Afinal a quem serve e para que serve o PCP? Quem lucra com a sua coesão ou com o seu enfraquecimento? Como podemos ter um PCP fortalecido (é isso, não é?) e interveniente na sociedade?

A estas três elementares questões há quem seja capaz de negar o pai e a mãe, jurar que a CEE é um detergente e ajoelhar-se de raiva por não lhe sair a resposta mais coerente. A minha avó falou-me de tontos que antes tinham sido superinteligentes, mas que depois o cérebro não aguentou e pimba. Era o julgar simples da anciã, que nunca entendeu bem os mecanismos da televisão, toda a propagação da voz através de fios, sempre acreditou na boa fé e morreria certamente mais cedo se lhe tivesse alguma vez falado nas centrais imperialistas de diversão ideológica.

Entretanto, começam a aparecer heróis por todo o lado — fenómeno que antes era raro privilégio — e a história está a ficar enfadonha com tanto protagonismo por metro quadrado.

A novíssima necessidade de afirmação individual, como matéria propagada de falsa ideologia humanista, levou o seu tempo a vingar. Uma vez implantada, não há que agradecer a ninguém: é uma conquista ORIGINAL.

João Teixeira — Castelo Branco

Por favor, não exagerem

Bruscamente, uma militante comunista com especiais responsabilidades desencadeia um ataque feroz — e público! — contra a direcção do Partido.

A comunicação social recolhe o maná e logo insere o insólito acontecimento na campanha anticomunista permanentemente sob pressão. À militante abrem-se-lhe assim todas as portas, desde a RTP aos jornais que a direita domina (quase todos, afinal). Sobre a direcção comunista a militante faz desabar catadupas de acusações, as mais destemperadas. É contestada a linha do Partido, o seu Programa, os Estatutos, enfim, tudo. A direcção aguenta com muita paciência e só ao fim de muito tempo se vê obrigada a sancionar a militante, ainda assim com uma medida quase simbólica, pois a mantém no Comité Central que é, «só», o principal órgão entre Congressos. Mas a militante prossegue, infatigável, a sua frenética actividade, em ostensivo confronto com a direcção do Partido. Até que, finalmente, é expulsa. Tinham entretanto decorrido muitos meses, durante os quais ela pôde exibir o estatuto de comunista dissidente, que é uma espécie muito procurada pela grande maioria dos órgãos de comunicação social e, portanto, com muita saída.

Neste entremez, surgem à luz do dia alguns documentos assinados por membros do PCP, na sua maioria oriundos do sector intelectual, alguns deles de grande notoriedade. Declararam-se solidários com a militante expulsa e por isso fazem fogo cruzado sobre a direcção do

Partido, o que suscita os aplausos e o entusiasmo delirante de toda a direita. Os «críticos», mui sabiosos e bem-falantes, sabem tudo e falam por isso de cátedra. Só eles podem renovar o PCP, só eles estão à altura dos tempos novos. E apontam, sem cerimónia, a porta da rua aos principais dirigentes do PCP, e antes do mais ao próprio secretário-geral. A direcção comunista não reage e a escalada prossegue, atizada por toda a direita. É assim que um dos mais conhecidos «críticos» vai à TV, em vésperas das eleições autárquicas, e concede uma espantosa entrevista, já tristemente célebre. Desde a flagrante inoportunidade ao ar de grande sabinagem, do estapafúrdio de algumas respostas e conceitos à injustiça clamorosa de certas acusações, da ênfase desproporcionada à ridícula pose de «superstar», tudo é uma lástima. A direcção do PCP permanece muda e queda.

De forma que chegámos ao INES, associação sem dúvida de índole fraccionista, séria ameaça à unidade do Partido e à sua natureza revolucionária e de classe. Pois nem aqui a Direcção sai do mutismo.

Admiro esta atitude dos dirigentes comunistas que, além do mais, é pedagógica. Onde pára, afinal, o estalinismo? A tolerância e abertura demonstradas pelo PCP não têm paralelo no nosso quadro partidário. Como bem sabemos, por bastante menos têm sido expulsos muitos membros dos outros partidos, que se autodesignam de democráticos. Por outro lado, esta actuação, digamos permissiva, da direcção do PCP revela a confiança que deposita no discernimento e maturidade política da esmagadora maioria da sua base de apoio, à qual me honro de pertencer como simpatizante. Quanto aos «críticos» eles próprios se vão encarregando de sair de cena. Ainda há poucos dias a já referida ex-militante apareceu uma vez mais na TV. Desta vez, porém foi desterrada para o «Jornal das 24 horas», que já quase ninguém vê, onde de resto debitou umas quantas banalidades. O limão está espremido.

O meu aplauso, pois, à atitude inteligente e apropriada da direcção do PCP. Os críticos que critiquem, os manobreadores que manobrem, os polemistas que polemizem, os teorizadores que teorizem. Tudo bem. Assistindo nas calmas, os dirigentes comunistas estão, a meu ver, no caminho certo que é o da tolerância, da abertura e do espírito fraterno. Só que não é preciso exagerar... Aproveito-me a deixar um pequeno recado: É bom que façam pedagogia mas... por favor, não exagerem!!!

Dulce Chaves — Amadora

No Partido e na JCP é insuficiente o trabalho político e ideológico com e para a juventude

Hoje e por razões de todos nós conhecidas aumentou o interesse dos jovens pelas questões políticas e ideológicas. Penso que nós, comunistas, devemos desenvolver e animar esse interesse, realizando iniciativas abertas a todos aqueles que conosco queiram debater tais questões.

Ao ler as conclusões da última reunião da Direcção Nacional da JCP, se já estava preocupado, mais fiquei! Será que os camaradas não deram conta das alterações que se têm verificado desde o último Congresso? Se deram... isso não se reflecte nas linhas de orientação para 1990, pois contém muito pouca coisa em relação ao trabalho político e ideológico.

Não defendo o encerramento da Organização para debate, nem que as reuniões se tornem em meras assembleias de debate, bem pelo contrário: o debate constitui motivo de interesse e participação, ao mesmo tempo que eleva o conhecimento dos comunistas e dos outros jovens; que se organizem debates-convívio, fóruns, seminários, etc.; que se debatam questões internacionais, questões do dia-a-dia, tais como: a droga, o serviço militar obrigatório, o amor, o Ensino, entre tantas outras.

Penso que o Partido em conjunto com a JCP na preparação do XIII Congresso (Extraordinário) deveria realizar reuniões e debates abertos à juventude para discutir as teses!

Vitor Manuel Lima Martins — Funchal

Ainda o XIII Congresso

Reporto-me à carta do camarada Luis Santos, de Loures, e concretamente à parte da mesma em que sou directamente interpelado. Vamos por partes:

1. O texto a que te referes (publicado no «Avante!» de 1.02.90) é um **excerto** de uma carta contendo um conjunto de reflexões, datada de 3.01.90.

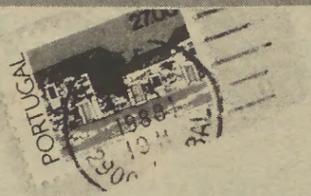
2. As citações a que procedes, num processo (quanto a mim discutível) destinado a isolar determinadas passagens em detrimento de outras — para fundamentar a tua argumentação — arriscam-se a ser insuficientemente entendidas por quem não leu o conjunto do texto publicado. A limitação de espaço impede-me de retomar outras afirmações que fiz nesse texto. Mesmo assim, não posso pelo menos deixar de referir ter eu expressado a convicção de que a **Resolução Política** do XII Congresso «era baseada no conhecimento da realidade, disponível e verificável àquela data» (Dezembro de 1988) e que, apontando ela «um enquadramento geral das previsões possíveis para o curto e médio prazo» (...) «não podia legitimamente antecipar-se a determinados acontecimentos que, mesmo intuitivos, viriam a revelar-se dramaticamente inesperados e surpreendentes, na sua grandeza», adiando ainda a opinião de que a Direcção do Partido terá eventualmente julgado «indícios ou factos» (...) «de forma demasiado solidária ou acrítica». A Resolução Política, elaborada e aprovada, enquanto Teses, pelas Comissões de Redacção, pelos Organismos Executivos do CC e depois por este, foi «na sequência do debate travado no Partido» objecto de «cerca de 1700 propostas de emenda» (...) «no todo ou em parte, contempladas» (Relatório do camarada José Casanova ao XII Congresso). Votada e aprovada no Congresso («órgão supremo do Partido»), ela torna-se um instrumento de análise e de trabalho de **todo o colectivo partidário** independentemente da opinião individual de cada militante e das maiorias e minorias verificadas na sua votação, e **responsabiliza-o por inteiro**. Após um longo e profundo trabalho de elaboração, discussão e livre expressão de ideias convergentes ou divergentes, assim se consagra, exemplarmente, a «coesão ideológica, política e orgânica» em que a força deste Partido assenta! Com todas as suas consequências!

3. — A posterior entrevista do camarada A.C. ao «Avante!» (4.01.90) vem, designadamente quanto à situação internacional, confirmar algumas das certezas e convicções e esclarecer algumas das dúvidas e perplexidades de muitos militantes do Partido, entre os quais me incluo. Por um lado, afirma que o Partido desconhecia «toda a (...) extensão e gravidade» das «situações, orientações e fenómenos negativos na vida partidária e no Estado e na vida política e social de países socialistas». Não obstante, por outro lado, revela que «o PCP de há muito tinha discernido» essas «situações, orientações e fenómenos» e admite que tenhamos confiado «demasiado nas possibilidades de correcção de orientações e numa evolução positiva nesses países», acrescentando que «os próprios acontecimentos nos indicam que teria sido necessário informar melhor o Partido». A revelação desta insuficiência do Partido, a circunstância, entre outras, de que **intuir** é substancialmente diferente de **discernir**, reforça a indispensabilidade (já, de resto, claramente assumida) não apenas de novas análises mas, também, de uma rigorosa autocritica. É precisamente **esta** (do dever e do direito à crítica e à autocritica) a **singular diferença** que nos distingue, na prática política, a nós comunistas. Exactamente por este conjunto de razões (em que avultam as questões de ordem internacional, mas não só?), se tornou mais do que evidente a necessidade de realizar este Congresso Extraordinário e de elaborar (não «anexos, adendas ou erratas») mas «uma nova, outra Resolução Política», como afirmei no texto anterior. E também porque, sendo uma Resolução Política um documento eminentemente conjuntural, estamos, em aspectos decisivos, perante uma **conjuntura** (sua análise, sua interpretação, suas consequências e correspondentes medidas) **inteiramente nova**, no plano internacional e nacional.

4. — Ao contrário de uma Resolução Política (embora com ela conjugado), o **Programa do Partido** é um documento que contém um

As cartas enviadas para esta secção devem ter um máximo de 50 linhas dactilografadas a 60 espaços ou equivalente. A Redacção do «Avante!» reserva-se o direito de reduzir a correspondência que exceda estas dimensões, bem como de realizar a selecção que as limitações de espaço venham a impor. Se necessário, a Redacção assegurará igualmente respostas ou comentários. Toda a correspondência que contenha propostas de emendas ou sugestões sobre documentos em discussão para o XII Congresso será transmitida às respectivas comissões de redacção. A correspondência para esta secção deve ser endereçada a:

Redacção do «Avante!»
Secção de Cartas do Leitor
Rua Soeiro Pereira Gomes
1699 LISBOA CODEX.



conjunto de **objectivos programáticos**, válidos para um período incomparavelmente mais longo: não apenas a proposta de **uma democracia avançada no limiar do século XXI**, mas também, mais além (convém, talvez, lembrá-lo...), a da **construção do socialismo e do comunismo em Portugal**, de que os comunistas portugueses não abdicam. Por isso mesmo, «julgo poder afirmar-se» (reafirmo-o) que o Programa do Partido **não carece de qualquer alteração. Com uma única ressalva importante** (inclusa uma nota, constante da minha carta em referência, que a Redacção do «Avante!», provavelmente por condicionamento de espaço, não incluiu na sua publicação): a inadequação de algumas formulações constantes do Ponto 2. da **Introdução** (designadamente, dos seus 1.º e 4.º parágrafos); e dos Pontos 1. (3.º parágrafo) e 3. (2.º parágrafo) do **Capítulo III** (Subtítulo — **O Mundo Caminha para o Socialismo**), embora estes últimos clarificados à luz dos Pontos 4. e 5. do mesmo Subtítulo. Penso, no entanto, que, quanto ao Programa do Partido, a própria Resolução Política do XIII Congresso (Extraordinário) constituirá uma, ainda mais completa, clarificação desta (e eventualmente outras) ressalva. Independentemente disto, a realidade, quanto a mim indelével, é que, se inventariarmos todo o conjunto de questões hoje em debate sobre os erros, desvios e distorções quanto ao «ideal socialista» e à sua aplicação prática (e ao «modelo» dela resultante) em países socialistas e os compararmos objectiva e descomplexadamente com as nossas propostas programáticas, talvez seja agora mais claro do que nunca que, à imagem e semelhança do Programa de 1965, o actual Programa do Partido justamente se aplica às condições concretas da realidade portuguesa (nas suas vertentes nacional e internacional), inovando e mesmo antecipando propostas e soluções **em tudo adequadas à época actual e verdadeira** e exemplarmente conformes com o Artigo 2.º do Capítulo I dos actuais Estatutos (de cujo conteúdo, pela minha parte, também não pretendo abdicar).

Manuel Jorge Veloso — Lisboa

Sobre o essencial: o funcionamento e a razão da luta do PCP

De facto está provado — e como se para esta constatação fossem necessárias provas! — que existe muita coisa a discutir. Os problemas saltam como coelhos de uma cartola. Mas não é só neste ou naquele mês, ou ocasião, que o debate deve existir. E não é também aos «organismos próprios» que ele se deve limitar. As opiniões de AB sobre as de BM, e vice-versa, e as de outros militantes versus terceiro ou a direcção, têm de ser conhecidas do colectivo no seu todo, sem peineiras filtradoras, para que aquele se informe, avalie e responsabilmente conclua. Por isso o que, por agora, me parece essencial na carta de AB, é o seu posicionamento perante o funcionamento do P. Porque se funcionássemos bem (democraticamente) tínhamos meio caminho andado. Assim não — e daqui nasce a necessidade de muitos em debater tudo o que está acumulado, das formas mais diversas (no P., no INES, etc.) e sobre os mais essenciais problemas da esquerda. Procurarei assumir noutra local uma posição sobre o «centralismo-democrático» («c-d») inerente à opinião de AB. Mas desde já manifesto-me por normas de funcionamento em que a **democracia** seja ampla e eficaz e o **centralismo** q.b. Outra posição leva a verdadeiros paradoxos, um dos quais é admitir que uns militantes, porque são responsáveis de qualquer cargo (BM no PE, p. ex.), estão coarctados de derimir pela sua dama. Como se os militantes-responsáveis tivessem de sofrer uma vasectomia mental, que os prepare só para actuar, impedindo-as de gerar ideias. Este sempre respaldado critério de escolha nominal de responsáveis (no PE ou no CC) só tem provocado a baixa do nível ideológico dos próprios e do P. em geral. Perante a opinião pública, em especial a de esquerda que é a que mais nos interessa, e perante a massa dos militantes e eleitores, o P., através dos seus responsáveis, surge com a imagem abençoada da unanimidade, sem matizes, nem dúvidas. O que se

torna hoje, perante aquilo de que somos espectadores, verdadeiramente surrealista.

E a propósito de dúvidas constatamos que há quem escreva e diga que é necessário discutir muito, mas que não está minimamente disposto para pôr em causa quaisquer normas, ideias ou até pessoas. Parecem, tais peixes de aquário, que consideram que o mundo acaba para além da redoma-de-vidro que os cerca. E no entanto é no mar alto e revolto das ideias em transformação e das sociedades em mutação, que milhentas outras espécies dos seus semelhantes, lutam para sobreviver às pressões do capitalismo, ao falhanço do que se considerava quase perfeito e para construir um mundo mais justo, humano e progressista.

Um PC que queira abarcar toda esta diversidade social que o progresso gera, tem que se questionar — e aceitar que outros se questionem: o que é hoje a classe operária? Qual o seu comportamento? Qual a extensão qualitativa/quantitativa do termo explorados? Onde classificar os novos (mas já com dezenas de anos de existência...) sectores profissionais? Qual o seu papel e contribuição no processo de produção? Porquê a tendência para a diminuição, em termos relativos, da % de operários, e o aumento progressivo e acelerado de outras camadas de trabalhadores-explorados? Que interesses comuns ligam todos estes sectores? etc.

Estes pressupostos em forma interrogativa para abreviar, não são «especulativos, nem inconsistentes» (a frase não é de AB), nem metem na gaveta a luta de classes. Mas podem e devem orientá-la e até, pelo contrário, criam condições para a ampliar, face às tais «transformações objectivas da sociedade». O inverso da sua «apreciação mecânica».

Reagir com o classificativo de «oportunisto», é de facto a prova de que «o pior cego é aquele que não quer ver». E a insinuação de que se pretende «negar a história do PCP», é um conceito de efeito interno ainda seguro, mas sem acutilância perante o mundo exterior. Porque o que se pretende de facto é precisamente dar mais força, maior actualidade e maior eficácia à «razão da sua (PCP) luta».

Luis Santos — Lisboa

Tempo de mudança

Através dos milénios da Humanidade, sempre a maioria dos povos quiseram mudar para melhor. Quiseram o progresso social, a melhoria de vida, mais regalias, mais justiça, mais igualdade.

Através dos milénios, houve também os conservadores, os que queriam sempre tudo na mesma, nada de progresso social, nada de justiça, nada de igualdade. Os conservadores normalmente, sempre gostaram de viver bem, bem comidos e bem vestidos, à custa dos outros, sem se importarem com a miséria, a fome, a guerra, o ódio.

Dentro do século actual houve duas datas históricas, Outubro de 1917 e Maio de 1945. Duas datas que abalaram o Mundo, duas datas em que os conservadores foram derrotados, mas não vencidos completamente, eles continuaram a gerir os destinos da maior parte dos países do Mundo. No entanto os conservadores aprenderam as lições e mudaram de tática, socializaram-se, e nessa conformidade, agora esfregam as mãos de contentes com as mudanças que estão a ser operadas nos países do Leste Europeu. Pensam eles, os conservadores, que tudo vai voltar ao antes de 1917 e de 1945.

Estão redondamente enganados, a História não volta para trás, avança sempre, mesmo mudando!

Relativamente a Portugal, também o tempo é de mudança, e relativamente ao PCP, uma vez que são os Partidos Comunistas que estão em causa, uma vez que o PCP não está no Poder Central, não pode ser a mesma coisa, como entendem e querem fazer ver os conservadores portugueses. O PCP, em várias áreas do país está no Poder Local, e aí as populações estão satisfeitas, os conservadores não, esses querem derrubar os «muros», nas aldeias, nas vilas nas cidades, mas quais «muros», nas aldeias, nas vilas e nas cidades, mas quais muros? Os muros da vergonha daqueles que não querem ouvir as justas reclamações das populações? Os muros da vergonha daqueles que defendem o desemprego, o

trabalho infantil, a droga, a vadiagem, a corrupção?

Estamos em crer e desejamos que o próximo Congresso Extraordinário do PCP seja um congresso de mudança, mas para melhor, não do nome do Partido, esse nome é glorioso de mais para ser mudado, esse nome ajudou a acabar com o Tarrafal, com a Pide, com a Legião, com o fascismo. E é por isso que os conservadores querem mudar o nome do Partido, e também a política, mas não lhes vale de nada esfregarem as mãos de contentes, o que os povos de todo o Mundo querem neste momento, é o que sempre quiseram, mais justiça social, mais paz, mais regalias, mais igualdades.

Manuel Luis Nunes Caeiro — Lisboa

A Festa do «Avante!» e a Quinta da Atalaia

O leitor Ernesto Rodrigues (carta de 8 de Fev.) reduz a participação do Avante na preparação do Congresso às óbvias e naturais limitações que a colaboração dos leitores terão que ter (nas secções Cartas do Leitor e Artigos), omitindo que o Plano de Trabalho da Redacção é mais vasto — Suplemento «Congresso» com um mínimo de 16 páginas e variadas secções. A análise das árvores impedido de ver a floresta...

Insurge-se ainda com o facto de a Redacção assumir — como lhe compete, aliás — a responsabilidade de limitações ou selecções nessa colaboração. Não vê que ao comprometer-se em referenciar a recepção de toda a colaboração, a Redacção do Avante vai além da prática habitual da generalidade da imprensa nacional, além de que tais limitações visam assegurar o maior número de colaborações.

Subjacentes a todas as críticas de ER nota-se um basismo exacerbado, que desemboca num pessimismo catastrófico («...trata-se de

mais um sintoma de estagnação do nosso Partido que a continuar acabará sem bases dignas desse nome...»).

Mas a miopia e o basismo de ER acentuam-se quando se refere à Festa do Avante. Aí esquece que a aquisição da Quinta da Atalaia é a consequência da obstaculização sistemática das forças hostis ao projecto democrático que a Festa do Avante configura. Que fomos sistematicamente corridos — da FIL, do Vale do Jamor e do Alto da Ajuda —, que a Quinta do Infantado era uma solução provisória, como as anteriores tinham sido. Que era essa provisoriamente que obrigava, anualmente, a brutais esforços humanos e financeiros — por 3 vezes fomos obrigados a fazer redes de infra-estruturas básicas de águas, esgotos e electricidade (no Vale de Jamor, Ajuda e Infantado); todos os anos éramos obrigados a tudo montar e desmontar —, e que chegou mesmo a impedir a realização da Festa de 1987.

ER esquece o sentimento exuberantemente manifestado pelos militantes e amigos do Partido (basta ler as reportagens das Festas no Avante e noutros jornais) de termos um local estável e permanente que assegurasse a realização da Festa e evitasse o andar com a casa às costas, ano após ano. Esquece os esforços feitos (e baldados) para assegurar a permanência — no Vale do Jamor, no Alto da Ajuda, na Quinta do Infantado — por contratos ou alugueres, por um determinado período de tempo (médio ou longo), tornando-se a compra a única solução.

A resposta dos militantes e amigos à Campanha de 150 000 contos para a compra dos terrenos para a Festa do Avante será a melhor maneira para aferir da justeza desta decisão, que só seria megalómana, se fosse desnecessária.

E haverá dúvidas em que é necessário garantir um terreno para a realização da mais bonita, participada, aberta, fraterna e solidária iniciativa política, cultural, recreativa e desportiva que se realiza no nosso país?

Margarida Silva — Almada

Nota — Os títulos antecédidos de • são da responsabilidade da Redacção; todos os restantes são propostos nas próprias cartas pelos seus autores.



Eureka!

À medida que vão aparecendo os problemas provocados pela integração e pela forma como foi feita, vai-se falando mais na CEE, no que Portugal lá está a fazer e no que ela está a fazer com Portugal.

Assim foi no Congresso do Algarve, que decorreu no final da semana passada em Montechoro. Mendonça Pinto, vice-presidente da governamental Comissão Coordenadora Regional, lá fez um valente esforço para defender a sua dama. Mas, dizia quem o conhece, meteu-se demais em política, quando o seu forte é a economia...

No painel chamado «O Algarve e o desafio da Europa» dissertou sobre as vantagens da integração, que será uma coisa muito boa para Portugal e para os algarves, bastando, para superar riscos e dificuldades, que os empresários estejam informados e associados. É assim mesmo que ele vê a coisa, desta forma simples, côr-de-rosa, ou, como lhe chamaram ali mesmo e em voz alta, exageradamente otimista.

Houve tempo para perguntas e comentários, e estes não pouparam o defensor da governamental dama. E teve que se haver com os investimentos estrangeiros que invadem o Algarve a um ritmo de 4 milhões de contos por mês e vão sobretudo para o sector imobiliário, ainda por cima com juros muito inferiores aos que os portugueses têm que pagar; com os dinheiros que vêm mas que deixam por renovar a nossa frota de pesca; com a inflação muito importante, a par de um salário mínimo considerado como vergonha nacional e que teria que crescer 500 por cento para chegar em 93 aos calcanhares da tal Europa...

Isto era demais! Seria possível que aquela gente não compreendesse? Mendonça Pinto não resistiu mais e disse o que lhe ia na alma: «A Comunidade não dá nada de mão beijada. Recebe, sim, de mão beijada.»

Valeram a pena as perguntas. O homem, com muito esforço lá descobriu aquilo que outros andam a dizer há tanto tempo. Vamos a ver se não se esquece.

Sai um lobby para a mesa do canto

Mas que moda esta! Por tudo e nada, onde quer que se fale de formas de resolver problemas, e sobretudo se se fala dos problemas portugueses que têm a ver com Bruxelas, Estrasburgo, CEE, logo aparece alguém a sugerir o remédio santo: por que é que não formamos um lobby.

Assim foi no 6.º Congresso do Algarve — que, a propósito, e ao contrário do que em algumas sete linhas da sua última edição o «Expresso» dava a entender, não foi apenas um congresso de empresários.

Mas apareceu por lá essa preocupação, a do lobby. Uns gostariam de ver o lobby hoteleiro, mais precisamente, o dos empresários hoteleiros. Outros falavam apenas em lobby algarvio, calando que os habitantes do distrito de Faro têm interesses muito diferentes e esquecendo-se que um lobby não existe para defender interesses globais. Verdade seja dita, esta preocupação dos lobbies surgiu mais da parte dos representantes do Governo, que, como fez o governador-civil, até tentaram marcar-lhes de «associativismo» ou traduzi-los para português como «grupos de pressão»,

Pontos Cardeais

talvez para dar um arzinho mais simpático ao palavrão. Outra foi, contudo, a opinião do Congresso, que nas suas conclusões mandou às urtigas a solução dos lobbies e pôs o dedo na ferida, apontando a criação da Região Administrativa como «condição básica do sucesso do desenvolvimento regional».

De maneiras que os tais senhores que em Montechoro pediram um lobby para a mesa do canto a esta hora ainda devem estar à espera de ser aviados... Ou então foram aviar-se.

Os bulldozers ladram...

José Vitorino anda muito em baixo de forma, pelo menos a julgar pelas suas intervenções no Congresso do Algarve.

Com um discurso falho de consistência, com um entusiasmo que só no próprio orador, lá de vez em quando, se notava, e que nem por nada se pegava à assistência, foi ao arsenal da pesca em águas turvas e sacou de lá outros artifícios que lhe pareceram mais eficazes.

Falava-se da CEE, das consequências da adesão de Portugal à Comunidade, do seu impacto na vida do Algarve... Sobe à tribuna José Vitorino, fala do que já se sabe, culpa todos os partidos, por igual, dos males que por aí andam...

A certa altura, tentou puxar de uma imagem, de modo a dar boa ilustração ao que é a vitória visão da situação da

CEE face a Portugal. E aí vai disto: é como um bulldozer à luta com um rafeiro! Nem mais!

Lá fora os bulldozers não ladraram, nem os rafeiros. Mas na sala ouviu-se um coro de sonoras gargalhadas.

É só ciência

No Congresso do Algarve, iniciativa que se assume como fórum multidisciplinar e que abre as suas portas a um leque muito amplo e muito diversificado de temas e de participantes, um papel de relevo coube aos técnicos e especialistas.

Mas também lá houve outras ciências... Foi o caso de Jacinto Duarte, que ali apresentou uma comunicação sobre «A sociedade algarvia» que «está a perder rapidamente a sua identidade».

Fez uma incursão pela História, lembrando como eram os algarvios até aos anos sessenta. Aqui vão algumas frases: «Devido ao calor, os algarvios nunca foram muito trabalhadores e eficientes, e que melhor forma de o ilustrar do que as grades da lavoura, que tinham em cima uma cadeira para o agricultor se sentar»; os algarvios mais cedo que todos descobriram forma de limitar a natalidade, «e isto por comodismo, por egoísmo e sobretudo para que os filhos pudessem ter mais bens materiais que os dos outros»; na região «abundavam a alfarrobeira e a amendoeira, que produziam sem necessitarem de ser cavadas, ou lavradas, ou regadas, permitindo-lhes (aos algarvios) uma vida folgada e dando-lhes tempo livre para as danças e as festividades à tardinha»; e assim por diante.

Quanto ao presente, uma preocupação: «Cegos pelo que pensam ser a civilização ou o fascínio do modo de vida dos países mais desenvolvidos da Europa, os algarvios copiam tudo o que de mal têm essas civilizações, designadamente consumo de droga, amor livre, formas de se desnudarem com graves inconvenientes para a sua vida familiar e conjugal, que são factores de propagação da Sida e dos divórcios». Para o futuro, uma proposta fez Jacinto Duarte, nos termos seguintes: «Gostariamos que se fizesse um estudo ou uma estatística onde se apurasse quantos por cento de algarvios são casados ou vivem amancebados com estrangeiros e filipes». Claro, depois disto choveram na mesa os protestos. Alguém perguntou qual a base científica de tais afirmações.

Farrajota Cavaco, que na altura presidia à sessão, descreve assim a resposta: «Jacinto Duarte gaguejou: que era homem de Direito, e que pouco percebia dessas coisas de estatísticas e quejandas. Sua mulher, que é professora e que está mais em contacto com as populações, é que lhe tinha contado umas histórias que ele depois vestira de comunicação.»

Gazetilhapor **Ignotus Sum****Quem diria...**

A hoste encavacada anda toda à lambada.

A contradança sem parar vai de Bragança até Tomar

passa por Amarante por Viana do Castelo. E soa a bordoadada a traulitada de Faro a Lisboa...

É assim a vida. Uma família tão unida...

Para quê?

Governo fala, fala finalmente numa TV privada. Bem, como e de quem não sabe ainda a gente.

Certo, certo já sei eu que minha é que ela não será...

Cheira-me a macacada do PSD. Privada para quê? Pra quê, se ele já está sentado na «privada» desta RTP...

Mistério!

Estamos afinal esclarecidos desta vez: vai mais calçado português para os Estados Unidos.

Havendo este calçado em Portugal e sendo tão bacano por que é que o Cavaco afinal só calça americano?

Discurso

Ouvi. Ouvi pela televisão: o eucalipto não é grave não, quando... que... onde se... nesse caso porque...

O medo aflora a fina flor da pele. Mau, o que se chama mau, não é o eucalipto. Maus são os chulos dele...

Tenho dito.

Com ou sem?

Cavaco vem falar-nos de consenso. Consenso? Age com senso alguém sem senso? Quem tira o com de consenso fica com sem e sensenso a assoar-se ao velho senso do incenso...

Mocada

Uma espiga! Governo não convence: obriga. Quem não concorde, faça o que ele diz e sem discutir nada. E seja cada qual muito feliz. Aliás, mocada...

(Peço perdão se faço meus versos de João de Deus)

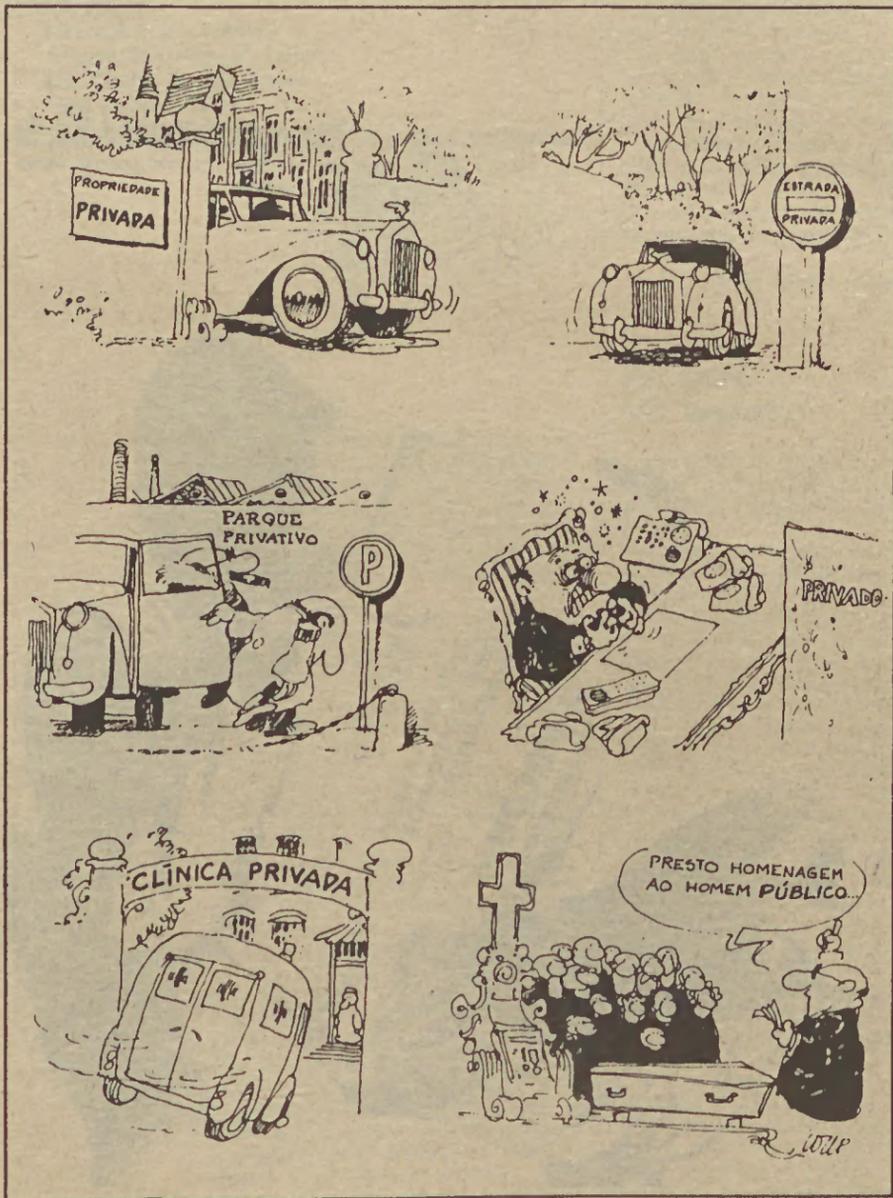
Solução

Há greves? É chato o descontentamento. O governo age? Exacto, e no próprio momento!

Ele o que faz? Faz fita. Vai à Lei — catrapaz!, e requisita...

Com o diálogo mudo bem à vista Cavaco resolve tudo.

Grande estadista...



Agenda

Avante!

Ano 60 - Série VII
N.º 843

22 de Fevereiro de 1990

4.º Caderno

Não pode ser vendido
separadamente

Quinta ²²

● **LISBOA**
Reunião das células dos Escritores, Editores, Artistas Plásticos e do Cinema da ORL, inserida na preparação do XIII Congresso, sobre as alterações nos países socialistas - às 21.00 no Centro de Trabalho Vitória, com participação do camarada António Abreu.

● **ALGÉS**
Plenário concelhio de propaganda para discussão dos problemas de organização das SIP's e formas de os resolver e das tarefas imediatas: aniversário do Partido, XIII Congresso e campanha dos 150 mil cofos - às 21.00, no Centro de Trabalho de Algés.

Sexta

● **LISBOA**
Reunião do sector de Professores da ORL, inserida na preparação do XIII Congresso, sob o tema: O marxismo-leninismo. O comunismo. Participação dos camaradas Manuel Gusmão e João Arsénio Nunes. Às 19.00 no Centro de Trabalho Vitória.

● **FARO**
Reunião distrital de Intelectuais e Quadros Técnicos - às

21.30 no Centro de Trabalho de Faro.

● **COUÇO**
Plenário de militantes em Santa Justa para discussão de questões relacionadas com a preparação do XIII Congresso e tarefas da organização local do Partido.

● **MOTA**
Plenário geral de militantes em Sarilhos Pequenos para entrega de cartões e preparação do XIII Congresso - às 21.00 no Centro de Trabalho de Sarilhos Pequenos.

● **DAMAIA**
Projeção do filme «A Mãe», de Pudovkin, com debate orientado pelo camarada Manuel Pedro - às 21.30, no Centro de Trabalho.

Sábado

● **ALMADA**
Plenário de militantes da freguesia do Pragal pra entrega dos novos cartões e discussão da situação internacional - às 15.00, na Sala Polivalente da Cooperativa do Pragal, com a participação do camarada João Bernardino.

● **PALMELA**
Plenário de militantes da freguesia de Pinhal Novo, com entrega dos novos cartões - às 16.00, no Centro de Trabalho

● **OEIRAS**
Plenário de militantes das células de empresa do concelho de Oeiras, para discussão do papel das

células de empresa na preparação do XIII Congresso e na ligação do Partido aos trabalhadores - às 15.00, no Centro de Trabalho de Algés.

● **AVEIRO**
Plenário da célula da Renault - às 9.00, no Centro de Trabalho.

● **VILA DA FEIRA**
Reunião de militantes do sector corticeiro - às 15.00, no Centro de Trabalho.

● **ÁGUEDA**
Reunião dos eleitos da CDU - às 10.30, no Centro de Trabalho do PCP.

● **CONSTÂNCIA**
Plenário concelhio da CDU para discussão e planificação do trabalho no ano corrente.

● **SALVATERRA**
Reunião geral de militantes de Glória do Ribatejo para discutir a situação nos países socialistas, a preparação do XIII Congresso e problemas da organização local.

● **BARREIRO**
Plenário geral de militantes de Sto. António da Charneca para discussão da situação política, com entrega dos novos cartões do Partido - às 15.00, no CT de Sto. António da Charneca.

● **MOITA**
Plenário geral de militantes da organização da freguesia, para entrega dos novos cartões e discussão da situação política e social - às 15.00, no Centro de Trabalho.

● **BRANDOA**
Projeção do filme «A Mãe», de Pudovkin, com debate orientado pelo camarada Manuel Pedro - às 21.30, no Centro de Reformados.

Quarta ²⁸

● **LISBOA**
Reunião dos camaradas do sector da Comunicação Social da ORL, no âmbito da preparação do XIII Congresso, sobre os acontecimentos nos países socialistas - às 21.00, no CT Vitória, com participação do camarada Domingos Lopes.



Grande Festa de Carnaval

Dia 26 de Fevereiro
- 22 horas

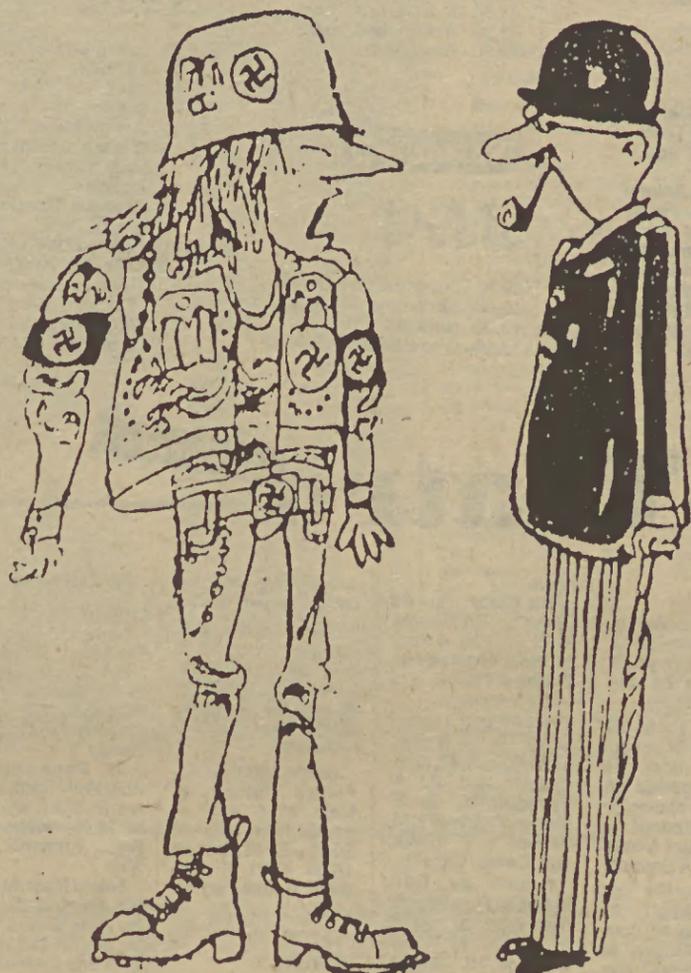
Na Voz do Operário
(Entrada pela Travessa de S. Vicente)

Discoteca

Música para dançar
e... surpresas

Preço p/pessoa:
250\$00

Promovido pela Organização da 1.ª Zona da OLL
do PCP



HEATH

«FASCISTA!»

HEATH (Grã-Bretanha) in «Sunday Times» — Out. 69

TV Programa

Quinta 22

RTP1

- 09.00 - Bom Dia
- 10.00 - **As Dez** (inclui «Rua Sésamo»)
- 12.05 - **Fera Radical** (47º epis.)
- 13.00 - **Jornal da Tarde**
- 13.30 - **Um Anjo na Terra** (32º epis.)
- 14.15 - **Vila Faia** (17º e 18º epis.)
- 15.10 - **O Mundo Animal** (8º epis.)
- 15.45 - **Ponto por Ponto**
- 16.40 - **Televisão - A caixa que mudou o mundo** (2º epis.)
- 17.25 - **Brinca Brincando**
- 18.25 - **Rua Sésamo** (79º epis.)
- 19.00 - **Jogo de Cartas**
- 19.30 - **Telejornal**
- 20.05 - **Boletim Meteorológico**



- 20.15 - **Vale Tudo** (50º epis.)
- 21.10 - **Winston Churchill** (série, 2º epis.)
- 23.00 - **24 Horas**
- 23.30 - **Remate**

RTP2

- 15.00 - **Filhos e Filhas** (411º epis.)
- 15.25 - **Agora, Escolha!**
- 16.55 - **Benji, o Príncipe Extraterrestre** (8º epis.)
- 17.20 - **Um Bilhete para o Mundo**
- 17.45 - **Meu Pé de Laranja Lima** (46º epis.)
- 18.20 - **Os Henderson** (10º epis.)
- 19.30 - **Clássicos da TV** («Estrada 66», 7º epis.)
- 20.25 - **Magazine Musical**
- 21.00 - **Jornal das Nove**
- 21.30 - **Emoções** (5º epis.)
- 21.55 - **Sinais do Tempo**
- 22.55 - **Quinta Dimensão** (11º epis.)

Sexta 23

RTP1

- 09.00 - Bom Dia
- 10.00 - **As Dez**
- 12.05 - **Fera Radical**
- 13.00 - **Jornal da Tarde**
- 13.30 - **Gloss** (35º epis.)
- 14.15 - **Vila Faia**
- 15.15 - **O Mundo Animal**
- 15.45 - **Ponto por Ponto**
- 16.40 - **Televisão - A caixa que mudou o mundo**
- 17.25 - **Brinca Brincando**
- 18.25 - **Rua Sésamo**
- 18.50 - **Chegar, Apostar e Vencer** (concurso)
- 19.30 - **Telejornal**

- 20.05 - **Boletim Meteorológico**
- 20.20 - **Vale Tudo**
- 21.30 - **Missão Impossível** (22º epis.)
- 22.35 - **Telemundo**
- 23.00 - **Chefe, Mas Pouco** (30º epis.)
- 23.30 - **24 Horas**
- 24.00 - **Remate**
- 00.10 - **Pela Noite Dentro** - «Claude Dallas, um montanhês em fuga», real. Jerry London (EUA/1986, 93 min.)

RTP2

- 15.00 - **Filhos e Filhas**
- 15.25 - **Agora, Escolha!**
- 16.55 - **3. 2. 1 Contact** (22º epis.)



- 17.20 - **História dos Instrumentos Musicais** (série, 1º epis.)



- 17.45 - **O Meu Pé de Laranja Lima**
- 18.20 - **Haja Música**
- 19.00 - **Especial Desporto - Voleibol** (troféu RTP)
- 21.00 - **Jornal das Nove**
- 21.30 - **D. Beija** (23º epis.)
- 23.00 - **Acerto de Contas**
- 23.30 - **Rotações**

Sábado 24

RTP1

- 09.00 - **Juventude e Família**
- 12.00 - **Sinfonietta** (4º progr.)
- 13.00 - **Notícias**
- 13.10 - **Oito e Basta** (22º epis.)

- 14.00 - **Parlamento**
- 14.30 - **Crime, Disse Ela** (34º epis.)
- 15.15 - **Sessão da Tarde** - «Espíritos Perturbados», real. Robert Greenwald (EUA/1986, 93 min.)
- 17.05 - **Vivamúsica**
- 17.50 - **Ricardina e Marta** (21º epis.)
- 19.10 - **Sefe Folhas**
- 19.45 - **Totoloto**
- 20.00 - **Jornal de Sábado**
- 21.15 - **Boletim Meteorológico**
- 21.30 - **Contos de Hollywood** (2º epis.)
- 22.30 - **Neil Diamond**
- 23.30 - **Cinema da Meia Noite** - «Uma Rapariga Endiabrada», real. William Wyler (EUA/1968, 142 min.)

RTP2

- 09.00 - **Universidade Aberta** (Curso de Ciências da Educação)
- 10.20 - **Compacto «O Meu Pé de Laranja Lima»**
- 12.50 - **A Ilha das Crianças** (2º epis.)
- 13.15 - **Um Solar Alfacinha** (3º epis.)



- 14.05 - **A História da Mimica** (série, 3º epis.)
- 15.00 - **Estádio**
- 19.00 - **Music Box Especial**
- 19.50 - **O Meu Irmão Tom** (3º epis.)
- 20.45 - **Documentário**
- 21.15 - **Estádio/Edição da Noite**

Domingo 25

RTP1

- 09.00 - **Juventude e Família**
- 10.05 - **TV Rural**
- 10.30 - **70x7**
- 11.00 - **Missa**
- 12.00 - **Juventude e Família**
- 12.30 - **O Mar e a Terra** (12º progr.)
- 13.00 - **Notícias**
- 13.10 - **Grandes Tormentos** (5º epis.)
- 13.35 - **Espaço 1999** (5º epis.)
- 14.20 - **O Posto** (4º epis.)
- 14.50 - **Primeira Matinée** - «Encontro com o Capitão Kid», Charles Lamont (EUA/1952, 67 min.)

- 16.05 - **Carnaval de Torres Vedras**
- 17.20 - **Concurso 1, 2, 3**
- 19.00 - **McGyver** (21º epis.)
- 20.00 - **Jornal de Domingo**
- 20.30 - **Boletim Meteorológico**
- 20.40 - **Querido John** (20º epis.)



- 21.00 - **Vencer em Manhattan** (série, 4º epis.)
- 22.00 - **Domingo Desportivo**

RTP2

- 09.00 - **Music Box Especial**
- 10.00 - **Troféu**
- 13.00 - **Caminhos**
- 13.30 - **Novos Horizontes**
- 13.55 - **Veterinário da Província** (10º epis.)
- 15.00 - **Troféu - Voleibol** (troféu RTP)
- 17.00 - **Sobrevivência** (24º epis.)
- 18.00 - **Quem Sai aos Seus...**
- 18.30 - **Imagem e Imagens**
- 18.45 - **Concerto - Graham Parker**
- 19.35 - **Os Trintões** (20º epis.)



- 20.25 - **Artes e Letras** - «Alberto Moravia»
- 21.20 - **Cineclube - Ciclo Luis Buñuel no México: «O Bruto»** (México/1952, 83 min.)

Segunda 26

RTP1

- 09.00 - Bom Dia
- 10.00 - **As Dez**
- 12.05 - **Fera Radical**
- 13.00 - **Jornal da Tarde**
- 13.30 - **A Rota de Howard** (32º epis.)
- 14.15 - **Vila Faia**
- 15.10 - **O Mundo Animal** (série, 5º epis.)
- 15.45 - **Ponto por Ponto**
- 16.40 - **Hospital Central**
- 17.25 - **Brinca Brincando**
- 18.30 - **Rua Sésamo**
- 19.00 - **Jogo de Cartas**
- 19.30 - **Telejornal**
- 20.00 - **Boletim Meteorológico**
- 20.15 - **Vale Tudo**
- 21.10 - **Clube dos Subscritores**
- 21.35 - **Casino Royal** (6º epis.)
- 22.40 - **Quase Adultos** (6º epis.)
- 23.30 - **24 Horas**
- 24.00 - **Remate**

RTP2

- 15.00 - **Filhos e Filhas**
- 15.25 - **Agora, Escolha!**
- 16.55 - **Os Novos Caça-Fantasma** (13º epis.)
- 17.20 - **História dos Instrumentos Musicais**
- 17.50 - **O Meu Pé de Laranja Lima**
- 18.25 - **Music Box - Via Rápida**
- 19.35 - **Clássicos da TV**
- 20.25 - **Cine Magazine**
- 21.00 - **Jornal das Nove**
- 21.30 - **Cinemadois** - «O Falhado Amoroso» ou «Por Favor Não Mexam nas Velhinhas», real. Mel Brooks (EUA/1967, 85 min.)

Filmes

- «Claude Dallas, Um Montanhês em Fuga» - 6ª, 00.10, RTP-1
- «Espíritos Perturbados» - sáb., 15.15, RTP-1
- «Uma Rapariga Endiabrada» - sáb., 23.30, RTP-1
- «Encontro Com o Capitão Kid» - dom., 14.50, RTP-1
- «O Bruto» - dom., 21.35, RTP-2
- «O Caça Polícias» - 3ª, 15.10, RTP-1
- «O Falhado Amoroso» - 3ª, 21.30, RTP-2
- «Beija-me, Idiota» - 4ª, 21.25, RTP-1

Música

- Quinta 20.25, RTP-2: **Magazine Musical**

- Sexta 18.20, RTP-2: **Haja Música**

- Sábado 12.00, RTP-1: **Sinfonietta**
- 17.05, RTP-1: **Vivamúsica**
- 19.00, RTP-2: **Music Box Especial**
- 22.30, RTP-1: **Neil Diamond**

- Domingo 09.00, RTP-2: **Music Box**
- 18.45, RTP-2: **Graham Parker**

- Terça 18.25, RTP-2: **Via Rápida**

- Quarta 23.20, RTP-2: **Música n'América**

Desporto

- Remate** - RTP-1, 5ª (23.30), 6ª (24.00), 2ª (24.00), 3ª (01.00), 4ª (00.20)
- Rotações** - RTP-2, 6ª, 23.30
- Estádio** - RTP-2, sáb., 15.00 e 21.15
- Troféu** - RTP-2, dom., 10.00 e 15.00
- Domingo Desportivo** - RTP-1, 22.00

Ibsen, adaptação e realização de Bo Widerberg (Suécia)

Terça 27

RTP1

- 09.00 - Bom Dia
- 10.00 - **As Dez**
- 12.05 - **Fera Radical**
- 13.00 - **Jornal da Tarde**
- 13.30 - **Dallas** (73º epis.)
- 14.15 - **Vila Faia**
- 15.10 - **Matinée** - «O Caça Polícias», real. Martin Brest (EUA/1984, 104 min.)
- 16.50 - **Hospital Central**
- 17.45 - **Brinca Brincando**
- 18.30 - **Rua Sésamo**
- 19.00 - **Jogo de Cartas**
- 19.30 - **Telejornal**
- 20.05 - **Boletim Meteorológico**
- 20.20 - **Vale Tudo**
- 21.15 - **Crónica do Crime** (24º epis.)
- 22.30 - **Carnaval no Rio**
- 00.30 - **24 Horas**
- 01.00 - **Remate**

RTP2

- 15.00 - **Filhos e Filhas**
- 15.25 - **Agora, Escolha!**
- 16.55 - **Os Campbells** (21º epis.)
- 17.20 - **História dos Instrumentos Musicais**
- 17.50 - **O Meu Pé de Laranja Lima**
- 18.25 - **A Rota Marítima da Seda** (2º epis.)
- 19.35 - **Clássicos da TV**
- 20.20 - **Lusitânia Expresso**
- 21.00 - **Jornal das Nove**
- 21.30 - **Histórias de Poterhouse** (4º e últ. epis.)
- 22.30 - **Século XX** - «Coragem para Falhar» (5º e últ. epis.)
- 23.20 - **Música n'América**

Teatro O Cartaz

LISBOA

Casa da Comédia, R. S. Francisco Borja, 24. De 3ª a dom. às 22. **E O Zé que Zé**, enc. José Carretes.

Cinearte, Largo de Santos. De 3ª a sáb. às 21.30, dom. às 16.00. **Margarida do Monte**, de Marcelino Mesquita, adapt. e encen. Helder Costa, pelo grupo A Barraca.

Comuna, Pr. de Espanha. **Sala 1** - Às 21.30 (fecha 4ª); dom. às 17. **A Pécora**, de Natália Correia, enc. João Mota. **Sala 2** - 6ª às 21.30, sáb. às 16 e 21.30, dom. às 16. **A Pregação**, de João Brites, pelo Grupo O Bando. **Café Teatro** - Sáb. às 24.00. **Festival da Otite**, de Carlos

Paulo.

Ritz Clube, Rua da Glória, 57. De 3ª a sáb. às 21.30, sáb. e dom. às 16. **O Regresso de Bucha e Estica**, enc. Mário Viegas

Teatro ABC, Parque Mayer. De 3ª a dom. às 20.30 e 22.45, dom. também às 16.00. **Al Cavaquinho**, de E. Damas. C. Oliveira, M. Simões e P. César, enc. Camilo Oliveira.

Teatro da Cornucópia, Rua Tenente Raul Cascais, 1-A. De 3ª a sáb. às 21.30, dom. às 16. **Salada**, encenação colectiva da Cornucópia

Teatro Maria Matos, Av. Frei Miguel Contreiras, 52. De 3ª a 5ª às 21, 6ª e sáb. às 20.30 e 22.45, dom. às 15 e às 18. **Severa**, de

Júlio Dantas, enc. Nicolau Breyner

Teatro Variedades, Parque Mayer. De 3ª a dom. às 21.30, dom. também às 16.00. **Os Meninos à Roda da Mamã**, enc. Francisco Nicholson.

Teatro Villaret, Av. Fontes Pereira de Melo. 3ª, 4ª e 5ª às 21.30, 6ª e sáb. às 20.30 e 22.45, dom. às 16.00 e 21.30. **Ora Bate...Batman'so** (revista)

PORTO

Teatro, Rua do Heroísmo. De 3ª a sáb. às 21.30, dom. às 16.00. **Jardim das Cerejeiras**, de Anton Tchekov, dramaturgia Carlos Porto, enc. Rogério de Carvalho.

Para crianças

LISBOA

Comuna, Praça de Espanha - **Sala 2** - 6ª às 21.30, sáb. às 16 e 21.30, dom. às 16. **A Pregação**, de João Brites, pelo Grupo O Bando.

Os Papa-Léguas, Rua Prof. Santos Lucas. 3ª, 5ª e 6ª às 11.30 e 14.00. **Hoje Sou Rel... Amanhã Não Sel.**

Teatro Maizum, Rua dos Poiais de S. Bento, 75-B. Sáb. e dom. às 16.00. **A Linguagem dos Animais**, de António Botto.

TIL, Rua Leão de Oliveira, 1. Dias 24, 25 e 26 às 16, dia 27 às 15 e às 17. **Feliz Aniversário**, texto e encenação de Fernando Gomes.

Cinema

A selecção

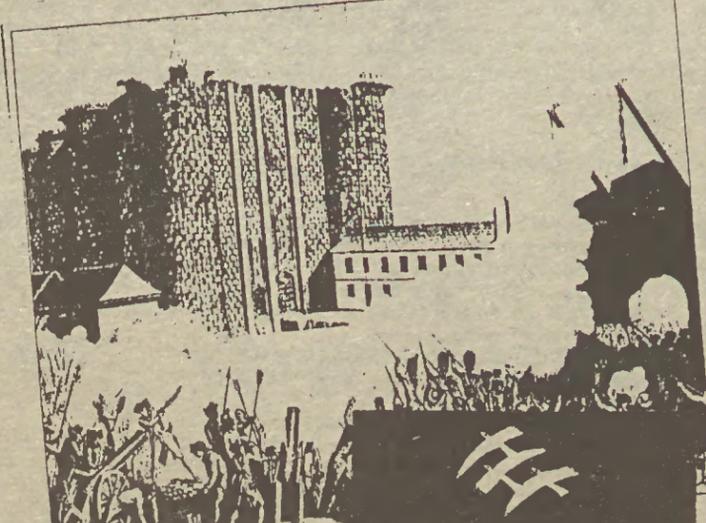
...e ainda

Música, debates, etc.

	David Lopes	M. M. Luz	Manuel Neves	Paulo Torres
A Assassinato sob Custódia	—	★★★	—	★★★
B Chuva Negra	—	★★	★	★★
C O Processo do Rei	★★★	★★★	—	★★★
D Valmont	—	★★	—	★★

Classificação de ★ a ★★★★★

- A— Real. Euzhan Palcy Alfa/3 (14.15, 16.45, 19.15, 21.45, 00.15), Amoreiras/6 (13.45, 15.45, 17.45, 19.45, 21.45, 00.15), Mundial/1 (14, 16.30, 19.00, 21.30 Lisboa
- B— Real. Ridley Scott — Amoreiras/1 (14, 16.30, 19, 21.30, 24), S. Jorge/3 (14.15, 16.45, 19.15, 21.45), Star (14, 16.30, 19, 21.30) — Lisboa
- C— Real. João Mário Grilo Forum Picoas/2 (14.00, 16.00, 18.00, 22.00) — Lisboa
- D— Real. Milos Forman — Amoreiras/9 (14, 16.30, 19, 21.30, 24), Las Vegas/1 (14.15, 18.30, 21.30), Londres (14, 16.30, 19, 21.30), Plaza (14, 16.30, 18.45, 21.30, 23.45) — Lisboa



A Revolução Francesa e o Cinema

malaposta edição especial

Redol em Vila Franca

A exposição comemorativa dos 50 anos de publicação do romance «Gaibéus» que recentemente pôde ser vista na Fundação Gulbenkian estará a partir de amanhã patente no Celeiro da Patriarcal, em Vila Franca de Xira, terra natal de Alves Redol.

Iniciativa de uma comissão nacional criada no âmbito do departamento cultural da Câmara, esta exposição, mais do que evocação de um livro marcante do neo-realismo português é a evocação de Redol escritor e cidadão através de centenas de documentos: livros e outros escritos, fotografias, objectos de que se rodeou e obras que inspirou, teste-munhos.

Partenaires, realizado em 1983 por Claude D'Anna.

...na Cinemateca...

Jacques Rivette, também incluído na programação do ABC, é titular de um outro ciclo iniciado no sábado e que termina amanhã na Cinemateca Portuguesa.

Hoje é exibido, às 18.30, L'Amour Par Terre, de 1984, com Geraldine Chaplin, Jane Birkin e Jean-Pierre Kalfon, e amanhã à mesma hora Hurlevent, de 1985 - ambos legendados em português.

Ainda na Cinemateca, hoje, um filme bem-amado: de Jacques Becker O Vagabundo de Montparnasse com Gerard Philipe.

...e no Malaposta

Aqui, no Espaço Cinema do Malaposta, é mais precisamente de A Revolução Francesa no cinema (nem sempre francês) que se trata, numa extensa programação que começa amanhã e acaba no início de Abril, com três sessões semanais aos fins de semana.

Este ciclo, que tem o patrocínio da Embaixada de França, tem início amanhã, sexta-feira, às 21.30, com a projecção de Madame du Barry, realizado em 1919 por Ernst Lubitsch, e prossegue no sábado às 21.30 e no domingo às 17.00 com La Nuit de Varennes, um filme de 1982 de Ettore Scola.

Música No Grande Auditório

Na Aula Magna, concerto com a soprano Gabriela Benackova e a Orquestra Sinfónica do TNSC sob direcção do maestro Jacques Delacote, integralmente preenchido com obras de Richard Strauss: amanhã, sexta-feira, às 21.30.

Bailado

No Teatro Municipal de São Luís a Companhia Nacional de Bailado do TNSC apresenta Programa Fokine: Les Sylphides e Petrushka - duas coreografias daquele mestre sobre músicas, respectivamente, de Chopin e Stravinsky. Sexta-feira às 21.30, sábado às 18.30 e domingo às 16.00. Bilhetes, à venda nas agências e na bilheteira do S. Luís: de 500\$ a 1.650\$00.

Exposições

LISBOA
Alda Nobre - Pintura recente. Galeria Alda Cortez, Lg. Santos, 1-F. De 2ª a sáb. das 15 às 20 (até 27/2)
Amália Rodrigues - 50 Anos - A carreira de Amália Rodrigues através de fotografias, cartazes, pinturas, vestidos, jóias, discos. Museu Nacional do Teatro, Estrada do Lumiar, 10. De 3ª a sáb. das 10 às 13 e das 14.30 às 17, dom. até às 18 (até 28 Março).
Ana Campos - Jóias. Museu Nacional do Traje, Parque do Monteiro-Mor, Paço do Lumiar. De 3ª a dom. das 10 às 13 e das 14.30 às 17 (até 26/2)
António Bretaño Pestana - Pintura. Galeria João Hogan, Rua Voz do Operário, 13. De 2ª a 6ª das 14 às 20, sáb. das 15 às 19 (de 2 a 24/2)
No Centenário da Morte de D. Luís - A sua vida e a sua época, em exposição evocati-

va de que fazem parte peças raramente expostas, designadamente as jóias da Coroa e obras de arte da valiosa colecção pessoal do rei. Palácio Nacional da Ajuda, Calçada da Ajuda. De 3ª a dom. das 10 às 17 (até Abril)
Colectiva de tapeçaria - Galeria Tapeçarias de Portalegre, Museu Academia das Ciências, 2-J. De 2ª a 6ª das 10 às 13 e das 15 às 19.30.
Duarte Belo - Fotografia. Galeria Pedro e o Lobo, Rua do Salitre, 169. De 2ª a sáb. das 15 às 20 (até 22/3)
Eduardo Aiarão - «Eléctricos em S. Francisco», pintura. Galeria S. Francisco, R. Ivens, 40. De 2ª a 6ª das 10 às 13 e das 15 às 19, sáb. das 10 às 13 (até 24/2)
Graça Delgado - Arte Têxtil Contemporânea. Galeria Quadrum, R. Alberto Oliveira, 52. De 2ª a 6ª das 10 às 20, sáb. das 15 às 19 (até 10/3)

Graça Morais - Pintura e desenho. Galeria 111, Campo Grande, 113. De 2ª a 6ª das 10 às 13 e das 15 às 19.30 (até 2/3)
Humor nas páginas de «A Bola» - Caricaturas de Stuart Carvalhais, João Martins, José Pargana e Francisco Zambujal publicadas em «A Bola» ao longo de 45 anos. Museu Rafael Bordalo Pinheiro, Campo Grande, 382. De 3ª a dom. das 10 às 13 e das 14 às 18 (até 4/3)
Jacqueline Kiang - Madeira gravada. Alliance Française, Rua Braamcamp, 13, 1º. De 2ª a 6ª das 10 às 19.30 (até 23/2)
Joana Rosa, escultora e **José Loureiro**, pintura. Gal. Diferença, R. S. Filipe Nery, 42. De 3ª a 6ª das 15 às 20 (até 25/2)
José Drummond - Pintura. Galeria Monumental, Campo Mártires da Pátria, 101. De 3ª a dom. das 15 às 19.30 (até 25/2)
Laça Semedo - «Veneza e Lisboa», pintura. Gal. Miron, Rua do Mirante, 14, r/c, Esq. De 2ª a sáb. das 15 às 20 (até 26/2)
Manuela Jardim - Pintura. Sala de Arte Templários, Rua Flores de Lima, 8. De 2ª a sáb. das 12 às 15 e das 20 às 23 (até 24/2)
Nadir Afonso - Galeria Ygreco, Av. António Augusto de Aguiar, 13-C. De 2ª a 6ª das 9.30 às 20, sáb. das 9.30 às 13 (até 3/3)
Paulo Nisa - Pintura. Galeria Barata, Av. Roma, 11-A. De 2ª sáb. das 12 às 23 (até 26/2)
Pintura, escultura e fotografia contemporâneas da América do Sul (Uruguai, Argentina, Brasil, Chile). Galeria de Exposições Temporárias da Gulbenkian. De 3ª a dom.

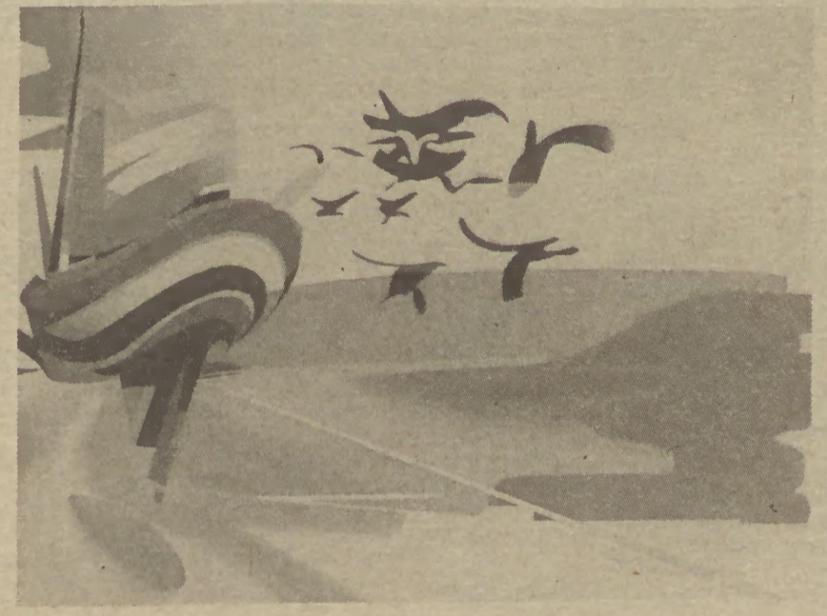
das 10 às 17.
Pintura mexicana contemporânea. Galeria Almada Negreiros, Av. da República, 16. Das 10 às 20 (até 23/2)
Prémio João Hogan - Trabalhos concorrentes - exposição organizada pela Voz do Operário/Galeria João Hogan na Sociedade Nacional de Belas Artes, Rua Barata Salgueiro. Das 14 às 20 (até 3/3)
Presente da Cerâmica Espanhola - 90 peças de 8 ceramistas. Galerias de Exposições do CAM, R. Nicolau Bettencourt. De 3ª a dom. das 10 às 17
Realismo Fantástico Espanhol - colectiva de 6 pintores. Galeria Alfama, Rua das Flores, 109.
Roland Bouvier - Pintura. Galeria Triângulo, Av. D. Vasco da Gama, 48-A. De 3ª a sáb. das 14 às 20 (até 9/3)
Romualdo - Galeria Novo Século, Rua do Século, 23. De 3ª a sáb. das 14 às 20 (até 24/2)
Rosa Almeida - Desenhos a tinta da china. Loja do Desenho, Rua da Academia das Ciências, 2-B. De 3ª a sáb. das 15 às 19.30 (até 3/3)
Tapeçaria do Séc. XVI - Galeria do Rei D. Luís, Palácio Nacional da Ajuda, Calçada da Ajuda. De 3ª a dom. das 10 às 17.
Valente Alves - Pintura. Clube 50, R. S. Mamede ao Caldas, 9, 1º. De 2ª a 6ª das 17 às 20 (até 14/3)
Xana - Pintura e escultura. Galeria EMI-Valentim de Carvalho, Rua da Cruz dos Poiais, 111. De 2ª a 6ª das 11 às 13 e das 15 às 19, sáb. das 15 às 19.
PORTO
Alberto Chissano -

Escultura. Cooperativa Árvore, R. Azevedo Albuquerque, 1. De 2ª a 6ª das 9 às 23, sáb. das 15 às 19 e das 21 às 23, dom. das 14.30 às 20.30 (até 28/2)
Emerenciano - Pintura. Galeria Quadrado Azul, Rua Costa Cabral, 777, loja 8. De 2ª a sáb. das 10 às 12 e das 15 às 22
Isabel Pavão - Pintura. Galeria Fluxus, R. do Rosário, 125. De 2ª a sáb. das 10.30 às 12.30 e das 15 às 19.30 (até 8/3)
OUTRAS LOCALIDADES
Albino Moura - Pintura («Inéditos»). Nova Galeria de Arte. De 3ª a dom. das 10 às 20 (até 4/3) BARREIRO
Regina Costa - Pintura. Junta de Freguesia de Cascais. De 2ª a sáb. das 9 às 18 (até 28/2) CASCAIS
Kira - Pintura. Galeria Alamadarte, Av. Gen. Humberto Delga-

do, 3-B. Sáb. e dom. das 15 às 23 (até 2/3) COSTA DA CAPARICA
Artes Plásticas Amadora/90 - colectiva. Sala D. João V. Diariamente das 15 às 23 DAMAIA
José Augusto - Pintura. Galeria Múltiplo, Rua 19, nº 855. De 3ª a dom. das 14.30 às 20 (até 16/3) ESPINHO
Martins Correia - Escultura, pintura, gravura, desenho, cerâmica (exposição de homenagem a Mestre Martins Correia, pelo seu 80º aniversário). Galeria de Arte do Casino Estoril, diariamente das 15 às 24 (até 28/2) ESTORIL



Nadir Afonso — exposição antológica



Graça Morais — pinturas e desenhos de Cabo Verde

Tempo Fim de Semana

Céu geralmente muito nublado no Norte e Centro, com períodos de muito nublado a Sul. Possibilidades de chuva fraca ou chuviscos nas regiões Norte

(Previsão do Instituto Nacional de Meteorologia e Geofísica)

a TV

As calças do avô

Estamos todos lembrados das reportagens do Telejornal - reportagens que bebiam do fino! - onde a audiência tomava conta da vida terrível que se vivia na Polónia. Era, por um lado, o flagelo das «bichas». Diante dos talhos e supermercados lá estava a população à espera da sua vez de ser atendida...

O máximo da euforia do **Telejornal** acontecia quando o governo aumentava os preços. Aqui d'El-Rei, os pobres polacos, o que eles sofriam!

Leio em jornais espanhóis e ingleses que os preços da Polónia estão subindo de maneira nunca vista.

Leio que as bichas desapareceram, mas que tal não representa melhoria de nível de vida. Artigos, há - só que tão caros, que poucos lhes chegam.

Vejamos, a título de puro exemplo (já que muitos outros poderia apresentar), o que se passa com a gasolina.

Um litro do «auspicioso líquido» custava 19 escudos; custa agora 37 escudos. Ou seja, é como se um cidadão português com o salário mínimo comprasse a gasolina a 130 escudos...

Transcrevo: «o governo não comunista polaco, aumentou para o dobro o preço da gasolina, agravou o seguro e o imposto...»

Resultado: menos automóveis em circulação, menos «bichas» diante dos postos de venda. Resultado: o **Telejornal** silencia a realidade. Resultado: a informação na RTP apenas serve de propaganda...

Resolver a crise à custa dos trabalhadores? Assim não é preciso ser grande economista. Como diz o ditado, com as calças do meu avô, também eu sou homem...

O sorriso de Mandela

Sei de algumas pessoas que desancam a televisão. A tal ponto que se recusam a ter televisor em casa...

Não entenderam ainda que a mesma faca pode servir para cortar o pão e para praticar um crime. Traduzindo: a televisão é um instrumento maravilhoso - e que alguns responsáveis façam às vezes dela um crime hediondo, isso é outro assunto bem diferente.

É verdade que na RTP a informação, quer a nível nacional, quer internacional, é repugnante. É verdade que a sua campanha anticomunista nos entra em catadupas pela porta dentro. É verdade que, em alguns espíritos mais fracos, a RTP tem conseguido infiltrar veneno e fazê-los vacilar na confiança e no espírito de luta. É verdade que a «informação» que se pratica no Telejornal já tem o preço de muitos incómodos e de alguns enfartes.

Isso é uma coisa, outra é a realidade da própria televisão, com todas as maravilhas que ela nos proporciona, à revelia da vontade ou do gosto das forças que dominam a RTP.

Estou a lembrar-me, por exemplo, das imagens da libertação de Nelson Mandela que nos chegaram em directo da África do Sul. Momento de grande emoção, que ficará para sempre na memória, no coração de todos quantos lutam por um mundo melhor. Mandela e Winnie, de mãos dadas, caminham ao nosso encontro, são um sinal de esperança, e coragem, incentivo para todos quantos não desistem com o álbi de erros alheios.

Momento igualmente inesquecível foi o da conferência de imprensa. Ao fim de quase vinte e oito anos de prisão, aquele homem está ali sereno, enfrentando uma legião de jornalistas, com o à-vontade de quem, na vida, não tem feito outra coisa! E sorri...

Recordo tantos e tantos portugueses com dezenas de anos de prisão, às mãos da PIDE. Recordo-os neste preciso instante em que Nelson Mandela e Winnie caminham de mãos dadas ao nosso encontro...

Tudo isso foi possível graças a esse maravilhoso instrumento que é a televisão. Lamento-te, caro amigo, se não conseguiste viver a hora, pelo preconceito de não possuíres televisor.

A nossa preocupação não é condenar a TV mas sim arrancá-la às mãos dos vendilhões do templo.

Portugal ao desbarato

Portugal está a ser vendido ao desbarato. Não sou eu, não são os deputados comunistas, não é a imprensa do PCP quem o diz. É a própria televisão que o prova.

Vimos aquela notável reportagem incluída na **Hora da Verdade**. Sem ser exaustiva, deu-nos no entanto a perspectiva da situação do País, do Algarve até ao Minho. É a exploração do turismo, são as terras vendidas, são as empresas nas mãos de estrangeiros, é todo um riquíssimo património empalmado, são os grandes grupos económicos abafando os industriais portugueses, são os lucros alcançados no campo imobiliário, etc, etc, etc. E tudo isto... com o apoio do Governo! Foi um industrial português que o disse: o Governo dá aos estrangeiros facilidades que recusa aos nacionais!!!

E quando ouvimos um agricultor de Barcelos dizer: «Daqui a pouco, Portugal deixa de ser Portugal», quando ouvimos isto, é legítimo concluir o perigo que ameaça a independência nacional.

Não se trata de um «slogan» para alcançar dividendos políticos. É a própria realidade. Que, através da **Hora da Verdade**, se mete pelos olhos dentro...

■ **Ulisses**

Síntese semanal da IMPRENSA

Espantos

Oh! Jornais! Oh! Personalidades! Oh! Notícias! Não param de nos espantar! Oh!

Henrique Garcia por telepatia

«Foi acusado por alguma Imprensa, aquando da sua recente entrevista ao prof. Cavaco Silva, de ter combinado previamente as perguntas e respostas. O que é que tem a dizer sobre isto?»

— Que nunca me atreveria a perguntar a um jornalista. Não houve, nem nunca poderia haver qualquer contacto prévio com o meu entrevistado. As únicas palavras que troquei com ele foram «boa noite». A resposta é: obviamente que não.

(...)

— Sou um tipo arrumadinho. Não deixo a roupa pelo chão, dobro as camisololas, e resolvo certas situações, como pregar botões, etc., por meios insólitos mas eficazes: agrafes e fio eléctrico.

Já teve alguma experiência sobrenatural?

— Já tive algumas percepções extra-sensoriais. Sou um bom receptor, se tiver ao pé de mim um emissor potente. Consigo, por vezes, captar ondas cerebrais.»

(«O Diabo», 20.02)

E depois dos Jerónimos...

«Numa época em que tudo o que é muro cai sozi-



(«Diário de Lisboa» 16.02)

nho, também o Aqueduto das Águas Livres, que não devia ser o da vergonha, deixou de existir para ficar um fantasma no passado. Desactivado em 1975, só teve manutenções pontuais e, hoje, apresenta nos seus 54 quilómetros de extensão estados avançados de degradação nas estruturas arquitectónicas. O projecto para a sua conservação e promoção foi chumbado o ano passado pela CEE, quando se candidatava a um subsídio de 300 mil contos. Verba importante para uma construção onde, em 1988, só foram gastos para o mesmo fim escassos seis mil contos. O Instituto Português do Património Cultural volta a estar comprometido fora do que é considerado património histórico, afinal a quase totalidade do monumento nacional, classificado em 1910. Numa visita organizada pela EPAL, o «DP» foi lá para ver.»

(«Diário Popular», 20.02)

Nem à americana!

«Michael Albano, um advogado do Missouri, recorda um acordo pré-nupcial segundo o qual o futuro esposo era obrigado a fazer todas as tarefas domésticas em datas concretas. Devia fazer a limpeza da casa nos dias ímpares, enquanto a sua mulher

se comprometia a fazê-lo nos dias pares, e aquele que fizesse o jantar, na manhã seguinte faria também o pequeno-almoço...

O pacto estabelecia também que o casal devia ter relações sexuais pelo menos três vezes por semana. Apesar de terem assinado um compromisso com todos estes requerimentos, o casamento fracassou ao fim de nove meses.

Bernard Finella, advogado de Chicago, recorda o caso de um homem muito rico que obrigou a sua futura mulher a assinar um acordo pré-matrimonial mediante o qual se comprometia a realizar a limpeza da casa e a cozinha sem a ajuda de ninguém. O documento especificava que ela não podia contar com os serviços de uma empregada nem de uma cozinheira, já que, segundo declarou o noivo, desejava ter a seu lado uma verdadeira esposa e não um manequim.»

(«Olá/Semanário», 17.02)

Mais óleo na Madeira

«Uma mancha oleosa, mas não de crude, com uma extensão de cerca de trinta milhas foi avistada a norte do arquipélago da Madeira, a uma distância calculada de 270 quilómetros.

O Comandante do porto do Funchal disse ao DN que na mesma área, a cerca de 70 quilómetros da mancha, tinham sido avistados pelo **Aviocar** da Força Aérea, dois navios, com rumo a oeste, sendo um deles um petroleiro, o que poderia levar a fazer alguma relação entre eles e a origem da mancha. Ambos tinham bandeira libanesa.

Por outro lado, o comandante Caetano Dias, membro do Gabinete Coordenador do Combate à Maré Negra que atingiu a Madeira e o Porto Santo, disse à Lusa que «ainda não foram accionadas as medidas de prevenção, por falta de tempo».

Tanto quanto pudemos apurar, a mancha oleosa foi avistada pelas autoridades encarregues de vigiar a zona económica exclusiva (ZEE), da Madeira, na passada sexta-feira.

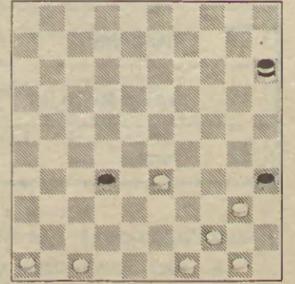
O comandante da capitania do porto do Funchal foi cauteloso ao afirmar que «os navios não foram vistos a descarregar produto algum ou a lavar os tanques»

(«Diário de Notícias», 20.02)

Damas

CCXLII - 22 de Fevereiro de 1990
Proposição N.º 242
Por: Henri Chiland
- Outubro 1925

Pr.: [3]: (5)-32-35
Br.: [7]: 33-40-44-46-47-49-50



Jogam as Brancas e ganham

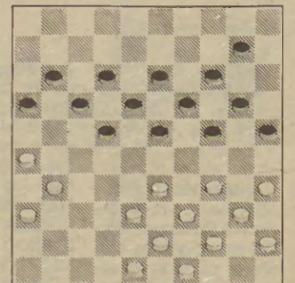
◆◆◆

GOLPE N.º 242
«Golpe-Duplo»

Por: Jack B. de Haas
Campeonato da Holanda, 1908

Pr.: [14]: 10-11-12-13-14-16-17-18-19-20-22-23-24-25

Br.: [14]: 26-31-33-34-35-35-38-39-40-43-44-45-48-49



Jogam as brancas e ganham

◆◆◆

Soluções do N.º CCXLII
N.º 242 (H.C.): 46-41 (15x38*), 44-39 (35x33), 50-44!+
Golpe N.º 242 (J.B. de H.): 26-21 (17x37), 48-42 (37x48), 33-29 (24x42), 43-38 (42x33), 39x6 (48x30), 35x4+

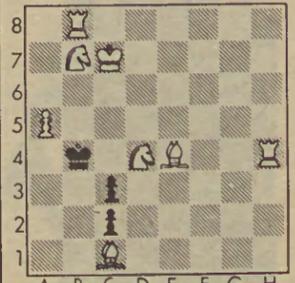
A. de M.M.

Xadrez

CCXLIII - 22 de Fevereiro de 1990
Proposição N.º 242/A
Por: Benjamin Glover
Laws - 1881

Fonte: **Le Joueur d'Échecs au pays des Merveilles**, 1982

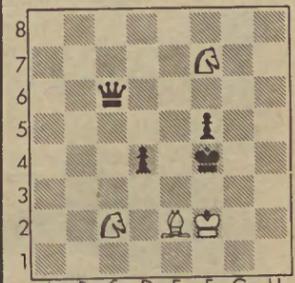
Pr.: [3]: Ps. c2, c3-Rb4
Br.: [8]: Pa5-Cs. b7, d4-Bs. c1, e4-Ts. b8, h4-Rc7



Mate em dois lances

◆◆◆

Proposição N.º 242/B
Por: A.A. Troitski
500 Endspielstudien, 1924
Pr.: [4]: Ps. d4, f5-Dc6-Rf4
Br.: [4]: Cs. c2, f7-Bc2-Rf2



Branca jogam e ganham

◆◆◆

Soluções do N.º CCXLIII
N.º 242/A (B.G.L.): Chave:
1. Cb3!
1. ... R:b3; 2. Bd5++
1. ... Rb5; 2. Bd3++
1. ... Rc4; 2. Cd6++
1. ... Ra4; 2. Cb7c5++
N.º 242/B (A.A.T.):
1. Cb4, D joga; 2. Cd3+ e ganha.

A. de M.M.